



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARIA DE SOUSA PEREIRA

**A POLÍTICA COMO ESPETÁCULO DA JUVENTUDE:
LUTAS ESTUDANTIS EM FORTALEZA -
MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFC, A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

FORTALEZA-CE

2005

MARIA DE SOUSA PEREIRA

A POLÍTICA COMO ESPETÁCULO DA JUVENTUDE:
LUTAS ESTUDANTIS EM FORTALEZA -
MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFC, A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe.

FORTALEZA-CE

2005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pela autora

P493p

Pereira, Maria de Sousa.

A política como espetáculo da juventude : lutas estudantis em Fortaleza: movimento estudantil em Fortaleza, a partir da década de 1990 / Maria de Sousa Pereira. – 2005.

116 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2005.

Orientação: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Lemenhe.

1. Movimentos estudantis. 2. Estudantes universitários. 3. Universidade Federal do Ceará. Diretório Central dos Estudantes. 4. União Nacional dos Estudantes (Brasil). 5. Jovens. Política. I. Título.

CDD 301

MARIA DE SOUSA PEREIRA

**A POLÍTICA COMO ESPETÁCULO DA JUVENTUDE:
LUTAS ESTUDANTIS EM FORTALEZA -
MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFC, A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 19/04/2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof.^a Dr.^a Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof.^a Dr.^a Adelita Neto Carleial
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Maíra e ao Tiago, meus filhos, minha aposta num futuro melhor.

À juventude, que nunca se cansa de semear sonhos.

Aos militantes do movimento estudantil de ontem, hoje e amanhã.

AGRADECIMENTOS

Essas intermináveis e, por vezes angustiantes, jornadas intelectuais, aparentemente solitárias, escondem em seu silêncio, não apenas as pegadas de seus autores, mas, também, muitos personagens e presenças, que acompanham o curso de nossas vidas, esperando pacientemente a finalização do trabalho e de forma colaborativa orientando, comentando, fornecendo dados, debatendo, outras vezes torcendo, encorajando nos momentos de desânimo, são pessoas que hoje estão estreitamente ligados a esta dissertação.

A minha gratidão principia com a minha família, em especial meu companheiro Armando, que me fortalece com sua atenção, delicadeza e amor.

À minha orientadora, Prof.^a Auxiliadora Lemenhe, presença sempre disponível desde o período da graduação, que me abraçou com sua paciência e sabedoria, dissipando dúvidas, descortinando possibilidades de abordagens, lançando instigantes provocações, enfim, tendo sido fundamental em todo o processo de concepção, elaboração e conclusão deste trabalho.

À Dr.^a Leila Leal Melo, cujo cuidado com a minha paz espiritual, emocional e física foi carinho nesse meu coração de filha.

Aos meus amigos e camaradas, felizmente muitos, destacadamente João Valter Cavalcante Campos (Mestre Júnior Ceará), que nos momentos mais inesperados veio me socorrer nos embates diários com o computador. Outro grande amigo, Getúlio Oliveira Filho, cuja alma imensamente generosa garantiu a superação de obstáculos materiais, garantindo minha tranquilidade para seguir em frente.

À amiga e companheira de lutas Neyla Menezes, a qual, preservando o vigor da militância, guardou e me cedeu importantes vestígios históricos do período tratado nesta dissertação. À Roberto dos Santos, que partilhou comigo seu arquivo pessoal. À Inácio Carvalho, camarada, contemporâneo de movimento estudantil, sempre disponível para uma sugestão, uma lembrança. À Abel Rodrigues, pela leitura e sugestões. À Viviane Rodrigues, que além da constante amizade, me auxiliou na correção e formatação deste trabalho.

Aos dirigentes do Diretório Central dos Estudantes da UFC, que me permitiram consultar os arquivos da entidade. Bem como, a todos os militantes, atuais e antigos, que me inspiraram e enriqueceram com seus depoimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, na pessoa de sua coordenadora, a Prof.^a Irllys Barreira; às professoras Glória Diógenes, Linda Gondim, Isabele Brás e Rejane Carvalho, pelas observações e contribuições.

Ao CNPQ, por ter me agraciado com uma bolsa de estudos, o que viabilizou a presente investigação.

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco,

Também não cantarei o mundo futuro

Estou preso à vida e olho meus companheiros,

Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto investigar o movimento estudantil universitário, buscando identificar as características dessa praxis da juventude, partindo da hipótese de que rituais, símbolos, discursos, manifestações públicas e disputas eleitorais expressam não apenas a dinâmica desse movimento social, mas se constituem como estratégia de propaganda e de reprodução do mesmo. Para tanto, foi realizada a análise do discurso produzido pelas direções estudantis em seus materiais impressos. A elaboração do conceito de juventude foi abordada, a partir do entendimento de vários autores. O fenômeno da Globalização e suas consequências no campo da ação política foram tratados para contextualizar a temática da militância estudantil na década de 1990. É pertinente afirmar que o movimento estudantil é um tipo de organização da juventude, que se distingue por sua dimensão ideológica e pelo exercício da política. Embora os rituais que caracterizam o movimento ainda se mantenham, as manifestações públicas vão se transformando, conforme as exigências do momento histórico. Foram observadas ações voltadas para o recrutamento de militantes e para a manutenção da hegemonia na direção entidades estudantis. Contudo, os dirigentes negam a adoção dessas estratégias. Para os militantes, tanto no passado quanto no presente, a despeito da recorrência do discurso da “crise”, o movimento estudantil é um terreno fértil para o cultivo da utopia da transformação social e de suas “reinvenções”.

Palavras-chave: Estudantes. Luta. Militância.

ABSTRACT

This study has the object of investigating the university student movement, seeking to identify the characteristics of this youth praxis from the hypothesis that rituals, symbols, discourses, public demonstrations, and electoral disputes express not only the dynamics of this social movement but also constitute a propaganda strategy and a reproduction of it. In order to do so, the analysis of the discourse produced by the boards of students in their print materials was employed. The concept of youth was approached from the perspective of various authors. The Globalization phenomenon and its consequences to political action were taken into account to contextualize the student militancy in the 1990s. It is pertinent to say that the student movement is a type of youth organization, which is distinguished by its ideological dimension and political exercise. Although the rituals that characterize the movement still remain, the public demonstrations are in transformation, in accordance with the demands of the historical moment. Actions aimed at recruiting militants and maintaining the hegemony in the boards of students were observed. However, the leaders deny adopting such strategies. For the militants, in the past and in the present, despite the recurrence of the “crisis” discourse, the student movement is a fertile territory to cultivate the utopia of social change and its “reinventions”.

Keywords: Students. Fight. Militancy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A INVENÇÃO DA JUVENTUDE	15
2.1	Os jovens e a participação política	23
2.2	A juventude e as “reinvenções da utopia”	29
3	MOVIMENTOS SOCIAIS NO CENÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO	34
3.1	Manifestações: a política como espetáculo	36
3.2	A ampliação da noção de participação política	38
4	O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	41
4.1	Trajetória do movimento estudantil na UFC a partir da reconstrução das entidades estudantis	43
4.2	Quando o companheiro vira adversário: as disputas no DCE-UFC a partir da década de 1990	50
4.3	O “dito e o feito” no movimento estudantil	59
4.3.1	<i>Os vários sentidos da pala “luta” no movimento estudantil</i>	63
4.4	Campanhas e manifestações estudantis	65
4.4.1	<i>O “Fora Collor”</i>	66
4.4.2	<i>“Fora FHC”: a marcha dos 100 mil</i>	70
4.4.3	<i>Movimento na rua: “Meia Estudantil”</i>	73
4.4.4	<i>Combate à política neoliberal: algumas greves na universidade</i>	86
4.4.5	<i>O “Fora FHC” dentro da Universidade: brigando com o “Provão”</i>	88
4.4.6	<i>Democracia interna: as eleições para Reitor</i>	91
4.4.7	<i>Políticas neoliberais: privatização e autonomia universitária</i>	96
4.4.8	<i>O Governo Lula e o retorno da Reforma Universitária</i>	101
4.5	A política é uma festa	106
5	CONCLUSÃO	109
	REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o movimento estudantil em Fortaleza, no meio universitário, partindo do emblemático “Fora Collor” (1992) até 2004.

A escolha do objeto se deve, em parte, ao “coração de estudante” da pesquisadora que insiste em bater mais forte pela temática da participação política da juventude. Nesse sentido, a investigação proposta visa dar continuidade a um projeto iniciado na graduação, no qual estudei a trajetória do movimento estudantil na Universidade Federal do Ceará, durante a transição democrática (1984/1985). Ao mesmo tempo, me incomoda a persistência de afirmação de tipo: “o jovem atualmente é alienado e apolítico”; “o movimento estudantil acabou”... Assim sendo, creio ser necessário um aprofundamento maior em relação ao tema da participação juvenil, sobretudo a partir da década de 1990.

Pesquisas recentes sobre as formas de expressão juvenil têm analisado movimentos culturais localizados e aparentemente desordenados, quase sempre associados à temática da violência urbana. Exemplos disso são, entre outros, trabalhos sobre os “punks” e “darks” (Abramo, 1994); sobre o “movimento hip-hop” (Diógenes, 1998); os “bailes funk” (Herschmann, 2000). Assim sendo, estudos sobre o movimento estudantil, a partir dos anos 1980, têm sido raros, senão inexistentes.

No presente trabalho, parto da ideia de que as manifestações (passeatas, greves, “ocupações”) organizadas pelas entidades estudantis expressam não apenas as “lutas” e campanhas implementadas pelo movimento estudantil. Elas são, também, “vitrines” através das quais as lideranças estudantis buscam, pela exposição pública, legitimidade para si e para o próprio movimento.

Nesse sentido, as “lutas” e as formas utilizadas para divulgar essas manifestações ganham um destaque especial: são simultaneamente o “cartão de visitas” do movimento e a sua “vitrine”, servindo tanto para demonstrar vitalidade, como para “seduzir” possíveis participantes. Portanto, as manifestações são utilizadas como estratégias de reprodução (legitimação das direções estudantis e via de recrutamento de novos militantes), além de revelarem as diferentes concepções políticas presentes no movimento.

As análises acerca do movimento estudantil nos anos 1960 e 1970, com raríssimas exceções, privilegiaram unicamente o aspecto político da participação juvenil, minimizando seus desdobramentos no campo da cultura. O contrário ocorre atualmente, quando se ressalta a participação dos jovens nos movimentos culturais, diminuindo o caráter político destas atividades. Aliás, a complexidade crescente da vida social exige que as ações que dizem respeito à cultura e à política sejam tratadas conjuntamente e não como instâncias separadas.

Nesse sentido, Geertz¹ (1989) afirma que a política é essencialmente uma atividade simbólica, podendo ser vista como uma manifestação da cultura, uma vez que a mesma se constitui numa ação permeada de sentidos, rituais, imagens e discursos específicos.

O movimento estudantil se apresenta como um campo repleto de significados, rico em simbologia. A ideia de uma cultura semiótica, e acredito que a política e a cultura se entrelaçam, casa perfeitamente com o universo simbólico do movimento estudantil.

Tanto a análise dos discursos, quanto a descrição dos rituais característicos e particulares do movimento estudantil serão abordados segundo a noção das categorias *nativas*, desenvolvidas por Geertz, ou seja, os conceitos que explicitam determinados aspectos da política estudantil são elaborados “dentro” da práxis do movimento, no seu cotidiano e não “fora” dele. Por exemplo, a definição de “*tendência política*” é um conceito elaborado dentro da própria experiência do movimento político, seja sindical, comunitário ou estudantil. Da mesma forma, a noção de “luta” que aparece no seio dos movimentos sociais é compreendida a partir da concretude do próprio movimento, ou seja, os sentidos de determinadas palavras são decorrentes do contexto em que elas são utilizadas.

Para efeito de análise, serão tratados os discursos das lideranças estudantis acerca das ações desenvolvidas pelos estudantes universitários, através do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará – DCE/UFC, entidade geral representativa dos discentes. Através das falas dessas lideranças, se procura responder às seguintes indagações:

- Quais as características das manifestações do movimento estudantil, a partir dos anos 90?
- Que “sentidos” são revelados nas disputas pelo Diretório Central dos Estudantes?
- Quais as estratégias de reprodução utilizadas pelo movimento estudantil?

No caso, será trabalhado, prioritariamente, o material relativo ao DCE/UFC. Nossa intenção inicial era analisar, também, as peças discursivas produzidas pelos estudantes da Universidade Estadual do Ceará – UECE e da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. No entanto, não conseguimos reunir material suficiente, uma vez que os arquivos da UECE e da UNIFOR são praticamente inexistentes. Procuramos, ainda, recorrer a arquivos pessoais, também sem sucesso. Parece ser uma prática comum das entidades populares o descuido com a própria “memória”, o que se evidencia no extravio de documentos, como se elas não “fizessem história”, como se cada nova diretoria partisse do zero. A esse respeito, é interessante o depoimento de um aluno da UECE, militante do movimento estudantil:

¹GEERTZ, Cliford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

“Na maioria das vezes, a galera não se liga que é preciso guardar um jornal, um panfleto, que no futuro isso aí é um documento. Às vezes, é falta de consciência; noutras, é sacanagem mesmo, se joga fora porque é material de outra força política”...

Neste trabalho, nosso caminho metodológico foi construído a partir de leituras teóricas sobre o tema, da observação participante, ouvindo alguns depoimentos, passando pela coleta até a análise de material hemerográfico do movimento estudantil. As referências empíricas foram baseadas nos jornais, boletins, informativos, panfletos, nos materiais de “campanha” (distribuídos pelas chapas nas eleições do DCE/UFC), panfletos das “tendências políticas”, jornais e boletins da União Nacional dos Estudantes – UNE, assim como matérias sobre o movimento estudantil veiculadas na grande imprensa. Para investigar o movimento estudantil universitário, fizemos uma abordagem qualitativa dos dados apurados.

Os discursos produzidos no movimento estudantil exprimem concepções ideológicas, revelam representações, relações sociais e as práticas de seus atores. Assim sendo, a palavra se torna matéria-prima essencial para desvendar o movimento.

Procuramos estudar os discursos dos estudantes na perspectiva sugerida por Eliseo Véron (1980), segundo a qual os textos são “pacotes de sentidos que podem ser desvendados.” O sentido do discurso não é “transparente”, nem dado a priori. Se os textos são “pacotes de sentidos”, eles precisam ser “desembrulhados”. Véron chama a nossa atenção para o fato de que os discursos são práticas sociais.

O tipo de análise desenvolvida por Thompson (1990), baseada na “*hermenêutica da profundidade*”², parece pertinente para desvendar os discursos do movimento estudantil. Para esse autor, a análise discursiva deve levar em conta, além das interpretações dos atores sobre a vida cotidiana, a contextualização histórica, a dimensão ideológica (inerente à produção discursiva), até chegar à análise propriamente dita. A etapa final do processo analítico é a reinterpretação, considerando que o olhar de quem o realiza não é neutro. Na reinterpretação emerge, mais uma vez, a dimensão ideológica.

Ao analisar as falas dos estudantes, frequentemente nos deparamos com a expressão “crise”. Entretanto, optamos pela noção de *refluxo*, tendo em vista que o termo crise, numa perspectiva marxista, sugere a ideia de ruptura. Por sua vez, refluxo (e fluxo) expressa a dinâmica do movimento, alternância entre períodos de “visibilidade” e de “invisibilidade”.

O presente trabalho está dividido em três partes: no primeiro capítulo, são

²Hermenêutica é a ciência que se dedica a compreender e interpretar falas, textos e ações. Um aprofundamento da hermenêutica pressupõe ampliar a compreensão além da “doxa”, ou experiência da vida cotidiana, senso comum.

apresentadas as noções que participam da elaboração do conceito de juventude. O movimento estudantil é considerado como uma manifestação do movimento de juventude. Porém, a juventude não se constitui apenas por estudantes, como sugere a literatura brasileira pertinente à década de 1960. Ou seja, entram em cena outros movimentos juvenis, que representam cada um a seu modo as “reinvenções da utopia”. No segundo capítulo é abordada a questão da globalização e seus múltiplos efeitos, para contextualizar nosso objeto. Portanto, a globalização é tratada de forma breve, ainda que se faça a ressalva quanto à amplitude desse fenômeno, uma vez que, extrapolando a esfera econômica, a ideologia da globalização desencadeou mudanças na vida social, no campo da cultura e da ação política. Nesse sentido, tratamos das manifestações públicas e das mudanças ocorridas nos movimentos sociais, bem como a ampliação da noção de participação política. No terceiro e último capítulo, procedemos à análise dos discursos produzidos pelos estudantes sobre as próprias “lutas”, expressas nas manifestações patrocinadas pelo movimento e sobre as disputas pela direção da entidade estudantil. Há ainda uma breve exposição acerca da reconstrução das entidades estudantis, tendo como referência a década de 1980, para falar do período posterior.

Aqui, defendo a ideia de que o movimento estudantil, apesar de passar por momentos de *refluxo*, possui um potencial de mobilização latente. Quando a situação parece quieta, eis que surge um motivo para uma manifestação e os estudantes dizem “presente”, reaparecem na cena pública, quase sempre com tanto entusiasmo e com um olhar no porvir, que se pode interpretar como sendo uma fagulha de *utopia*.

2 A INVENÇÃO DA JUVENTUDE

“Nossa linda juventude, página de um livro bom...”

(Beto Guedes)

A juventude é tema constante nos noticiários da televisão, nas revistas e jornais, nos trabalhos acadêmicos. Por vezes, a condição juvenil é associada à violência, ao consumo de drogas, à marginalidade. Noutros enfoques, o jovem é visto como produtor de arte e cultura; como ativista dos mais diversos movimentos, seja no voluntariado, nas questões relativas a gênero, meio ambiente, etnia, religião, política... Atualmente, os jovens são alvos de políticas públicas específicas, abordando não só a educação e o lazer, mas também o emprego, a inclusão social. Nas Organizações não Governamentais – ONGs, o jovem tanto pode ser implementador de projetos sociais como ser o beneficiário dos mesmos.

O Mercado “está de olho” na juventude, não apenas no potencial de consumo que ela representa, mas no seu imaginário como condição desejada. Independente da idade, todos querem ser jovens. E para isso, vale tudo! Dos esportes radicais ao Botox, da medicina alternativa ao “visual descolado”, uma vez que a apreciação positiva da juventude está associada ao espírito de descontração e de aventura, à festa, à saúde, à beleza, à sexualidade. Ao mesmo tempo, as crianças entram cada vez mais cedo na fase da adolescência, elas são precocemente erotizadas, nas roupas, no gestual, na dança, tais como adultos em miniatura. Assim, várias atividades são dinamizadas: “a indústria da beleza”, “a indústria do rejuvenescimento”, “a indústria da sexualidade”, “a indústria do entretenimento”, etc. Por isso, a propaganda comercial se apropria de símbolos da juventude para fabricar desejos e vender todo tipo de sonhos, até mesmo o da eterna juventude.

Por outro lado, muito se espera e se cobra do jovem: que ele seja “avançado” e não conservador, que seja portador de esperança e não de desalento: que seja irrequieto e não acomodado. Na maioria das vezes, as expectativas são geradas a partir de ideias preconcebidas, referenciadas no passado, noutro momento histórico, ou numa visão determinista do papel da juventude.

Pode-se afirmar que, nesse início do século XXI, a juventude alcançou status de categoria social relevante, tornando-se objeto de atenção da sociedade civil e do poder público, tendo uma legislação própria, através da adoção de políticas públicas e da criação de espaços institucionais para a participação juvenil. Como problema sociológico, se ampliou o leque de abordagens teóricas explicativas, na medida em que são analisados jovens oriundos de diferentes classes sociais, participantes de diversos grupos, e a partir de novos enfoques.

Mas, nem sempre foi assim. A juventude, enquanto segmento social visível, é uma

construção histórica, uma “invenção” da modernidade (entendida como período histórico de transição entre o mundo medieval e o mundo capitalista), que se modifica de acordo com o tempo e com as condições sociais em que está inserida. As noções que emergem em determinado período histórico, num determinado espaço, nem sempre são generalizáveis. Entretanto, alguns aspectos parecem caracterizar a juventude, atravessando o contexto em que foram observados. Nesse sentido, cabe à sociologia desvendar não só os elementos que formam a subjetividade do jovem, em determinado tempo e lugar, mas também os possíveis caracteres gerais. Considerando a complexidade dos aspectos que envolvem a caracterização da juventude, não é tarefa simples conceituá-la. Segundo Gómez (2000, p. 7),

A juventude se apresenta na sociedade com uma considerável diversidade. Na ordem da vida cotidiana serve para muitas coisas, desde designar estados de ânimo, até para qualificar o novo e o atual. Possui uma grande relatividade, pois se pode ser jovem para umas coisas e velho para outras. Não é um dom com o qual se nasce, mas uma condição social que atravessa toda a estrutura sócio classista; deve-se considerar que não é uma classe, mas um setor social representante das distintas classes sociais. Os jovens também diferem entre si por sua situação econômica, social, cultural e psicológica.

As noções que temos hoje sobre *infância e juventude* são um produto da modernidade, tendo sido vivenciadas primeiramente pela burguesia e, apenas mais tarde, pelos filhos das classes trabalhadoras.

Ariés (1981) afirma que nas sociedades europeias medievais não existia separação entre o universo infantil e o adulto, não havendo a fase de transição entre uma idade e outra, tampouco o tipo de conflito da adolescência presente na cultura ocidental moderna. A família não representava o núcleo principal da sociabilidade, esta se dava nos espaços coletivos, extrafamiliares, como as colheitas, os funerais, as festas.

A criança mal adquiria algum desembaraço físico era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pela juventude.” (ARIÉS, 1981, p. 10).

Ainda segundo esse autor, a partir do século XVII, a família vai se tornando uma instituição fechada, a transmissão dos valores morais, das tradições e dos ofícios, aos menores, passa a ser responsabilidade do núcleo familiar, não mais de toda a comunidade.

Grosso (2000) afirma que, concomitante ao processo de privatização da família, começa a se esboçar a escola, inaugurando a educação formal e motivando a separação entre crianças e adultos. Nos primórdios da instituição escolar, os jovens filhos das famílias burguesas e dos nobres, do sexo masculino, eram o seu público-alvo. As meninas, de todas as classes sociais, continuavam a ser preparadas para a entrada precoce na vida adulta.

Não ocorre de igual forma o desenvolvimento alcançado pelas mulheres e pelos homens.

Estes últimos tiveram a seu favor o patriarcado, de maneira que as mudanças havidas nos espaços de socialização e os processos técnicos importantes tiveram lugar somente entre os jovens burgueses do sexo masculino, que então reproduziram o sistema social. (BORREGO, 2005, p. 7).

No século XVIII, o acesso à educação se amplia lentamente. Ao mesmo tempo, a desigualdade na formação juvenil vai sendo institucionalizada. Tanto que, para as camadas populares, passa a vigorar a escola, por um curto período; já os filhos dos burgueses, estes frequentam o Liceu, por um período mais longo. Os alunos dos liceus eram afastados do trabalho para se dedicarem aos estudos. Entretanto, no século XIX, em função da demanda de mão-de-obra para a indústria nascente, as crianças filhas dos trabalhadores são inseridas no processo produtivo.

Ocorre também nas sociedades modernas uma segmentação dos espaços de elaboração das identidades e das relações solidárias necessárias à transição de uma faixa etária para outra. A preparação é confiada à instituição escolar, cuja função é a transmissão de conhecimentos e valores para o desempenho da vida futura, inclusive profissional. (ABRAMO, 1994, p. 3).

Segundo Ariés, apesar da noção de infância começar a se delinear no século XVII, somente no século XX é que se formula o conceito de adolescente.

Tem-se a impressão, portanto, de que a cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a 'juventude' é a idade privilegiada do século XVII, a 'infância', do século XIX e a adolescência do século XX. (ARIÉS, 1981, p. 48).

Tendo em vista que, nem todas as crianças podem usufruir as “regalias da infância” como, por exemplo, frequentar a escola, ter direito ao lúdico, estar longe do trabalho, gozar de segurança na rua e no ambiente do lar; pode-se afirmar que a infância e a juventude não são igualmente vivenciadas por todos os jovens.

“Os jovens dos setores de baixa renda (principalmente os do meio da rural) são vistos como ‘marginalizados’, fora do cenário moderno e, como consequência, excluídos da própria condição juvenil.” (ABRAMO 1994, p. 22).

As crianças e adolescentes que ocupam as ruas como local de moradia e de “sobrevivência”, ficando fora da escola, são inseridas precocemente na vida adulta, sendo expostas à fome, prostituição, consumo de drogas, maus tratos e a todo tipo de violência. Esses jovens, identificados genericamente como “meninos de rua”, não estão excluídos apenas da infância ou da condição juvenil, são temidos como marginais, perdendo a sua *identidade juvenil positiva*, associada ao imaginário da criança como inocente e ao jovem como “promessa de futuro”. Essas crianças e adolescentes são vistos como uma ameaça à sociedade, como afirma Takeuti, 1997, p. 165:

Submetidos ao processo de estigmatização, ao desprezo social, como ‘jovens-meninos de rua’, ‘galeras’, ‘vândalos’ ou prostituídos(as), suas identidades pessoal e social são forjadas a partir do olhar social que lhes imputa toda uma carga de *negatividade*. A sociedade lhes reserva, de antemão, um lugar concreto que determina suas condições objetivas de carência, de falta econômica e social e, também, destina-lhes um lugar simbólico negativo cujas determinações, nas suas condições subjetivas, interferem preponderantemente no processo de interação/exclusão social.

Os adolescentes da periferia e dos bairros pobres, mesmo aqueles que possuem vínculos familiares ou que frequentam a escola, por vezes, ganham o mesmo estigma.

“Nem precisam ser sujos, fedorentos e feios, tampouco efetivamente violentos e perigosos, basta ser jovem ou menino pobre da periferia para ser transformado em ameaça potencial ao bem estar das pessoas” (IDEM, p. 159).

Abramo (1994) chama a atenção para os jovens excluídos dos espaços institucionais, tais como a família, o trabalho, a escola, tidos como “espaços reguladores”. Esses jovens tendem a se reunir em grupos, seja para o lazer, para a prática de atividades artísticas, religiosas, esportivas ou para delinquência. Segundo a autora, o jovem enquanto construção histórica contextualizada, desenvolve relações fora da esfera institucional, imprimindo novos sentidos à transição da infância para a idade adulta.

A constatação de existem diferentes fases da vida, determinada pelas faixas etárias, dá origem a diversas categorias sociais cujas definições se modificam conforme a passagem do tempo, as mudanças sociais, culturais e de mentalidade. Tais mudanças, além de obterem reconhecimento legal, são consagradas pelo uso. Nesse sentido, Groppo afirma que:

As faixas etárias reconhecidas pela sociedade moderna sofreram várias alterações, abandonos, retornos, supressões e acréscimos ao longo dos dois últimos séculos. Do mesmo modo, as categorias sociais que delas se originam também tiveram mudanças e até supressões. Giram em torno de termos como infância, adolescência, juventude, jovem-adulto, maturidade, idoso, terceira idade e outros. (GROPPO, 2000, p. 13).

A juventude, período de transição entre a infância e a idade adulta, ganhou classificações de acordo com o enfoque dado pelas ciências que se ocuparam diretamente com seu estudo. Por exemplo, para a medicina, a puberdade é o período em ocorrem as transformações físicas no corpo da criança. A noção de *adolescência* foi concebida e aprimorada pela psicologia, pela psicanálise e pela pedagogia, estando relacionada as mudanças de comportamento do indivíduo. Já a sociologia trabalha com a noção de *juventude* e do papel social desempenhado pelo jovem na sociedade. (Groppo, 2000).

No desenvolvimento do conceito de juventude, predominou num determinado período, a visão funcionalista e estruturalista, segundo as quais, as funções sociais de cada ação estão condicionadas à divisão de faixas etárias, correspondentes ao ciclo vital dos indivíduos, nascimento, crescimento, maturidade e envelhecimento. Os escritos de Eisenstadt, em seu livro *De Geração a*

Geração (1976), são exemplos desse tipo de abordagem. O autor fundamentou sua análise em estudos anteriores, desenvolvidos por Talcott Parsons, sobre “variáveis-padrão”. Segundo Groppo (2000, p. 37),

Na sua aplicação das variáveis-padrão, Eisenstadt toma com fundamentais o particularismo e o universalismo, cada qual definindo uma situação propícia ou não ao aparecimento de grupos etários juvenis na sociedade que adota essa ou aquela orientação valorativa.

Eisenstadt (1976) assegura que, nas sociedades orientadas pelo universalismo, nas quais as esferas sociais independem do parentesco, constituem-se grupos etários estáveis, que tendem a desenvolver funções sócias bem definidas, ao passo que, nas sociedades regidas por critérios particularistas (familiares), não se formarão grupos etários definidos.

Os grupos etários surgem em sociedades nas quais a família (ou unidade de parentesco) não constitui a unidade fundamental da divisão econômica e social do trabalho e no qual o indivíduo adquire e aprende várias disposições gerais de papéis que não podem ser aprendidas dentro da família. (EISENSTADT, 1976, p. 254).

Nas sociedades primitivas, a passagem do ambiente infantil para o mundo adulto era bem demarcada e ritualizada, com funções preestabelecidas de acordo com as faixas etárias. Assim, a transição entre a infância e a idade adulta era naturalizada pela padronização. Nas sociedades modernas, dada a complexidade das instituições, essa transição é em geral um momento conflituoso.

Assim como os limites de início e término dessa transição não são claros nem precisos, nem demarcados por rituais socialmente reconhecidos, nas sociedades modernas, esses direitos e deveres não são explicitamente definidos nem institucionalizados, imprimindo-se à condição juvenil uma imensa *ambiguidade*. (ABRAMO, 1994, p. 11)

Eisenstadt (1976) argumenta que os espaços sociais destinados a desenvolver a sociabilidade juvenil nem sempre conseguem exercer tal função. Um exemplo típico disso é a escola, criada para atender à demanda de especialização profissional imposta pela modernidade, deveria também educar o jovem para o desenvolvimento de outros papéis da vida adulta. Entretanto, a escola não consegue dar conta dessa imensa exigência. Por isso, a sociedade tratou de estimular outras organizações voltadas ao atendimento juvenil, ou formadas especificamente por jovens, tais como aquelas voltadas para o lazer, o civismo, as atividades culturais, a religião, o assistencialismo, as associações políticas.

Abramo (1994) discorre sobre o pensamento de Eisenstadt, no que se refere à juventude como período de aprendizagem das funções inerentes à vida adulta, assim como a propensão da juventude para a formação de grupos juvenis:

A peculiaridade desse período de espera constituído pelos anos escolares faz com que as

metas previamente estabelecidas e os papéis aí desempenhados não respondam às necessidades surgidas na personalidade dos adolescentes, que tendem então a formar grupos espontâneos de pares, nos quais possam elaborar essas respostas, que se tornam importantes *locus* de geração de símbolos de identificação e de laços de solidariedade. Tais grupos podem ser pequenos conjuntos de amigos ou desenvolver-se como movimentos mais amplos, como é o caso dos movimentos estudantis. (ABRAMO, 1994, p.4)

Nem sempre os grupos servirão como resposta às inquietações juvenis, nem tampouco serão um espaço de acomodação para as contradições entre os anseios do jovem e as exigências de adaptação às regras pré-estabelecidas pela sociedade. Os próprios grupos juvenis podem ser núcleos de contestação.

Foracchi (1972) faz uma separação conceitual entre adolescência e juventude. Para ela, a crise da adolescência diz respeito ao conflito de gerações, ocorrendo entre indivíduos e grupos de diferentes idades, enquanto que a crise da juventude seria uma etapa superior, uma evolução do conflito de geração que se ampliaria para as questões relacionadas com a sociedade. Segundo a autora,

A crise da adolescência – fica como que aprisionada no mundo restrito das relações sociais, nos limites da idade, e marca essa etapa da vida como etapa de transição. Mas tornar-se adulto não equivale apenas a deixar de ser adolescente. Assumir-se como adulto corresponde ao esforço de colocar-se diante das opções de vida que o sistema apresenta e enfrentá-las como tais... O conflito de gerações desloca-se para o plano da sociedade. (FORACCHI, 1972, p. 30)

O sociólogo alemão Karl Mannheim (1961) trabalhou com a noção de geração, procurando defini-la como um “fato coletivo”, uma situação social, minimizando a tendência de condicionar a ação dos grupos sociais aos aspectos biológicos, determinados pela idade.

Para esse autor, existe no jovem uma potencialidade para aderir ao novo, motivada pela disponibilidade da juventude, uma vez que a mesma ainda não possui vínculos próprios de classe, mesmo que o jovem seja dependente da estrutura familiar que o mantém.

Segundo Mannheim (1961, p. 53), “[...] o fator especial que torna o adolescente o elemento mais importante para a nova arrancada de uma sociedade é de ele não aceitar como natural a ordem estabelecida nem possuir interesses adquiridos de ordem econômica ou espiritual”.

Heller (2012) utiliza a noção de *geração* associada à ideia de *ondas*, nas quais surgem movimentos sociais e culturais comandadas pela geração jovem. As mudanças na conjuntura histórica, advindas desses movimentos, não significam, necessariamente, crise ou ruptura, mas expressam a correlação de forças na sociedade. Cada geração formula uma nova “instituição imaginária” para se diferenciar da geração anterior, mas mantendo elementos do “velho” no “novo” movimento. Segundo a autora,

Três gerações consecutivas surgiram desde a Segunda Guerra Mundial: a geração *existencialista*, a geração da *alienação* e a geração *pós-moderna*, para usar os termos com que elas mesmas se descrevem. Os movimentos culturais modernos vieram em ondas, e

isso se deu pelo simples motivo de que cada nova geração tinha de chegar à maioridade, no sentido de criar uma nova “instituição imaginária”, antes de pegar a tocha da geração anterior (...) (HELLER, 2002, p. 197).

A “invenção” da juventude como categoria sociológica, em determinados momentos, está associada ao comportamento tido como “*desviante*”. Assim, a juventude ganha visibilidade e passa a ser objeto de investigação sociológica quando determinados grupos juvenis fogem dos padrões comportamentais estabelecidos.

A invisibilidade da juventude e sua tematização como problema constroem-se, nesse período, através do surgimento de um comportamento “anormal” por parte de jovens *delinquentes*, ou *excêntricos*, ou *contestadores*, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes. (ABRAMO, 1994, p. 8).

Segundo Abramo (1994) o jovem “radical”, o “rebelde sem causa”, e ainda, o “delinquente”, foram personagens surgidos no século XX, originados nas “novas classes médias” urbanas. Ao mesmo tempo, formulou-se um *tipo ideal* de “jovem normal”. A maioria dos autores ressalta que a juventude possui um “potencial de ruptura” das regras sociais instituídas. Para Groppo (2000, p. 16),

À juventude ideal e primitivamente construída – urbana, ocidental, branca e masculina – outras vieram (ou tentaram) juntar-se – rurais, não-ocidentais, negras, amarelas e mestiças, femininas etc. São outras juventudes que construíram para si representações e relações sociais concretas distintas, em diversos graus, do padrão considerado ideal ou típico da juventude em cada época.

Groppo e Rezende (1989) defendem a tese, da qual compartilhamos, de que existem várias juventudes e não apenas uma portadora de características que possam ser generalizadas para todos os jovens. Tal hipótese procura dar conta da diversidade de grupos sociais presentes na sociedade, caracterizados por identidades tais como religião, etnia, classe social, gênero.

Saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é “ser jovem”, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes. (REZENDE apud GROPPPO, 2000, p. 15).

Rezende (1989) alerta sobre a complexidade da vida cotidiana, oriunda da modernidade, chamando a atenção para a existência de “juventudes” agrupadas em diferentes classes sociais, etnias, religiões, gêneros, procedentes do meio urbano ou rural, construindo múltiplas identidades. Então, em lugar de caracteres gerais, expressando genericamente o “modo de ser jovem”, haveria diversos segmentos da juventude, representantes de subculturas juvenis. “Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes”. (REZENDE, 1989, p. 4).

Os grupos juvenis são formados a partir de afinidades entre seus membros, os quais adotam muitas vezes símbolos, roupas, expressões, que aparentemente não apresentam correspondência com a classe social de onde se originam, ou com qualquer outra referência previamente estabelecida. Desse modo, os grupos juvenis emprestam novos sentidos a antigos símbolos.

Por fim, contemporaneamente, parece ser um traço marcante das vivências juvenis a formação de grupos concretos que constroem identidades juvenis diferenciadas de acordo com os símbolos adotados em cada grupo em particular, inclusive nos casos em que há coincidência étnica, de classe, de gênero, e localidade. Esta característica mais recente das juventudes vem sendo somada com uma das “provas” da diversidade sociocultural contemporânea apregoada pelos “pós-modernos”. (GROPPO, 2000, p. 17-18).

Observando algumas definições relativas à juventude nota-se que elas variam de acordo com o tempo, o lugar, as condições socioculturais e o enfoque adotado. As análises podem ser de caráter funcional, estrutural ou histórico-críticas. Algumas noções são associadas ao conceito de juventude, tais como:

- a) *Faixa etária* – a juventude seria delimitada por faixas etárias, mas sem limites rígidos; ela vai dos 13 aos 20 anos? Dos 15 aos 21? Dos 17 aos 19? Seria dos 18 aos 29? Não há um consenso quanto a essa definição.
- b) *Transição* – período entre a infância e a idade adulta, reforçando a ideia de um “sentido marginal”, uma vez que o jovem ainda não está comprometido com os valores dos adultos.
- c) *Conflito de gerações* – associando juventude à rebeldia, momento de contestação dos valores dos adultos.
- d) *Utopia* – a juventude é apresentada como detentora de um potencial transformador da sociedade.
- e) *Representação Social* – juventude como criação simbólica: atitudes, vestuário, comportamentos, modos de falar etc.
- f) *Espelhamento* – juventude com reflexo da sociedade em que está inserida.
- g) *Construção Social* – juventude ligada a contextos sociais e históricos distintos.
- h) *Aprendizagem* – a inserção do indivíduo na sociedade tem início na juventude, fase em que o jovem aprende as tarefas da vida adulta.
- i) *Introdução na vida pública* – juventude como momento de entrada na cena pública em oposição à infância que seria a idade da *vida privada*.
- j) *Condição juvenil* – a juventude teria não apenas comportamentos próprios, mas também, conteúdos inatos (projetos, rebeldias, utopias).
- k) *Setor de classe* – a juventude não é uma classe social, mas um setor de classe que está presente em todas as classes sociais.

l) *Elo entre temporalidades* – a juventude faria mediações entre o passado, presente e futuro, tanto na trajetória pessoal do jovem quanto na sociedade.

m) *Categoria social* – juventude como fator relevante para a sociedade moderna.

n) *Diversidade* – existência de diversas juventudes, portadoras de características variadas, ao invés da ideia de uma única juventude, dando origem a subculturas juvenis.

Entre as várias concepções sobre a juventude, parece recorrente a ideia de transição de uma fase etária para outra, cujas especificidades dependem de aspectos como gênero, etnia, classe social, contexto sócio-político e econômico. A existência de uma condição juvenil é definida pela maioria dos autores, sendo refutada por outros. À propensão dos jovens à formação de grupos, nos quais se dá a socialização entre indivíduos de faixas etárias semelhantes, parece unificar boa parte das análises sobre a juventude.

2.1 Os jovens e a participação política

A década de 1960 ficou marcada pela presença estudantil no cenário político, em movimentos de contestação social em vários continentes. Em países da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos, os estudantes, sobretudo os universitários, questionaram tanto a sociedade (valores, costumes, sistema de ensino) quanto a política. A rebeldia juvenil era embalada pela polarização ideológica da guerra fria e pela radicalização dos ideais revolucionários.

A temática da juventude ganha visibilidade no Brasil a partir da década de 1950, associada à ascensão da classe média e através da expansão no país do ensino técnico e universitário. Nesse contexto, destaca-se a participação política dos universitários. Segundo Abramo (1994, p. 23),

A presença do jovem nas sociedades latino-americanas, que se estruturou nos anos 50 e, de certa forma, vigorou até os anos 70, articula um conjunto de noções que vincula as ideias de modernização a projetos de mudança, apoiados sobre a figura do jovem estudante. Num plano, projetos pessoais e familiares de ascensão pela escolarização. Noutra, projetos de desenvolvimento e mudança social, pelo exercício de novas funções profissionais com base técnica e científica modernas, e, pelas mobilizações estudantis que postulam transformações de caráter progressista e democrático.

Cavalcante (1986) ressalta a importância do contexto social e político, bem como a situação econômica, para explicar a participação dos estudantes nas décadas de 1960 e 1970, no movimento político. O movimento estudantil seria um produto da modernidade e do próprio desenvolvimento capitalista. Tal desenvolvimento teria propiciado o acesso dos jovens da classe média à universidade. Entretanto, não é a posição de classe social intermediária, nem o pertencimento a uma faixa etária que motivou o envolvimento dos estudantes nos movimentos de

contestação política.

É portanto, numa determinada fase da história ocidental que a juventude é examinada sob adocante utópico, emergindo a crença no seu potencial revolucionário. O contexto social específico é aquele onde os ventos da modernização capitalista operam com o vigor das transformações rápidas, traçadas por um ritmo incessante que galga permanentemente o novo. Essas transformações operam como fatores de decomposição que contrastam com a repressão sofrida pela juventude em contextos sociais tradicionais e, resumidamente, estão relacionados com a organização da família, o estilo urbano e médio de vida e de trabalho, a tecnologia e a ciência, a dimensão sexual, a escolarização e o pluralismo político, artístico e ideológico. (CAVALCANTE, 1986, p. 18).

As greves e barricadas acontecidas na França em 1968 não foram isoladas. No entanto, apesar da simultaneidade dos conflitos envolvendo os estudantes, em várias partes do mundo, o movimento estudantil assumiu características particulares em cada país.

O movimento estudantil explodia e tomava conta das ruas em quase todos os cantos do planeta. Difuso, o processo deixou desorientados os analistas políticos. Cada uma das “revoluções estudantis” se afastava de modelos, previsões e explicações simplistas. As manifestações eclodiram em Santiago, Belo Horizonte, Valência, Madri, Polônia, Iugoslávia, para citar algumas. Nesse período a Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a contabilizar manifestações estudantis em cerca de cinquenta países. (CARMO, 2001, p. 76).

Assim sendo, o movimento estudantil se apresenta numa determinada fase da nossa história, como sinônimo de movimento de juventude. Por outro lado, na Europa e nos Estados Unidos, a temática da juventude, na década de 1960, é enfocada tanto na perspectiva da contestação política, como no “maio de 1968”, quanto nos estudos comportamentais, na análise dos movimentos culturais, nos quais o jovem aparece como produtor cultural, e nas atividades relacionadas ao lazer juvenil, em que ele é o consumidor.

Nos estudos sobre o movimento estudantil, realizados nas décadas de 1960 e 1970, esse movimento é definido como manifestação de determinada classe social, com a particularidade de ser típica do meio urbano. Nesse tipo de abordagem, os estudantes universitários são apontados como integrantes da classe média que, na qualidade de setor intermediário entre a burguesia e o proletariado, estariam sujeitos a estabelecer laços tanto com as classes dominantes, quanto com as classes dominadas. Segundo esse raciocínio, em determinados momentos, os estudantes assumiriam para si reivindicações do proletariado, procurando atuar no sentido da transformação social:

Compreender o estudante através dos vínculos de classe e da situação desta na estrutura de classe implica reter, analiticamente, momentos da constituição do sistema global. A tentativa de caracterizá-los com base em manifestações singulares será legítima desde que se comprove ser ele uma das forças decisiva na renovação social. (FORACCHI, 1965, p. 6).

Penso que não seja possível analisar o movimento estudantil, na atualidade, numa perspectiva de classe social, como se fez no passado, ou ainda, como expressão tipicamente urbana.

Contemporaneamente, não se pode afirmar que os segmentos médios que conseguem ingressar na universidade possuam uma identidade de classe, nem tampouco um projeto político definido para a universidade ou para o país, como alguns autores chegaram a afirmar no passado.

Os jovens universitários representam uma parcela privilegiada da população, considerando o elevado índice de evasão escolar e as dificuldades impostas pela “peneira” do vestibular. Tal constatação, no entanto, é insuficiente para traçar um perfil de classe desse segmento. Quanto à existência de valores tipicamente urbanos entre os militantes estudantis, esta é uma afirmação questionável. As universidades rurais são uma realidade, e lá existe movimento estudantil, sobretudo nas instituições federais. Quanto às universidades situadas nas capitais, como é o caso da Universidade Federal do Ceará, elas recebem um contingente significativo de alunos oriundos do interior, não necessariamente representantes do meio rural, dada a crescente urbanização no campo.

Os meios de agregação implementados pela juventude são variados, seja através da participação no campo das artes e da cultura, nos grupos religiosos, nos partidos políticos. Mudam de face de acordo com o seu tempo.

Para Mannheim, a participação da juventude parece estar intimamente ligada à existência de condições propícias, tanto do ponto de vista do momento político, quanto do desenvolvimento da própria dinâmica social. É necessário que haja um espaço garantido para a ação do jovem na sociedade, tal espaço seria evidenciado pela valorização do papel da juventude como agente da transformação social. A participação juvenil, segundo essa visão, estará condicionada ao reconhecimento da juventude como força motriz da sociedade.

Observando alguns importantes momentos históricos, pode-se afirmar que a juventude costuma se fazer presente nos movimentos sociais, sejam eles contra ou a favor da ordem estabelecida, em defesa da paz ou fazendo parte da guerra. Nesse sentido, não é correto afirmar que o jovem seja, por natureza, progressista nem tampouco conservador. A esse respeito Mannheim afirma:

Quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por índole. Desde cedo isso revelou-se falso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis (...) A juventude não é conservadora nem progressista por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade. (MANNHEIM, 1961, p. 40).

Segundo o referido autor, além da disponibilidade do jovem para o engajamento, justificada pela desvinculação do mesmo no sistema produtivo, tanto do ponto de vista material quanto ideológico, fatores como o conflito de gerações, negação dos valores dominantes, bem como, a insatisfação diante da realidade colocada pelo “mundo adulto” podem servir como motivações para a adesão do jovem aos movimentos de contestação.

A “utopia da revolução juvenil” foi tema de autores brasileiros como Arthur Poerner, Marialice Foracchi, Luís Carlos Bresser Pereira e Mendes Júnior, entre outros. Eles abordaram não só o potencial revolucionário da juventude estudantil, como também o papel desenvolvido por suas entidades representativas, em nível nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e pelas lideranças estudantis, na luta contra a ditadura militar.

Nesse sentido, Poerner (1995) assegura que os estudantes brasileiros se envolveram em vários movimentos importantes da história do país, ainda que de maneira esporádica e espontânea, tais como a Inconfidência Mineira, a luta pela Independência, a Campanha Abolicionista, a defesa da República.

As primeiras organizações estudantis, das quais se tem registro, eram de caráter local, ligas estudantis, sociedades secretas, grupos literários, agremiações de juventude dos partidos de esquerda. Posteriormente, nas escolas e universidades foram criados grêmios e centros acadêmicos, onde os alunos se organizavam nos respectivos cursos. Em 1910, os estudantes tentaram fundar uma representação em nível nacional, a primeira tentativa, como outras posteriores, foi marcada pelo insucesso. A unidade das reivindicações e lutas políticas implementadas pelos estudantes só veio a efetivar-se graças à criação de uma entidade geral, fato que veio a ocorrer somente em agosto de 1937, com a União Nacional dos Estudantes, a UNE (Poerner, 1995).

As ações do movimento estudantil e de suas entidades, devidamente documentadas, têm sido caracterizadas pela defesa de valores como a democracia e a liberdade. Nessas entidades tem predominado a presença de organizações de esquerda. Somente no período de 1949 a 1956 a direita esteve na direção da UNE, que volta a ter uma direção progressista em 1956. A UNE atuou na ilegalidade de 1964 a 1968.

As principais campanhas democráticas e populares, desenvolvidas no Brasil, contaram com a presença da União Nacional dos Estudantes, quais sejam: nas denúncias contra o nazifascismo (1937), quando os estudantes assumem o combate ao Estado Novo e ao Eixo Nazifascista, defendendo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; na oposição à ditadura de Getúlio Vargas; na luta pela Anistia, pela Constituinte e por Eleições Livres (1943/1945); na campanha nacionalista “O Petróleo é nosso”, em 1947, ano em que o Partido Socialista Brasileiro dirigiu a UNE; no Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE (1959/1969); na heroica resistência ao Regime Militar (1964/1984); na campanha pelas “Diretas já” (1984); no “Fora Collor” (1992), movimento que culminou na destituição do então Presidente da República Fernando Collor; em oposição às privatizações e demais políticas neoliberais, desenvolvidas nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso (1994/1998 e 1999/2002); nas campanhas para as eleições presidenciais.

No que se refere à participação política, afirma-se com base na literatura existente que, a

partir dos anos 1980 o movimento estudantil entra em crise, perdendo o status de vanguarda do movimento social, papel que lhe fora atribuído nas décadas anteriores.

É exatamente o momento em que outros movimentos aparecem na cena pública, além da reorganização do movimento sindical (início dos anos 1980), atores do movimento comunitário, movimento negro, movimento de gênero, movimento ambientalista etc.

No movimento estudantil, na de 1980, a reconstrução das entidades representativas dos estudantes esteve no centro da ação política dos militantes estudantis, assim como a luta pela democracia, no país e na universidade.

Os estudantes, de forma organizada (em comitês suprapartidários, através das entidades estudantis), participaram da campanha das “Diretas-Já” (1984), em parceria com outros setores da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos, entidades diversas, partidos políticos, associações profissionais, comunitárias. A juventude estudantil foi uma presença alegre e criativa nas manifestações da campanha “pró-diretas”. A democracia interna, a representação estudantil em departamentos e órgãos colegiados da universidade, assim como as eleições para Reitor, também foram pautadas pelas lideranças estudantis (Pereira, 2001).

No início da década de 1990, foi a vez dos “cara-pintadas”, como ficaram conhecidos os jovens manifestantes desse período. A presença massiva da juventude no “Fora-Collor”, protestando contra a corrupção e a favor da ética na política, provocou euforia entre os militantes políticos e observadores do movimento. Na interpretação de alguns sociais, o movimento estudantil retornara definitivamente ao centro da ação política. Nesse sentido, as manifestações do “Fora-Collor” foram comparadas às realizadas na década de 1960. Segundo Herschmann (1997):

Durante o período do processo de impeachment do presidente Collor, vários militantes, ex-militantes e alguns intelectuais, com grande alegria, identificaram na reação dos caras-pintadas um indício do ressurgimento do segmento jovem como principal agente político. Acreditavam que, tal como nos anos 1960, os jovens estavam agora na linha de frente, empenhados no atual processo de democratização do país. (HERSCHMANN, 1997, p. 68).

As primeiras manifestações do “Fora Collor” aconteceram em agosto de 1992, no Rio de Janeiro e em São Paulo, organizadas pela UNE e pela UBES. No mês anterior, a Rede Globo de Televisão exibiu a minissérie *Anos Rebeldes*³, que tinha como tema o movimento estudantil e a guerrilha urbana (1968). As manifestações transcorreram ao dom de “Alegria, alegria”, música de Caetano Veloso (1967), trilha sonora da minissérie, conforme descrito na revista *Veja*:

Caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento, uma garotada alegre ocupou as ruas das duas maiores cidades brasileiras na semana passada. Alto astral, altas transas, lindas canções deram tom às passeatas que atingiram em cheio o coração do Rio de Janeiro e São Paulo. Foram momentos poéticos, nos quais se confundiram ficção e realidade, passado e presente, a minissérie *Anos Rebeldes* e a CPI de PC. Alegria, alegria: a rebeldia

³“Anos rebeldes” é uma obra de ficção de autoria de Gilberto Braga, baseada no livro *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis.

juvenil está de volta, juntando mauricinhos, skatistas e esquentados. (“Alegria, alegria, Veja, São Paulo, agosto, 1992, p. 18”).

A despeito das comparações com as manifestações da década de 1960, o retorno dos estudantes às ruas ocorreu em circunstâncias totalmente diferentes. Enquanto no passado os jovens tiveram que enfrentar o medo e a repressão, nos eventos do “Fora Collor”, contaram com o apoio da opinião pública e com a adesão crescente de outros setores sociais. A mídia noticiou as manifestações louvando a ação dos jovens (e suas intenções), em contraste com as críticas à postura dos “políticos tradicionais”. Nas manifestações, os “cara pintada” uniram elementos do passado e do presente, evocando símbolos e valores, como patriotismo, rebeldia, heroísmo, utilizando as cores nacionais (verde e amarelo), ao som de músicas que embalaram os protestos de gerações anteriores, tudo isso misturado à irreverência evidenciada na sátira à figura do presidente Collor e de seus colaboradores.

Entretanto, a retomada das mobilizações estudantis com as proporções do “Fora Collor”, revelou-se um evento passageiro. A esse respeito, Janice Sousa (1999) afirma que esse evento não se refletiu numa mudança organizativa em termos da participação política dos jovens. Segundo ela,

O que o Brasil assistiu nos dois primeiros anos do primeiro governo civil após a ditadura parecia apontar, definitivamente, para o renascimento da juventude estudantil e trabalhadora. Mas isso não ocorreu. Essas manifestações foram esporádicas, momentos de euforia coletiva, sem uma articulação sólida de sustentação, ou como forma organizativa mais permanente e de interferência histórica nos momentos subsequentes. (SOUSA, 1999, p. 53-54).

O movimento estudantil tem procurado pautar sua ação por grandes manifestações, que lhe conferem visibilidade. No entanto, ele não está imune aos períodos de pouca visibilidade chamados por alguns de *crise*, palavra que eu prefiro substituir por *refluxo*. Acredito que esses momentos “invisíveis” são momentos de acumulação de forças, de “latência”. O movimento estudantil, assim como os demais movimentos sociais, não se manifesta continuamente, nem com a mesma forma, tampouco com igual pujança.

Do ponto de vista endógeno, o movimento estudantil tem conservado sua estrutura organizativa, através da manutenção das entidades estudantis, dos seus rituais, dos fóruns gerais e localizados de discussão. Algumas estruturas foram alteradas para democratizar a participação. Atualmente, as eleições para a diretoria da UNE seguem o “critério da proporcionalidade”, ao invés da “maioria absoluta”, objetivando com isso ampliar a participação das “forças políticas” que atuam no movimento; as chapas concorrentes têm direito de compor a direção, com peso proporcional à votação recebida.

Até a eleição de Corbelini (1988), as diretorias da UNE eram majoritárias, ou seja, não incluíam representantes das chapas perdedoras. Ante o acirramento da polêmica em torno

do aparelhamento da entidade, decidiu-se que, a partir do 40º Congresso, realizado na Universidade de Brasília, em 1989, a formação da diretoria levaria em conta a proporcionalidade dos votos obtidos das chapas concorrentes. (POERNER, 1995, p. 317).

Sousa (1999) defende a tese com a qual me identifico, de que a militância política é um canal de formação da juventude, efetivada através da preservação da memória histórica das lutas sociais. A participação dos jovens nos movimentos sociais é uma das formas encontradas pela juventude para potencializar sua condição transitória (da infância para a idade adulta) e para escapar aos ditames do mercado.

As *tendências* que atuam no movimento político são movidas por ideologias alimentadas por utopias, no sentido atribuído por Mannheim (1986). Para este, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, legitimação ou reprodução da ordem estabelecida, ou para a criação de uma nova ordem. Utopias, por sua vez, são aquelas ideias, representações ou teorias que aspiram a outra realidade inexistente. Portanto, as utopias têm uma função subversiva, crítica e, em alguns casos, revolucionária. Desse modo, se percebe que ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno.

2.2 A juventude e as “reinvenções da utopia”

Se as coisas são inatingíveis... Ora!
 Não é motivo para não querê-las...
 Que tristes os caminhos, se não fora
 A mágica presença das estrelas!
 (Mário Quintana)

Nos anos 80, intensifica-se a presença da juventude no mercado de trabalho, em decorrência do agravamento da situação econômica. Para muitas famílias, o salário do jovem torna-se fundamental para complemento da renda familiar, inviabilizando sua permanência na escola ou na universidade. Noutros casos, o estudante opta pelo trabalho para garantir sua independência financeira em relação à família. Uma das possibilidades, é que o jovem assuma concomitantemente a identidade de trabalhador e de estudante. Esse advento incide diretamente na disponibilidade juvenil para participação política, reduzindo sua capacidade de engajamento. Ao mesmo tempo, na condição de assalariados, tanto os jovens dos setores médios quanto das camadas populares passam a ser percebidos pelo mercado como potenciais consumidores diretos.

Nesses anos, desenvolveram-se numerosos espaços voltados para diversão juvenil, como os imensos salões de dança nos bairros da periferia, as danceterias nos bairros centrais, as lojas de diversão eletrônicas, as pistas de patinação; as lanchonetes etc. Aparecem também lojas especializadas em roupas e adereços para jovens, tanto nos centros comerciais mais nobres quanto nos circuitos comerciais destinados à população de baixa renda, que oferecem artigos com a mesma moda dos shopping centers, mas com preços mais acessíveis e com possibilidade de crédito. (ABRAMO, 1994, p. 60-61).

Os estudantes deixam de ocupar o papel central no movimento de juventude, a partir

dos anos 80, entrando em cena outros atores juvenis, novos perfis. Nos movimentos sociais, as temáticas são diversificadas, questões relativas a gênero, etnia, cultura, moradia, meio ambiente, entre outras, passam a ser objeto de movimentos organizados e de manifestações públicas específicas. Nesse sentido, merece destaque a atuação das Organizações Não-Governamentais, fenômeno difundido no Brasil, nesse período, as ONG's desenvolvem ações em tornos de temas bem diversificados.

Uma parcela da juventude passa a atuar nas “organizações não governamentais” ou em ações do voluntariado. A partir da hipótese de que há um “perfil de militância”, pode-se afirmar que, alguns desses atores não participariam do movimento estudantil ou de partidos políticos por não terem afinidade ideológica, outros por discordarem do *modus operandi* desses movimentos. Aliás, essa é uma das características da ampliação das frentes de participação, a inclusão de novas formas de ação e de organização. Por isso, atualmente fala-se *em movimentos sociais* em vez de *movimento popular*, refletindo a diversidade, tanto das ações e reivindicações quanto das classes sociais presentes na cena pública.

Abramo (1994), analisando os anos de 1980, chama atenção para as mudanças na participação política da juventude, sobretudo no que diz respeito à composição social dos atores. Os jovens das camadas populares, precocemente inseridos no mercado de trabalho e no consumo, passam a atuar como produtores de ações políticas e culturais. Movimentos como o “Punk” e o “Dark”, dotados de forte apelo visual, são portadores de uma nova estética discursiva, deslocando, permanentemente, a contestação para o espaço das ruas.

Segundo a autora, a proliferação de movimentos culturais, bem como a formação de inúmeros grupos musicais juvenis, de estilos variados, na década de 1980, estava relacionada:

Em primeiro lugar, referem-se a uma insatisfação com o marasmo social: “nada de interessante a fazer, lugares onde ir, encontrar amigos e se divertir”. Em segundo lugar, a imobilidade política: o movimento estudantil esvazia-se na universidade... Esvazia-se o significado da universidade como polo de discussão e agitação cultural a que nos referimos anteriormente. Era o refluxo do clima anterior de efervescência política, dos acontecimentos de rua, passeata, manifestações, quando já se começava a entrar no compasso de espera da transição [...] (ABRAMO, 1994, p. 127).

Na década de 90, além do “Punk” e do “Dark” emergem, entre outros, o movimento “Funk, as torcidas organizadas, as “ganguês”, as “galeras” e o movimento Hip-Hop”. Glória Diógenes (1998) discorre sobre a rebeldia da “geração pós-moderna”, descrevendo a juventude como portadora de uma estonteante riqueza de sons, de rimas, matizes culturais, símbolos, expressos na pluralidade das suas manifestações. Os jovens das gangues e galeras fazem da rua o palco das suas ações, a violência é uma forma de expressão. E essa juventude explode em ritos, cujas ações e signos utilizados têm com característica principal o caráter altamente performático. Para a autora:

Pode-se assinalar um denominador comum nas práticas juvenis que marcam os anos 90: a necessidade de formação de “turmas” cujo objetivo, pelas vias mais diversas, é marcar presença impactante no cenário social. Pode-se observar que as variações no “ato de marcar presença” têm se dado de um modo bastante diferenciado. Nas grandes metrópoles brasileiras, o registro destacado tem ocorrido, a partir de dois campos diferenciados de manifestações culturais, que têm a dança, a música, o esporte, ou as artes gráficas como campo de manifestação mais marcante, denominados galeras e os grupos se expressam, de forma mais restrita, através de práticas coletivas de violência, identificados como “ganguê”. (DIÓGENES, 1998, p. 104).

Ao descrever os movimentos sociais e juvenis como *ondas*, capitaneadas pela juventude, encontramos em Heller (1998) a noção de “geração alienada”, associada aos participantes do movimento cultural dos anos 1960. Tal afirmação soa estranha para nós porque a história dos movimentos da juventude latino-americana, e brasileira, nesse período está intimamente ligada ao engajamento da juventude nos movimentos de contestação política, sintonizados na utopia da transformação social. Já os jovens dos anos 1980 estariam inseridos noutra onda, fazendo parte da “geração pós-moderna” e sendo portadores de um sentimento de rebelião não direcionado. Portanto, o sentimento de contestação e o ato de participação seriam fragmentados e circunscritos a espaços e temáticas específicos.

No Brasil, a juventude dos anos 1980 e 1990 tem sido descrita pela principalmente Mídia como “alienada”, “consumista”, “acomodada”, “desprovida de projetos coletivos”. Exemplo disso são os versos da canção “*Geração Coca-Cola*”, lançada em 1984, no primeiro álbum da banda “Legião Urbana”(composição de Dado Villa-Lobos e Renato Russo), onde se ironiza a representação que a sociedade tem sobre a juventude: “Somos os filhos da revolução / Somos burgueses sem religião / Somos o futuro da nação / Geração Coca-Cola”. A esse respeito, tanto Herschmann (1997) quanto Abramo (1994) asseguram que tais descrições da juventude estão ancoradas na “fixação de um *modelo ideal de comportamento juvenil*”, referenciado nos movimentos políticos da década de 1960. Nesse mesmo sentido, Herschmann afirma que a juventude dos anos 1980 e 1990 tem sido:

Caracterizada como imobilizada pela indústria cultural e marcada por longo período autoritário, esta juventude é descrita como limitada a um posicionamento individualista que não só a impedia de ter uma visão crítica da sociedade como também de formular qualquer projeto de mudança social. (HERSCHMANN, 1997, p. 69).

Em 1992 ressurgem as grandes mobilizações estudantis, comparadas aos atos públicos contra o regime militar (1964), as manifestações do “Fora Collor”, momento em que a juventude vai às ruas exigir o “impeachment” do então presidente Fernando Collor. Se o movimento estudantil não conseguiu manter o mesmo patamar de mobilizações por muito mais tempo, uma coisa é certa, graças ao “Fora Collor”: “criaram-se condições concretas para uma discussão mais profunda sobre a cidadania brasileira”, segundo revista da circulação nacional, que prossegue

afirmando: “[...] A história talvez testemunhe que nunca houve um repúdio coletivo tão amplo quanto o que sofreu o primeiro presidente civil eleito após a ditadura.”⁴

Sousa (1999) afirma que a participação do jovem em projetos coletivos é essencial à formação de uma consciência crítica e que a militância política reforça o sentimento de “pertencimento” do jovem no grupo social. Em seu estudo sobre a militância juvenil dos anos 1990, tratando da participação dos jovens em diferentes organizações (Pastoral da Juventude Católica, Movimento Negro, Movimento Anarco-Punk, ONGs), a autora conclui que a juventude está longe das “*grandes utopias transformadoras*”, entretanto, ressalta que não se pode negar a participação política da juventude, nem tampouco, a relevância dessa ação, tanto para o desenvolvimento da sociabilidade juvenil, quanto para uma educação cidadã das novas gerações.

A militância política entre a juventude hoje, como exceção em um contexto social excluyente que rouba-lhe perspectivas de futuro, possui novos significados que não podem deixar de ser interpretados, sob o risco de perdermos uma dimensão mais abrangente dos caminhos de nossa cultura política. Enquanto houver juventude, haverá encontro, ainda que seja para lamentar as possibilidades. (SOUSA, 1999, p. 13).

O chamado *protagonismo juvenil* é um dos movimentos contemporâneos da juventude, estando relacionado com os avanços da democracia participativa e o desenvolvimento da cidadania. Os jovens se organizam para reivindicar políticas públicas especificamente voltadas para a juventude, tais como emprego, educação, direitos sexuais reprodutivos, proteção nos casos de gravidez precoce, igualdade racial, combate à violência, acesso à cultura e ao lazer, proteção para os jovens em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, diversas entidades juvenis têm implementado esforços para a organização de fóruns regionais e nacionais sobre políticas públicas para juventude (PPJ), a criação de Conselhos Jovens ou de Comissões de Juventude, ligadas ao poder público.

A partir dos anos 1990, vem tomando corpo um movimento *antiglobalização neoliberal*, cujo expoente principal tem sido o *Fórum Social Mundial* (FSM). O primeiro encontro ocorreu em Porto Alegre - RS, paralelo à realização da Cúpula Social das Nações Unidas, em Genebra, Suíça. As três primeiras edições do FSM aconteceram em Porto Alegre, em 2001, 2002 e 2003; o quarto encontro ocorreu na Índia, em 2004. O público presente no FSM tem crescido ao longo das edições, assim como a participação da juventude. Os números relativos aos três primeiros fóruns realizados no Brasil atestam essa afirmativa. O IV Fórum teve uma grande participação popular, apesar de haver decrescido a presença de organizações e entidades. O envolvimento dos jovens e de outros movimentos antiglobalização no FSM está em ascensão.

⁴Revista Veja, 30/09/1992.

1° FSM	2° FSM	3° FSM
18 mil participantes	51 mil participantes	100 mil participantes
4702 delegados	12274 delegados	20763 delegados
N° de organizações: sem dados	4904 organizações de 131 países	5717 organizações de 156 países
2000 jovens no acampamento da juventude	15000 jovens no acampamento da juventude	25000 jovens no acampamento da juventude

Fonte: Conselho Internacional do FSM (www.forumsocialmundial.org.br)

O Movimento dos Sem Terra (MST) é mais um espaço de organização e mobilização da juventude, sobretudo a partir do final da década de 1990, tanto em função do contingente de jovens oriundos da luta pela posse da terra, quanto pelo envolvimento de estudantes universitários, através dos programas de educação popular desenvolvidos nos assentamentos do MST. A seleção para monitoria de programas de alfabetização de adultos e de crianças tem sido feita no ambiente da universidade. Os estudantes recebem uma bolsa a título de remuneração. Na maioria das vezes, os envolvidos assumem a militância política no MST, ou a defesa de suas “bandeiras de luta”, fazendo a conexão entre o movimento e a universidade.

A despeito da “crise dos paradigmas”, de um arrefecimento ideológico motivado pela derrocada dos governos socialistas, da emergência de valores ligados ao consumismo e ao individualismo, apesar de tudo isso, a juventude continua buscando manter a participação nos movimentos coletivos.

Ainda que a participação juvenil não esteja vinculada a um projeto explícito de transformação social, não é correto afirmar que a militância juvenil esteja sem *utopia*. Nesse sentido, valores como liberdade, democracia e justiça inspiram as ações de diversos grupos juvenis. Os espaços de participação na sociedade são múltiplos, sendo necessário o redimensionamento do conceito de práxis e de participação política, sobretudo entre a juventude, para que se possa compreender não só as novas formas de engajamento dos jovens, como também se perceber a “reinvenção” das vias consideradas tradicionais.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CENÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO

Movimentos sociais são ações coletivas, de feição política e sociocultural, visando à organização de pessoas para reivindicar direitos, externar necessidades, fazer proposições. Tais movimentos realizam diversos tipos de manifestações: caminhadas, passeatas, atos públicos de denúncia, concentrações, reuniões de debates, etc..., para dar conhecimento ao público das suas demandas e para “fazer pressão”.

Segundo Gohn (2003), “os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda de diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.

Albert Hirschman (1983) argumenta que a presença dos atores sociais na vida pública está condicionada a ciclos de participação. Há momentos em que o interesse coletivo motiva parcelas de cidadãos a participar do movimento político. Com o passar do tempo, a esfera pública se desgasta e se esvazia. E os mesmos indivíduos que atuavam na política se voltam para as questões privadas, como o consumo, o bem-estar individual, demarcando o início de um novo ciclo. Portanto, a participação nos movimentos sociais e a ação política estariam sujeitas a oscilações, evidenciadas em períodos de fluxo e de refluxo.

No decorrer dos anos 1990, a globalização passa a ser tema de estudos e de debates teóricos, tornando-se item obrigatório da agenda política e intelectual desse período. Da mesma forma, discute-se a nova ordem mundial, a derrocada do socialismo real e a crise das esquerdas.

A discussão sobre a globalização vem carregada de aspectos ideológicos, passando a ocupar todos os espaços, saindo da academia, passando pela mídia até chegar no cotidiano das pessoas. O debate iniciado no meio acadêmico entra nos domínios do senso comum.

O conceito de globalização tem gerado polêmica. Numa perspectiva estritamente econômica, “refere-se ao processo gradual de eliminação de barreiras econômicas e concomitante ao aumento nas trocas internacionais e na interação transnacional”⁵. Durante a década de 1990, alguns autores chegaram a afirmar que a globalização era um mito; para outros, um processo irreversível. Numa perspectiva sociológica, Canclini (1999) afirma que “... A globalização não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las: por isso, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores”.

No Brasil, as primeiras medidas econômicas de caráter globalizante foram adotadas em meados dos anos 1980, durante o Governo Sarney, através da liberalização comercial, permitindo a abertura da economia brasileira. Tal processo foi acelerado no Governo Collor (1989). Entretanto, é

⁵DOLAN (1993) apud CALDAS, 1999, p. 18.

na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994/1998), prosseguindo no seu segundo mandato (1999/2002), que o neoliberalismo passa a ser de fato implementado no Brasil.

A respeito da globalização, tanto Nestor Canclini (1999) quanto Otávio Ianni (2001), afirmaram se tratar de um processo irreversível. Esses autores caracterizam a globalização como um fenômeno contraditório, pois, ao mesmo tempo em que ela propõe a mundialização das economias e das culturas, a globalização revela e aprofunda as diversidades locais.

Segundo Canclini (1999), no “vendaval” chamado globalização as expressões das identidades (etnias, nações, classes sociais) se confundem e se transmutam em formas diferenciadas e desterritorializadas. Assim como o mundo do trabalho perde o chão da fábrica, com as novas formas de produção, as cidades perdem suas peculiaridades e se tornam aparentemente homogeneizadas.

Otávio Ianni (2001) faz uso de metáforas tais como “supermercado global” e “shopping center global”, para se referir à brutal internacionalização do capital. Para ele, o suposto fim das fronteiras, que na realidade só é posto em prática pelos países em desenvolvimento (leia-se dependentes do FMI), é semelhante à máxima popular do “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, uma vez que as grandes potências pregam o fim das barreiras comerciais e alfandegárias, mas protegem suas reservas de mercado. A globalização acena com a proposta de um mercado cada vez mais compartilhado pelos habitantes do planeta, vendendo todo tipo de mercadoria, de objetos industrializados até “produtos culturais”, num mercado que pode ser acionado à distância, graças aos recursos da informática.

O acelerado desenvolvimento tecnológico, sobretudo nos campos da eletrônica e da informática, caracteriza uma nova revolução tecnológica, cujos efeitos não se limitam ao âmbito da produção dos bens materiais. Nesse sentido, na era da globalização se faz apologia da velocidade, tal qual na Primeira Revolução Industrial, quando Marx (1848) afirmava perplexo que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. Portanto, no atual contexto as noções de tempo e espaço foram drasticamente alteradas.

David Harvey (2001), para explicar as mudanças decorrentes das novas tecnologias faz um parâmetro entre os valores apregoados pela modernidade e a sua “desconstrução”. Assim, o autor discorre sobre o conceito de “pós-modernismo”, apontando a fragmentação da vida social como uma das principais características da pós-modernidade.

O desenvolvimento no campo da informática repercute significativamente na esfera da comunicação. A Internet conduz seus usuários aos inimagináveis caminhos da informação rápida e ilimitada: “estar conectado” é fundamental, “navegar, mais do que nunca é preciso”. Além das informações, a comunicação entre as pessoas é facilitada de maneira até então inimaginável. “Fazer amigos”, conquistar amores, participar de grupos de discussão, tudo isso passa a ser possível sem

que seja necessário sair do lugar.

O advento da internet, assim como a utilização maciça da telefonia móvel, determina novos padrões de comunicação. No caso da internet, instaura-se, inclusive, um novo código gramatical. Surgem os amigos virtuais, os amores virtuais, os manifestantes virtuais e até os amantes virtuais. Inaugura-se a virtualidade nas relações sociais, determinando não só uma nova estética comunicativa, mas novos tipos de sociabilidades. Obviamente, o acesso frequente à internet é limitado às classes sociais mais favorecidas.

Entretanto, tais avanços nas comunicações interpessoais não anulam as ações coletivas. As modificações nesse campo decorrem das mudanças ocorridas nos modos de organização dos movimentos e num certo desprestígio das organizações clássicas, como os partidos políticos. Segundo Gonh (2003):

O associativismo predominante nos anos 1990 não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilizações pontuais. Qual a grande diferença? No primeiro caso, a mobilização se faz a partir de núcleos de militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização. No segundo, a mobilização se faz a partir do apelo de alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários. (GOHN, 2003, p. 19).

Na atualidade, os movimentos sociais progressistas têm desenvolvido redes de diferentes tipos, construídas na comunidade, no bairro, nas redes virtuais (sobretudo nos movimentos antiglobalização). As redes são formadas por entidades, organizações da sociedade civil, movimentos temáticos específicos, visando organizar eventos pontuais. Os representantes de movimentos sociais “clássicos”, constituídos por uma militância constante, como no caso do movimento estudantil, têm procurado trabalhar com a ideia das redes, entretanto, não abandonam as formas usuais de conduzir as tarefas ordinárias do movimento.

3.1 Manifestações: a política como espetáculo

Autores como Canclini (1999), Harvey (2001) e Sennet (1988) são enfáticos ao afirmarem que no contexto da sociedade globalizada, dita “pós-moderna”, a esfera pública, vitrine da ação política, se modifica e também se rende ao fascínio da automação, da eletrônica.

Os meios de comunicação de massa aproximam o público e o privado, explicitando as articulações e a reestruturação das funções dos atores políticos tradicionais. A ação política se modifica, assim como as formas utilizadas para dar visibilidade a essas ações.

Carvalho (1999) discorre sobre a transformação da política em mercadoria, acarretando mudanças significativas na esfera pública e no campo da expressão política, tanto na apresentação dos conteúdos, quanto dos próprios atores. Assim sendo, impõe-se uma estratégia mercadológica

nas campanhas e manifestações. A publicidade passa a ser fundamental na divulgação das propostas e das reivindicações políticas. Essa supervalorização da estética é definida pela autora como *mostrabilidade*.

Só adquire sentido político o que entra no campo da notícia, ou seja, o que se coloca em posição de ser *notado publicamente*. O lugar privilegiado de registro dessa notoriedade é sem dúvida a mídia (de modo especial a televisão). O reconhecimento da indispensabilidade do marketing político é a rendição ao fato de que cada vez mais fazer política é construir imagens com valor de exposição. (CARVALHO, 1999, p. 21).

As manifestações de rua, como passeatas, caminhadas, comícios, são expressões públicas características do movimento reivindicatório. No entanto, elas não surgiram com o mesmo formato e significado que hoje se apresentam. Como qualquer outro movimento social, as manifestações de rua foram evoluindo em seus formatos através da história.

Para Champagne (1994), as manifestações atuais funcionam segundo uma racionalidade circular, ou seja, o "espetáculo" toma o lugar do confronto, amenizando os ânimos. Nesse sentido, as manifestações atuais contribuiriam para um esvaziamento do jogo político. Diferentemente das antigas aglomerações espontâneas, a manifestação de rua, organizada como ato público político, realiza a mediação entre os manifestantes e o poder, tendendo a neutralizar o confronto explícito, ainda que tais manifestações expressem posições políticas definidas.

Atualmente, a manifestação de rua é mais do que um meio de expressão da opinião pública. Além de ser um instrumento de reivindicação, a manifestação de rua se presta a dar visibilidade à luta política, atuando como uma peça publicitária. Cada vez mais, está presente o fenômeno da "espetacularização" da política.

Apesar da necessidade crescente de se mostrar (o que faz da manifestação um espetáculo preparado para atrair participantes e expectadores, além de disputar espaço na mídia com outros eventos), as manifestações são instigantes, porque contém o elemento surpresa, o imprevisível.

Os conceitos de público e privado, bem como o de campo da política, foram tremendamente alterados com o desenvolvimento tecnológico na área das comunicações de massa, e com o surgimento e posterior desenvolvimento da mídia eletrônica. Pode-se afirmar que o fenômeno da interação midiática criou novas formas de expressão no campo político, tanto do lado do poder institucionalizado quanto do movimento popular.

Assim sendo, a construção de um campo de domínio público, assim como de uma esfera política, encontra-se modificado tanto nas formas de ocupação da cena pública quanto na crença em relação à sua eficácia. Habermas (1984) faz críticas a essas mudanças:

Perante a esfera pública ampliada, os próprios debates são estilizados num show. A publicidade perde sua função crítica em favor da função demonstrativa: mesmo os

argumentos são pervertidos em símbolos, aos quais não se pode, por sua vez, responder com argumentos mas apenas com identificações. (HABERMAS, 1984, p. 241).

Na década de 1990 os partidos políticos e as entidades de massa, formas tradicionais de representação do movimento social, passam por um período de aparente refluxo, enquanto a ideia de politização e participação política assume outros contornos. A política institucional parece ofuscada pelo apelo midiático: os atores e os conteúdos da política se tornam mercadorias, a esfera da política vira o espaço da encenação. (CANCLINI, 1999).

As alterações no campo da política têm permitido a coexistência de formas tradicionais e de novas formas de expressão. Pode-se dizer que as mudanças mais significativas ocorreram nas relações sociais que já existiam.

3.2 A ampliação da noção de participação política

As noções de democracia e cidadania que orientam os movimentos sociais têm inspiração no ideal grego de democracia direta, assim como os valores propagados pela Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, continuam alimentando utopias desses movimentos.

O termo democracia teve origem da Grécia antiga. Segundo Aristóteles, democracia é o governo para a maioria. Tendo em vista que naquela época a Grécia era escravista e possuía um grande número de estrangeiros, a democracia era concebida apenas para uma minoria de gregos livres. O mecanismo de consulta popular era utilizado na Cidade-Estado como canal de exercício de cidadania. Em Atenas (séculos V e IV a. C.) ocorria a assembleia popular e em Roma (séculos II e I a.C.), o Conselho do Senado. Segundo Santos (1996):

Os gregos estabeleciam uma vinculação estrita entre a cena pública e a participação política de cada cidadão. Havia um profundo interesse pelo que fosse público e o poder não estava investido apenas numa pessoa. O poder era legitimado pelo consentimento da maioria. Nesse sentido, Atenas contou com a politização de seus habitantes, que não cultivavam a cidadania passiva - eram participantes conscientes da coisa pública. A igualdade de direitos perante a lei (isonomia) correspondeu à igualdade do direito à palavra na assembleia. (SANTOS, 1996, p. 11).

A reivindicação democrática tem sido uma constante na sociedade brasileira. Retrospectivamente, na história do Brasil, desde o período colonial, ocorreram vários movimentos populares de luta de resistência ao domínio estrangeiro, nos quais estão envolvidos valores como liberdade e democracia, a saber: a independência nacional, a proclamação da República, o movimento abolicionista, a Revolução de 1930, a luta contra o arbítrio no Estado Novo, a resistência ao golpe militar de 1964, as eleições diretas para presidente da República, a transição democrática (1984-1985), a Assembleia Nacional Constituinte (1988), o impedimento da presidente Collor (1992), as manifestações contra as políticas neoliberais, a entusiástica presença

popular nas campanhas eleitorais.

Entretanto, vários episódios golpistas têm marcado a história brasileira. Em alguns momentos, por mais que a população buscasse uma participação mais ativa, as soluções de acordos políticos foram efetivadas através de conciliação, negociações e reformas entre os setores da elite política dominante.

Na década de 1980, floresce no Brasil um intenso movimento democrático, onde os setores organizados da sociedade civil⁶ passaram a exigir seus direitos à participação política, o que representou um arco na reorganização de diversas organizações, partidos políticos, sindicatos, associações comunitárias e de classe, movimento estudantil.

Nesse contexto, novas temáticas e novos atores sociais adentraram a cena política, tais como, movimentos de gênero, etnia, ecológico ambiental, movimento cultural, ações de voluntariado, entre outros. As formas de organização dos movimentos também passaram por mudanças, veja-se a política sindical, o associativismo comunitário, a estrutura organizativa do movimento estudantil e da hierarquia partidária. Além disso, desponta o terceiro setor formado por novas organizações da sociedade civil: organizações não governamentais, organizações civis de interesse público, fundações sociais e culturais, as quais vão se fortalecendo e multiplicando suas ações na sociedade através de lutas e ações localizadas.

Portanto, a sociedade civil ressurgiu nos embates pelo fim do Regime Militar, materializando a resistência democrática e posteriormente na exigência das eleições diretas para presidente da República.

Segundo Weffort (1989), um dos entraves para realização da cidadania no Brasil residiria na desigualdade econômica e social do país. Não se trata apenas da democracia formal, mas da universalização das conquistas sociais: redistribuição de renda, direito à posse e renda da terra, acesso à educação, moradia e saúde de qualidade, emprego, etc. Assim sendo, uma parte da população teria acesso à condição cidadã, enquanto um enorme contingente estaria abaixo da cidadania.

A partir do processo da redemocratização do Brasil com o fim da ditadura militar (1964) e o restabelecimento da democracia representativa através de eleições diretas ocorre uma apropriação diferenciada no campo da cidadania. Os atores da sociedade civil ocupam a cena pública não apenas com novas demandas políticas, mas de forma propositiva, ampliando tanto o conceito de democracia quanto a noção de cidadania. Nesse sentido, mecanismos como o Projeto de Iniciativa popular, o Referendo e o Plebiscito, assegurados na constituição de 1988, garantem à sociedade participação no espaço institucional. Tais mudanças acabam por ampliar não só os

⁶ Segundo Gramsci, a sociedade civil é: “um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração das ideologias, compreendendo escolas, igrejas, partidos, organizações profissionais, organizações de cultura.” (COUTINHO, 1981, p. 91).

espaços com a ideia de participação no seio dos movimentos sociais.

Segundo Dagnino (2002), a necessidade de qualificação dos atores sociais, assim como a busca de novas formas de participação democrática, contribui para criação de espaços de “encontros” e para o surgimento de uma agenda comum entre o Estado e a sociedade civil. Nem mesmo a adesão do Estado brasileiro ao modelo econômico do neoliberalismo desarticulou a ação da sociedade civil, apesar de tê-la inibido, inicialmente.

Lamounier (1990) tem uma opinião crítica sobre a participação política no período posterior à transição democrática. Apesar de ele ressaltar a importância das conquistas políticas advindas da transição, como a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a realização de eleições diretas. Para ele, os discursos da *direita* e da *esquerda* ficaram tão parecidos que a “bandeira” da democracia acabou sendo banalizada, após a campanha pelas “diretas já”, instalando uma confusão no campo da ideologia política. Para o autor, a participação das gerações posteriores seria afetada por essa “mesmice”.

A participação popular nas campanhas eleitorais, com destaque para as eleições presidenciais de 1988 (Collor x Lula), 1994 (Fernando Henrique x Lula) e sobretudo a de 2002 (Lula x José Serra), na qual Lula venceu, longe de expressar indiferença para com a democracia representativa, denota crença nas instituições políticas da sociedade.

Concordo com a ideia de que houve uma ampliação significativa na participação política no Brasil, dos anos 1980 para os anos 1990, com a conquista de novos espaços, inclusive institucionais, e a emergência de uma pluralidade de movimentos. A partir do ano 2000, essa movimentação se intensifica ainda mais.

Entretanto, defendo que a diversificação dos espaços de participação dos movimentos sociais exija de cada organização uma maior qualificação, inclusive com uma “apresentação estética” diferente da tradicional.

4 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO

De modo geral, os movimentos sociais são caracterizados por um conjunto de práticas coletivas, específicas, que os distingue de outras formas de expressão. São ações, formas de organização, “jeitos” de se reunir, modos de falar e de se comportar que se constituem em rituais⁷ do movimento.

As reuniões são rituais típicos dos movimentos políticos, são eventos complexos, estruturados. Nela os atores possuem “lugares de fala”⁸, determinados pela hierarquia interna do movimento, entidade, partido, *tendência política*, etc. Todos os procedimentos seguem uma estrutura previamente “pactuada”⁹. No movimento estudantil não é diferente. Há reunião para quase tudo: avaliar o movimento, debater assuntos ordinários pertinentes, planejar as ações, fazer “conchavos” (acordos que demarcam convergências entre duas ou mais *tendências*). Frequentemente, essas tendências procuram reunir seus militantes e simpatizantes. Essas reuniões têm caráter obrigatório e visam não só debater problemas como também “conscientizar” a militância (explicitar ou reforçar concepções ideológicas). A regularidade com que acontecem é determinada por cada grupo, de acordo com as demandas da “organização política” e do movimento.

A necessidade de conciliar interesses, seja na condução de uma determinada “luta”, seja na composição de chapas para as eleições estudantis, motiva encontros entre diferentes “posições políticas” (*tendências*). As entidades estudantis costumam ter um dia certo semanal para a reunião de diretoria, podendo aberta à participação de estudantes ou restrita à diretoria. Por vezes, as reuniões têm como atores as lideranças estudantis e a direção da universidade, ou ainda, as entidades estudantis e os representantes dos movimentos de professores e de servidores técnico-administrativos. Em certas situações são criados fóruns temáticos, onde se reúnem diferentes entidades, movimentos sociais e *tendências*.

O ritual da reunião tem início com a proposição e aprovação de uma *pauta* (elenco de assuntos a serem discutidos, conforme uma sequência combinada no início do encontro) e de um *teto* (tempo de duração da reunião e das falas individuais), a composição da *mesa* (pessoas que vão coordenar os trabalhos), a qual é formada ao menos por um coordenador e alguém para “secretariar”, que consiste em *fazer as inscrições* (anotar os nomes daqueles que pretendem se

⁷Rituais são tipos de eventos especiais, são estereotipados (analísáveis), são dotados e determinados por uma ordem (PEIRANO, 1999).

⁸Para Véron, as dimensões do poder são explicitadas no “reconhecimento do discurso”, que está relacionado com a legitimidade de quem profere o discurso. (VÉRON, 1980).

⁹COMEFORD (1999) aborda os rituais da política em um sindicato rural, analisando os usos da palavra *luta*, as reuniões e as brincadeiras no movimento.

manifestar), marcar o tempo das *falações* (intervenções, discursos) e fazer o relato das discussões (relatórios, atas). O número de membros da mesa dependerá do porte e da importância do evento. Normalmente a mesa é composta por aqueles que convocaram a reunião ou pela diretoria da entidade, nos casos de reuniões ordinárias do DCE ou C.A.

Nas reuniões extraordinárias são feitas as apresentações dos participantes, convidados e representantes de entidades. Quanto à pauta: de início são dados os *informes* (informações gerais e sobre o próprio movimento, além de outros movimentos sociais, convites, etc.). A seguir vem a discussão de cada *ponto da pauta* (temas sugeridos, questões importantes). Por fim são definidos os *encaminhamentos* (tarefas e propostas de ações).

Durante o debate podem ser feitas *avaliações* (diagnósticos sobre a conjuntura política nacional e local, a correlação de forças, os pontos positivos e negativos das ações implementadas), ser levantadas *questões de ordem* (relativas à condução da reunião) e *questões de encaminhamento* (relativas às tarefas).

As reuniões são concebidas pelos seus idealizadores como espaço democrático, nos qual os participantes têm os mesmos direitos de expressão, dentro de um tempo determinado e equitativo. Os problemas e suas possíveis soluções são definidos e resolvidos coletivamente; as divergências quanto à avaliação ou às estratégias de ação são tratadas no âmbito da retórica. Quando não se consegue o consenso pela argumentação, procede-se à votação por maioria simples dos pontos polêmicos. Nas grandes reuniões, como é o caso das assembleias, nas quais não é possível conceder a *fala* a todos os participantes, o número das *inscrições* é previamente delimitado para cada ponto de pauta.

A assembleia geral dos estudantes de um curso ou de toda a universidade é um dos rituais mais importantes do movimento estudantil, além de se constituir no fórum máximo de decisão de âmbito local. Uma assembleia com uma expressiva participação, atingindo com folga o quórum de participação, tem a importância, ou o peso de uma manifestação pública, podendo decidir sobre os rumos do movimento. No aspecto deliberativo, acima da assembleia somente as eleições e as “consultas ou plebiscitos”. Abaixo, está o Conselho de Entidades, que é a reunião de todos os centros acadêmicos de uma universidade, através de representantes por curso. A hierarquia, os quóruns de validade de cada instância deliberativa, assim como as diretrizes sobre a realização das eleições são explicitados nos estatutos das entidades estudantis, sendo que os estatutos dos centros acadêmicos não devem contradizer o estatuto do diretório central, o qual deve estar em consonância com as orientações da entidade nacional de que faz parte.

O Congresso da UNE é o principal fórum do movimento estudantil, realizado a cada dois anos. Nele se discute a plataforma política para as universidades brasileiras e se procede, na maioria das vezes, à eleição da diretoria da entidade. Excepcionalmente, essa eleição ocorre de

forma direta em cada universidade, mas isso não é a tradição do movimento estudantil. Os delegados ao Congresso da UNE são eleitos em assembleias realizadas em cada curso ou por eleição em urna, geralmente precedida da discussão de teses ou propostas. A quantidade de delegados é proporcional ao número de estudantes matriculados em cada curso.

No intervalo entre dois congressos se realiza o Congresso Nacional das Entidades Gerais (CONEG), encontro que reúne representantes dos diretórios centrais das universidades. Eventualmente, pode ser convocado o Congresso Nacional das Entidades de Base (CONEB), que reúne os representantes dos centros acadêmicos. Cabe às entidades locais (DCEs e C.A.s) implementarem as deliberações da UNE relativas à condução prática do movimento. Ademais, a participação mais ou menos intensa da UNE nas atividades locais depende dos encaminhamentos das entidades de base. As “bandeiras de luta” gerais são formuladas no Congresso da UNE e detalhadas no CONEG, onde se define um calendário de atividades nacionais.

Do ponto de vista do ritual, uma assembleia geral, como é o caso do Congresso da UNE, é um campo repleto de significados, é um teatro no qual são encenados conflitos políticos, são explicitadas hegemonias, construídos consensos e efetivados dissensos. Além dos protagonistas desse drama político (ou comédia), há uma gama de atores coadjuvantes que gravitam nesse mesmo universo, bem como um público que participa dos jogos discursivos, mesmo não fazendo uso da palavra. Nesse sentido, Balandier (1999) chama a atenção para a teatralidade do poder. As manifestações públicas são espaços privilegiados para a dimensão simbólica do movimento estudantil: bandeiras, cores, discursos performáticos, jogos de poder, figuras mitológicas do passado, música, etc.

Através dos discursos, os militantes expõem suas concepções e procuram estabelecer vínculos socioculturais e políticos com seus interlocutores. Tendo em vista que a palavra é a matéria-prima da política, os oradores buscam seduzir os ouvintes, levando em conta a necessidade de aceitação e reconhecimento do discurso¹⁰.

4.1 Trajetória do movimento estudantil na UFC, a partir da reconstrução das entidades estudantis

No ano de 2004, o movimento estudantil comemorou os vinte e cinco anos de reconstrução das entidades estudantis, tanto a União Nacional dos Estudantes quanto o Diretório Central dos Estudantes.

O Diretório Central dos Estudantes completa vinte e cinco anos de luta após a reabertura das entidades estudantis em 1979, as quais tinham sido fechadas pelo regime militar

¹⁰Milton Pinto (1999) afirma que as principais funções do discurso são: mostraçõ, criação de vínculos entre os interlocutores e seduçõ.

fascista em nosso país. No entanto seu fechamento não significou o fim nem muito menos o silêncio do movimento estudantil e foram justamente os estudantes que não se calam naquele período da nossa história. (Jornal do DCE-UFC – Gestão *A Luta não Para*, março/2004).

Até meados de 1960, os estudantes cearenses faziam um movimento estudantil organizado e atuante, com diversas entidades estruturadas, que formulavam e lutavam por suas reivindicações. O DCE da UFC era uma grade referência no movimento estudantil.

Segundo informativo da Comissão Pró-DCE da UFC (1978): a estruturação das entidades, nos diversos níveis do movimento estudantil, antes do golpe militar de 1964, se dava da seguinte forma:

- Diretórios Acadêmicos (D.A.'s), entidades que representavam os estudantes por curso, equivalendo ao que nomeamos atualmente como Centro Acadêmico (C.A.);

- Diretório Central dos Estudantes (DCE), que além de representar o conjunto de estudantes da Universidade, coordenava a administração das residências universitárias e do Restaurante Universitário;

- União Estadual dos Estudantes (UEE), entidade representativa dos estudantes universitários em nível estadual. No início da década de 1960, a UEE congregava os alunos da UFC e das escolas isoladas em Fortaleza e no interior do Estado;

- União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES), a qual representava os estudantes de 1º e 2º graus, no município;

- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que reunia os estudantes de 1º e 2º graus, em nível nacional;

- União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, é a entidade maior dos estudantes universitários brasileiros, tendo como seus filiados os diretórios de estudantes (DCE's) de todas as universidades.

Na segunda metade da década de 1960, as entidades foram fechadas e consideradas ilegais pelo regime militar. O Governo impõe aos estudantes uma “alternativa” de organização, suscetível de controle, uma representação por centros de estudo, submetida a uma legislação específica.

A participação dos estudantes nos departamentos acadêmicos e nos Órgãos Colegiados era previsto nos estatutos das universidades federais. No entanto, essa participação estava sujeita a vários critérios, inclusive à avaliação do perfil acadêmico e ideológico do aluno. Essa participação oficial foi questionada pelos estudantes. A esse respeito, o jornal da Comissão pró-reabertura dos Diretórios Estudantis, de 1977, afirmava:

[...] O ensino superior passou por profundas mudanças nos últimos 10 anos, executadas de cima para baixo pela Reforma Universitária (Lei 5540, de 26/11/1968). A

representatividade dos alunos também sofreu mudanças. Na UFC, extinguiu-se os diretórios das antigas faculdades (1969). E nos foi imposta uma representação individualizada, antidemocrática e anti-representativa pelos seus critérios de elegibilidade. Todos os estudantes a criticam, negando-a.

Cada época do movimento estudantil traz as suas particularidades, diferentes motivações à participação e desafios a enfrentar. Segundo depoimento de ex-lideranças estudantis, na década de 1970 havia um temor generalizado quanto à participação política. Há quem afirme que, de modo geral, os estudantes eram advertidos pelas famílias a não se envolverem em manifestações políticas, atividade considerada “subversiva”. As ações e, sobretudo, a exposição pública eram extremamente cautelosas. Os militantes dependiam de uma rede silenciosa de solidariedade, para conseguir “aparelhos” onde pudessem se reunir, objetivando a obtenção de recursos financeiros, o estabelecimento de contatos, etc. A existência da censura e dos serviços governamentais de informação, cujos agentes podiam estar infiltrados entre estudantes, professores e funcionários, causavam medo e desconfiança no meio universitário.

Durante o ano de 1977 foi reorganizada a representação estudantil na UFC, composta por estudantes de diversos cursos. Esse movimento começou a tomar corpo com a organização de caravanas para os Encontros Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a través da realização dos Jogos Universitários Cearenses (JUC’s) e dos Jogos Universitários Brasileiros (JUB’s) organizados pelas Associações Atléticas existentes em diversos cursos da UFC.

Em função da intensa repressão desencadeada sobre o movimento estudantil, colocando na ilegalidade a UNE e principalmente desarticulando todas as entidades locais, as atividades esportivas e culturais eram os únicos meios permitidos de expressão pública e de aglutinação coletiva. Isso era insuficiente para as lideranças do movimento estudantil, uma vez que elas defendiam a politização dos estudantes, além da participação em eventos. O movimento estudantil clamava pela reorganização de suas entidades.

Associação Atlética é uma entidade de caráter associativo recreativo. Geralmente ela é ligada ao Diretório, estando filiada ao departamento esportivo. Aqui na UFC, deve-se às Associações Atléticas um caráter mais abrangente, até cultural. Só que não assiste a elas o caráter reivindicativo. Esta é a função de qualquer entidade de classe. Daí se conclui que as Associações Atléticas não são suficientes, não atendem ao nosso principal interesse: reivindicar direitos. (Jornal da Comissão de reabertura dos Diretórios estudantis, agosto/1977).

Em 1978 foi constituída a Comissão pró-DCE da UFC. Dela faziam parte, militantes da esquerda e setores ligados à Pastoral Universitária da Igreja Católica. Aliás, jovens católicos tiveram expressiva participação no movimento estudantil cearense, na década de 1960, organizados na JUC (Juventude Católica), na JEC (Juventude Estadual Católica) e na AP (Ação Popular), sendo que muitos de seus membros vieram a ingressar em partidos de esquerda. Processo similar ocorreu em outros movimentos ligados à Igreja Católica.

A Comissão pró-DCE, juntamente com estudantes da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), articulou a participação dos universitários cearenses no Congresso de reconstrução da UNE, realizado de 29 a 30 de maio de 1979, em Salvador - BA. De Fortaleza partiu uma comitiva de estudantes em três ônibus, reunindo delegados eleitos nos cursos das três universidades cearenses. Nesse congresso, saiu vencedora a proposta de eleições diretas para primeira gestão da UNE, após a reconstrução das entidades estudantis, isso em outubro de 1979.

O Governo Militar, por meio de intensa repressão, desmantelou toda e qualquer forma de oposição, oficialmente restando apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da “oposição consentida”. Dessa forma, os vários partidos de esquerda, que existiam na clandestinidade, durante o período eleitoral, se abrigavam na sigla do MDB, o qual se tornou numa grande frente oposicionista, perdurando essa situação até a reforma partidária de 1982. No movimento estudantil, por sua vez, a partir de 1975, as *tendências políticas* se organizaram, agrupando filiados e simpatizantes de um mesmo partido político, sob uma denominação comum.

A direção das entidades estudantis era o alvo predileto das *tendências*, por várias razões:

- Entendiam o movimento estudantil como um espaço de politização e conscientização, sendo tarefa do militante organizar a “massa estudantil” em suas respectivas entidades;

- Para efetivamente “dirigir” os rumos do movimento, conforme as concepções do grupo político que representavam, dependiam do exercício do poder, só possível por meio da direção das entidades estudantis;

- Estar da diretoria de uma entidade estudantil, principalmente o Diretório Central dos Estudantes (DCE), significava dar visibilidade às propostas teóricas, assim como evidenciar as concepções práticas do partido a que estavam vinculadas.

Na década de 1980, período de reconstrução e consolidação das entidades estudantis na UFC, atuavam as seguintes tendências:

- **Avançando** – agregava o grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderado por Luís Carlos Prestes, cujos membros eram conhecidos como *prestistas*.
- **Caminhando** – era composta pelos militantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC), uma dissidência do PCdoB; eram chamados de *borboletas* ou de *peçoal do Casarão*.
- **Hora do Povo** – formada pelos militantes do Movimento Comunista Oito de Outubro (MR-8), também conhecidos como *peçoal do Oito*; Hora do Povo era o jornal do partido.
- **Viração** – congregava os membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Os militantes desse partido divulgavam suas ideias através do jornal *Tribuna da Luta Operária*; eles

costumavam vender o referido jornal, por isso eram também chamados de *tribuneiros*.

- **Voz da Unidade** – era composta pelos militantes do PCB, cujo jornal recebia o mesmo nome.
- **Libelú** – formada pelos militantes do grupo político Liberdade e Luta; eram *trotskistas* (alinhados às orientações de Léon Trotski).
- **Companheiro** – agregava os militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); eram *trotskistas*.
- **Juventude Alicerce** – congregava os militantes da Convergência Socialista; eram *trotskistas*.
- **Causa Operária** – reunia os militantes do Partido da Causa Operária; eram *trotskistas*.

A **Juventude Palmares**, diferente das demais tendências, que possuíam ramificações nacionais, existia apenas na UFC, tendo exercido significativa influência nos cursos de Ciências Sociais e de Economia. Seus membros eram conhecidos como *machados*, em alusão a um de seus dirigentes e ideólogos.

A **Pastoral Universitária**, grupo ligado à Igreja Católica progressista, não se assumia como tendência política, mas como “movimento da juventude católica”. Contudo, a Pastoral Universitária tinha uma atuação semelhante às demais tendências do movimento estudantil.

Os grupos *trotskistas*, assim como a Pastoral Universitária, eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), isso no início da década de 1980. A partir de 1985, as tendências *Caminhando* e *Avançando* passam a atuar sob a sigla do PT.

Em 1979, são realizadas as eleições que marcam a reconstrução do movimento estudantil na UFC. Cinco chapas concorrem à diretoria do DCE-UFC. Saiu vencedora a chapa *Pé no chão*, encabeçada pelo estudante de engenharia Luís Carlos Paes.

Nessa época, o clima de disputa era intenso e a participação dos estudantes nesse processo eleitoral foi expressiva, na ordem de 70%, segundo dados da ata eleitoral do DCE-UFC. O próprio fato da realização de eleições naquele período, quando ainda reinava um ambiente repressivo na universidade, inclusive com a existência de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), infiltrados no movimento dos estudantes, isso já representou uma grande vitória para o movimento estudantil.

A participação de cinco chapas no processo eleitoral é reveladora do nível de disputa política existente naquele momento. O alto número de votantes, um dos maiores na história do DCE-UFC, é expressão do envolvimento do conjunto dos estudantes na reconstrução do movimento estudantil e confere legitimidade à entidade e à sua direção.

Paralelamente às eleições para a direção do DCE-UFC, foram realizadas eleições diretas

para a diretoria da UNE. A chapa *Mutirão*, composta majoritariamente por militantes do PCdoB, foi a vencedora.

Assim, a UNE e o DCE-UFC passam a ser dirigidas pela mesma *força política*. O então estudante de engenharia da UFC, Danilo Forte, participou da primeira gestão da UNE após sua reconstrução, ocupando o cargo de Diretor de Assistência Estudantil.

Naqueles idos, os principais temas abordados pelas lideranças estudantis eram relativos:

- Ao fim do Regime militar e ao estabelecimento da anistia ampla e geral para os presos políticos.
- À defesa da liberdade de expressão e de organização das entidades estudantis e do movimento popular.

Como se pode observar, as temáticas colocadas gravitam em torno da situação política nacional, que se caracterizava pela falta de liberdade de manifestação política. Nesse sentido, é correto afirmar que as “bandeiras da liberdade e da democracia” eram o eixo das reivindicações do movimento estudantil naquele período.

No entanto, as questões mais específicas relativas à própria universidade também foram tratadas pela direção do movimento estudantil. Compunham o elenco dessas reivindicações:

- A melhoria das bibliotecas da universidade.
- A oferta de *disciplinas de férias*.
- A melhoria da qualidade das refeições servidas no Restaurante Universitário
- Mais verbas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para a UFC.

Na década de 1980, “fazer movimento estudantil” já não representava “risco de vida”, embora, no início dessa década ainda houvesse *medo* e repressão. Porém, em função do processo de abertura política em curso, os estudantes já conseguiam se expressar publicamente, seja nas manifestações no restaurante universitário e nas cantinas, seja subindo em janelas ou postes para discursar, seja ocupando a Reitoria, ou mesmo enfrentando a polícia militar.

As eleições para a direção do DCE-UFC ocorridas no final de 1980 foram muito disputadas, tendo sido registradas quatro chapas concorrentes. A participação dos estudantes foi significativa atingindo o índice de 60%. Essas eleições foram vencidas pela chapa *Passo Firme*.

A chapa eleita, apoiada pela diretoria anterior, era composta e sua maioria por militantes do PCdoB. O nome da chapa fazia alusão à continuidade do trabalho desenvolvido na gestão passada, cujo nome era *Pé no Chão*. Após esse momento inicial de reconstrução do movimento estudantil, a gestão *Passo Firme* inaugurava uma nova etapa que pode ser designada como “consolidação” das entidades estudantis e do próprio movimento como um todo na UFC.

A segunda chapa mais votada foi *Unidade e Luta*, constituída por membros do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) e pelos *prestistas*, os quais nessa época atuavam no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Nas eleições para a gestão 1982/1983, participaram do processo somente duas chapas: *Novo Tempo*, representando a situação, e pela oposição a chapa *Avançando*, encabeçada pelo estudante Papito, do Curso de Letras, tendo como vice Alberto Fernandes, mais conhecido como “Gato”. A chapa oposicionista saiu vencedora. Ela era uma composição entre o PT e os *prestistas*. A vitória se deu pela maioria dos votos.

Em 1983 o PCdoB retorna à direção do DCE-UFC. Nas eleições desse ano votaram cerca de 7000 estudantes, num total de 13000. A chapa vencedora, *Viração*, formada pelo PCdoB e minoritariamente pelo MR-8 e pelo PCB. Em função da greve dos estudantes da UFC, o semestre 1984.1 foi cancelado, fato que veio a prolongar a gestão *Viração*, uma vez que as eleições foram adiadas de maio para setembro de 1984.

Neste ano, as eleições estudantis ocorreram em meio à discussão sobre a rejeição da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente do Brasil, e as alternativas de continuidade ou não dessa luta. A universidade foi palco de um intenso debate, que dividiu a militância estudantil em dois grandes campos: aqueles que defendiam o apoio ao candidato Tancredo Neves, que concorreria às eleições presidenciais de forma indireta, no Colégio Eleitoral e os que acreditavam que os movimentos sociais não deveriam se envolver na disputa, por considerá-la ilegítima. A chapa *Mudança-já* (o nome escolhido fazia alusão à campanha das “diretas-já”), defendendo o apoio a Tancredo Neves, derrotou a chapa concorrente, *Novos Rumos*, que pregava o “boicote” às eleições presidenciais. A eleição da chapa *Mudança-já* veio consolidar a hegemonia do PCdoB na direção do DCE-UFC.

As eleições para a entidade geral dos estudantes, em 1985, é bastante disputada, com a participação de quatro chapas: *Anarquistas se Deus Quiser* (composta por alunos independentes e anarquistas); *Opinião* (Machadistas); *Universidade Agora* (chapa da situação, maioria do PCdoB em aliança com PCB e MR8) e *Oposição Chega* (Prestistas, Caminhando e PT). A diferença entre o primeiro e o segundo lugar é de apenas 39 votos, dando vitória apertada e questionada para *Universidade Agora*. Em virtude da suspeita de fraude, denunciada pelas chapas concorrentes, somente um mês após as eleições, concluídas as devidas investigações, o Conselho de Entidades acatou o resultado das urnas.

No ano seguinte, 1986, a oposição vence as eleições por ampla maioria dos votos, com a chapa *Estudantes em Luta*, composta a partir da unificação das tendências derrotadas no pleito anterior.

Em 1987 a chapa *Quebrando as Amarras* (Partido dos Trabalhadores, Juventude

Avançando e Pastoral Universitária), apoiada pela situação, vence as eleições do DCE-UFC. Sua oponente foi *Agora é a Nossa Vez*, tendo à frente o estudante Carlos Décimo, do curso de Engenharia de Pesca, numa composição do PCdoB com o PMDB. No mesmo período, em nível nacional, a oposição assume a diretoria da União Nacional dos Estudantes, pondo fim à hegemonia do PCdoB, que encabeçou a direção da UNE por nove anos consecutivos.

Alternativa de Luta, formada por militantes do PT e do Comitê Gregório Bezerra (anteriormente, Juventude Avançando), foi a chapa vencedora das eleições do DCE-UFC, para o período de 1988/1989, apoiada pela gestão anterior. Záquia Barroso, aluna do curso de Ciências Sociais, foi a primeira mulher eleita presidente da entidade geral dos estudantes da Universidade Federal do Ceará.

A história do movimento estudantil, a partir da reconstrução de suas entidades representativas, nos fornecem “pistas” sobre o modo de “fazer política” no movimento estudantil. Julgamos imprescindível retornar à trajetória anterior ao período que nos propomos investigar, a fim de compormos um quadro das disputas pela hegemonia na direção da entidade geral dos estudantes, visando identificar continuidades e rupturas nesses processos, de modo a melhor entender a ação do movimento estudantil a partir da década de 1990.

Uma das características marcantes do movimento estudantil, até meados da década de 1980, era a coesão das forças políticas em torno do inimigo comum: a ditadura militar, instaurada a partir de 1964, a despeito das diferentes concepções teóricas e práticas que inspiravam a militância, alimentando acalorados embates políticos e ideológicos.

Naquele contexto, Governo Militar, Ministério da Educação e Reitoria eram inimigos incontestáveis, cujo combate unificava as lideranças estudantis. As bandeiras políticas “mais gerais” norteavam o movimento e pautavam suas manifestações. O debate em torno da transição democrática converteu-se num divisor de territórios no movimento, assim como o advento da *Nova República*, a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte e seus desdobramentos políticos.

4.2 Quando o “companheiro” vira adversário: as disputas no DCE da UFC na década de 1990.

As eleições para diretoria dos Centros Acadêmicos – CA, em cada um dos cursos e para direção da entidade geral, o Diretório Central dos Estudantes – DCE, ainda que circunscritas ao espaço da universidade, suscitavam o debate político. Nas disputas, os diferentes grupos revelavam sua face ideológica, explicitando tanto seus respectivos projetos políticos quanto suas concepções sobre o movimento estudantil.

Com a legalização dos partidos de esquerda, a partir de 1986, a ideia da *tendência* como

estratégia de sobrevivência do partido clandestino perde sua função. Entretanto, o termo continua sendo utilizado para definir filiados ou simpatizantes de determinada organização política.

No início dos anos 1990, estão presentes no movimento estudantil quase todas as *tendências* políticas que atuavam em meados dos anos de 1980. É bem verdade que alguns grupos desapareceram, outros mudaram de nome, de partido, se uniram a outros grupos ou criaram novas organizações. A seguir, são indicadas as principais tendências políticas existentes na década de 1990:

- **Coletivo Gregório Bezerra:** denominação assumida pelos antigos militantes da *Juventude Avançando* (década de 1980). A partir de 1992, o Coletivo diluiu-se, a maioria de seus membros foi para o recém-criado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU.
- **PART:** nova sigla da tendência Caminhando (dissidência do PCdoB, final dos anos 1970), cujos militantes atuavam no Partido Revolucionário Comunista – PRC, no início dos anos 1980. Filiam-se ao Partido dos Trabalhadores em 1985. Posteriormente, fundam o Partido Revolucionário Operário – PRO. Passam pelo Partido Humanista – PH. Entram para o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU (1992). Após 1993, fundam o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PART. Atualmente o núcleo dirigente do antigo PART constitui o grupo *Crítica Radical*, tendo pouca influência no movimento estudantil.
- **Pastoral Universitária,** grupo ligado à Igreja Católica progressista, resiste somente até metade dos anos 1990. Boa parte de seus militantes vai para o Partido dos Trabalhadores – PT. O mesmo ocorre com os grupos trotskistas, que vão compor a ala esquerda do PT. A Pastoral Universitária ainda existe; entretanto, ela exerce pouca influência no movimento estudantil universitário.
- **Contra a corrente,** tendência política formada por alguns dissidentes do Coletivo Gregório Bezerra, do PT e independentes. Posicionando-se como contrária às demais tendências, dirigiu o DCE-UFC por dois mandatos consecutivos, de 1997 a 1999.
- **Movimento Ruptura Socialista,** militantes do PSTU, que abriga dissidentes do PT e de grupos trotskistas. Existe até hoje.
- **União da Juventude Socialista – UJS,** criada em 1986, ligada ao PCdoB, substituiu a *Juventude Viração*. A UJS continua atuando no movimento estudantil, sendo majoritária na direção da UNE e da UBES.
- **Partido dos Trabalhadores,** atua como uma *frente*, abrigando várias tendências. Esteve na direção da UNE de 1987, gestão *Henfil* (uma composição que unia a

tendência do PT *Nova Esquerda*, ligada ao então deputado José Genuíno, o Comitê Gregório Bezerra, o MR-8, independentes e setores do PMDB), até 1991, quando o PCdoB volta a dirigir a UNE.

- **Juventude Rebelião**, reúne os membros do PCR, organizado na década de 1990. Está presente no movimento estudantil atual.
- **Democracia Socialista – DS**, tendência da ala esquerda do PT, atua em nível nacional. Alguns de seus militantes romperam com o PT em 2004 e organizaram uma nova agremiação partidária, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Em 1991, o movimento estudantil da UFC para por um momento de desarticulação, tanto que não ocorrem eleições para a direção do DCE-UFC, criando uma lacuna na entidade. Ao mesmo tempo, o processo sucessório na Reitoria da UFC se deu de forma desorganizada, uma vez que o candidato mais votado na consulta prévia não foi o nomeado pelo presidente Collor. Em seu lugar foi nomeado o terceiro colocado. Esse fato foi considerado pela maioria da comunidade acadêmica da UFC com uma verdadeira “intervenção federal”, ferindo o princípio da autonomia universitária. Os estudantes foram informados dessa situação através do informativo do DCE-UFC:

A gestão *Alternativa de Luta*, eleita no ano passado, encerrou o seu mandato em maio último. Por diversos motivos – dentre eles a luta contra o processo de intervenção na UFC, o Congresso da UNE e a greve das Universidades – a diretoria do DCE, juntamente com o Conselho de Entidades, foi levada a adiar as eleições para o próximo semestre. Não podemos passar por um processo de renovação da diretoria da nossa entidade sem uma ampla discussão com todos os estudantes. (Boletim do DCE-UFC, junho/1991).

Para encaminhar as lutas estudantis até a realização das eleições para a diretoria do DCE-UFC, o Conselho de Entidades Estudantis da UFC decidiu pela formação de uma “Comissão Gestora”, formada por lideranças das diversas tendências políticas estudantis. Dessa comissão gestora faziam parte membros de alguns centros acadêmicos da universidade, além de outros alunos envolvidos no movimento.

Nas eleições para a diretoria do DCE-UFC de 1992, participaram três chapas: *Corações e mentes*, encabeçada pelo PT; *O Tempo não para*, composta por militantes do PCdoB; e *Movimento independente*, cujos membros alegavam não possuir filiação partidária. Essas eleições foram vencidas pela chapa *Corações e mentes*, com 1700 votos. A segunda colocada, com 1026 votos, foi *O Tempo não para*. A posse da nova diretoria é registrada pela imprensa:

Posse da gestão “Corações e Mentres”
Acontece hoje a posse do Diretório Central dos Estudantes da UFC e o lançamento da Campanha “A gente quer comida, diversão e arte” pela abertura imediata do Restaurante Universitário sem cobrança de taxa. Um show com participação de Eugenio Leandro, Lúcia Menezes, Marcos Dias, Isac Cândido e Tino Freitas, na Concha Acústica. (Jornal O Povo, 20/02/1992).

No início da década de 1990, o movimento estudantil da UFC passa por momentos de aparente desarticulação, tanto do ponto de vista da dificuldade de mobilização, como também no funcionamento das entidades estudantis. Tal diagnóstico é feito pelas direções estudantis e por ex-militantes do Movimento, tanto que esse debate extrapola os muros da universidade:

[...] Com sete Centros Acadêmicos fechados, a atual diretoria do DCE da UFC assumiu a entidade com o mesmo propósito que os “Pés no Chão” tinha em 79: reconstruir o movimento. Só que dessa vez com uma dificuldade a mais... O desânimo e a desarticulação completa dos estudantes. (Jornal O Povo, 05/07/1992).

Nesse período, alguns centros acadêmicos foram “abandonados” por seus representantes. Para Luís Carlos Paes, presidente do DCE-UFC na época da reconstrução do diretório, as próprias lideranças seriam as responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelo movimento estudantil. “As lideranças passaram a se distanciar dos estudantes e assumem uma postura de proprietários das entidades, levando o movimento estudantil ao desgaste.” (IDEM, 05/07/1992).

Em 1993, havendo ainda certa desmobilização no movimento, não houve disputa nas eleições do DCE-UFC, participando do pleito uma única chapa que foi referendada pelos estudantes participantes do movimento. Nessa gestão, a diretoria do DCE-UFC passa a funcionar com um *Colegiado*, sem a figura do presidente. Segundo membros da chapa, tal mudança foi a forma encontrada para “democratizar o diretório”.

No período de 1994 e 1995, o DCE-UFC foi comandado por uma diretoria colegiada, na gestão *Caleidoscópico*, ligada ao PT, mesmo grupo político da gestão anterior.

No pleito de 1995 votaram 4088 estudantes, de um total de 12222, ou seja, 34% dos alunos matriculados, e concorreram duas chapas: *Necessidade e vontade*, apoiada pela situação; e *Indignação*, representando a oposição. Apoiada pelo PT, a primeira saiu vitoriosa, com 2100 votos, contra 1773 votos da outra, apoiada pelo PCdoB.

Para o período de 1996 e 1997, a chapa *Nosso tempo* foi vitoriosa, inaugurando a gestão da tendência *Contra a corrente*.

Em decorrência da greve nacional dos professores e servidores das universidades federais, não aconteceram as eleições em 1997, sendo prorrogado o mandato da gestão *Nosso Tempo*. Assim, as eleições de 1998 foram muito disputadas, haja vista o número de chapas inscritas para o pleito. Quanto à participação dos estudantes, de um total de 16011 alunos matriculados, votaram 5452, com 31 votos em branco e 82 nulos. Nesse ano, sete chapas concorreram:

- *Reinventar* – composta por militantes do PART, recebeu 545 votos.

- *Amar e mudar as coisas*, encabeçada pela UJS (PCdoB); 994 votos.
- *Quem sabe faz agora*, chapa organizada pela *Juventude Rebelião* (PCR); com 1149 votos.
- *Levante a voz e lute*, chapa da situação, apoiada pela *Contra a corrente*; obteve 1181 votos.
- *Modernidade*, segundo alguns militantes do movimento estudantil, era uma chapa de direita, composta por estudantes filiados ao PSDB; teve 128 votos.
- *Antene-se*, composta por membros de uma das tendências do PT; recebeu 1143 votos.
- *Mudar é preciso*, chapa articulada por militantes do PSTU; obteve 199 votos.

As eleições de 1998, para a gestão 1998/1999, foram vencidas pela chapa da situação *Levante a voz e lute*, apesar do clima de oposição que acompanhou a disputa e, talvez por isso, uma vez que a oposição estava dispersa em várias chapas.

A gestão *Novo tempo* (1997) e na eleição seguinte a gestão *Levante a voz e lute* (1998) marcaram a presença da tendência *Contra o corrente* no movimento estudantil da UFC. Essa tendência adotou uma postura de crítica em relação ao movimento, aos seus fóruns, aos partidos políticos e às demais tendências políticas. Apesar de fazer parte do movimento estudantil, de concorrer às eleições, de participar dos conselhos de entidades, a tendência *Contra a corrente* afirma ser contrária ao tipo de democracia e de representação efetivada pelo movimento estudantil. Segundo a concepção dessa tendência, a negociação com a Reitoria, o acordo político, estava fora do seu repertório de estratégias para resolução de conflitos. As orientações da UNE não eram encaminhadas pela tendência, em função de discordâncias políticas e ideológicas com o grupo político hegemônico presente da diretoria da entidade nacional dos estudantes.

Talvez seja a maior lição que aprendemos com as gestões *Novo tempo* e *Levante a voz e lute*. As duas últimas gestões do DCE esforçaram-se sempre para não agir como representação dos estudantes. O representante supõe a ausência do representado; é aquele que faz ou fala ou decide em lugar dos outros. No entanto, durante esses anos nós nos propusemos sempre a que os próprios estudantes assumissem a fala, a ação e a decisão. Propusemos sempre a ação direta e a presença viva. (*Contra a corrente*, 1999).

Nos dias 6 e 7 de dezembro de 1999, ocorreram as eleições para o DCE-UFC, com participação de três chapas:

- *Saudações a quem tem coragem*, composta por militantes da *Democracia Socialista* (DS), tendência do PT e do PSTU;
- *Amar e mudar as coisas*, UJS, do PCdoB;
- *Quem tem um sonho não cansa*, PT e *Juventude rebelião*, PCR.

A chapa *Saudações a quem tem coragem* saiu vencedora da disputa, em oposição a direção anterior. A tendência que até então dirigia o DCE-UFC não lança chapa, mas distribui uma nota aos estudantes explicando seu posicionamento:

[...] Nesta eleição, tivemos que fazer uma opção entre canalizar nossos esforços para uma nova disputa pela diretoria do DCE, ou intensificar e ampliar nossa participação no movimento, a partir da base. Nossa opção foi não lançar chapa para o DCE nesta eleição, ou pelo menos, até o momento em que tenhamos um movimento suficientemente organizado ao ponto de atropelar a burocracia hoje instalada no Conselho de Entidades e, assim, permitir uma atuação mais viável à frente do DCE. Daí a opção por direcionar nossos esforços para a construção da auto-organização dos estudantes a partir de baixo, seja por meio dos centros acadêmicos, CORETUR's, ou independentes desses, em nossos cursos e centros [...] (Nota da tendência *Contra a corrente*, 12/1999).

Ao longo da década de 1990, as condições materiais foram melhorando no movimento estudantil, as entidades foram ganhando autonomia financeira, graças à contribuição advinda das carteiras de estudante, através das entidades estudantis.

Na UFC, o DCE vai investindo na melhoria das condições materiais: adquire equipamento de som, telefone, aparelho de TV, computadores, reforma da sede. Os jornais e boletins passam a serem impressos na Imprensa Universitária da UFC.

Contudo, o movimento estudantil não dispensa a rebeldia, as ações inesperadas, tais como: ocupação do Gabinete do Reitor, greve de fome, acampamento nos jardins da Reitoria, confrontos com a polícia.

As eleições para o período de 2000/2001 foram vencidas pela chapa de oposição *Unidade e luta*, composta pela União da Juventude Rebelião – UJR (PCR) e pela União da Juventude Socialista (PCdoB).

Nas eleições realizadas nos dias 13, 14 e 15 de março/ 2002, a chapa escolhida pelos estudantes foi *União de Luta*, apoiada pela situação (gestão anterior), tendo idêntica composição política, militantes da União da Juventude Rebelião e da União da Juventude Socialista.

A partir de 2002, a diretoria do DCE-UFC passa a ter um programa semanal na Rádio Universitária da Universidade Federal do Ceará. Ao mesmo tempo, as lideranças estudantis inauguram “sala de bate-papo” e “grupos temáticos” na internet, tendo o movimento estudantil e as questões relativas à política como “mote” preferencial.

Cerca de 6000 estudantes participaram do processo eleitoral na UFC em 2003. As eleições foram vencidas pela chapa *A Luta não para*, consolidando a hegemonia do núcleo dirigente formado pela Juventude Rebelião (PCR) e Juventude Viração (PCdoB). No entanto, apesar das eleições transcorrerem, aparentemente, sem problemas, a apuração foi tumultuada, sendo marcada por denúncias de fraude pela chapa derrotada: *Outras palavras* (composta por militantes da Democracia Socialista, uma das tendências do Partido dos Trabalhadores). A diferença entre a

votação da primeira e segunda colocadas foi de apenas 160 votos. Durante a apuração, a comissão eleitoral detectou irregularidades nos votos “em separado” (estudantes que votam fora do seu curso), sendo os mesmos destruídos (sem mesmo serem abertos, nem apurados). A chapa derrotada não aceitou o resultado da apuração, colocando todo processo eleitoral sob suspeição e, ainda, recorrendo à Justiça Civil. Referendado pelo Conselho de Entidades de base da UFC (Centros Acadêmicos) a chapa *A Luta não para* foi empossada. Segundo a nova diretoria eleita:

Todos os estudantes da UFC sabem muito bem que na última eleição para o DCE da UFC um grupo denominado “Outras Palavras”, composto em sua maioria por militantes da DS, corrente interna do PT, resolveu, após derrota sofrida, usar meios espúrios para impedir a vitória e posse da chapa. A Luta Não Para (...). Desesperados com a derrota chegaram até mesmo a recorrer à justiça burguesa para destituir a diretoria eleita pelos estudantes. (...)
(Nota do DCE-UFC, 04/2004)

O Conselho de Entidades funcionou incompleto durante a gestão *A Luta não para*, desfalcado pelas entidades que se alinhavam com o grupo político derrotado, não acatando o resultado das eleições. Foram várias as tentativas de interdição contra a diretoria eleita e empossada, através de um recurso da Justiça Civil denominado “pedido de tutela antecipada”. Em contrapartida, a diretoria do DCE-UFC mandou periciar as assinaturas dos votantes, resultando numa reviravolta do caso: comprova-se que a chapa perdedora usara de fraude para tentar ganhar as eleições estudantis. O resultado desse impasse é que os grupos oponentes passaram o ano trocando acusações, não só no espaço da Universidade, mas através da imprensa: a grande mídia.

Supomos que esse tipo de “publicidade” foi prejudicial para o movimento estudantil, bem como para os demais movimentos sociais, prejudicando a “imagem” de todos os atores e grupos envolvidos nas disputas, a despeito da constatação de que o conflito faz parte do “jogo político”. Graças aos embates reais, desmistificamos a ideia de que nos movimentos sócias exista um corpo político unificado. Nesse sentido, afirma Melucci:

Assim tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos de seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui.”
(MERLUCCI, 2001, p.29)

As eleições de 2004 acontecem num momento especial, o ano da sucessão municipal, envolvendo as tendências políticas que estão diretamente interessadas na Universidade, como cenário da disputa majoritária. A chapa da situação *Pra defender a UFC*, formada majoritariamente

pelo PCR e pelo PCdoB, apoia explicitamente o candidato Inácio Arruda, do PCdoB. Enquanto que a chapa de oposição, *Não vou me adaptar*, uma composição entre o PSTU e a DS (Democracia Socialista), tendência do PT, se divide no apoio a dois candidatos, respectivamente, Valdir (PSTU) e Luiziane (PT). Na UFC, a campanha transcorre entre a troca de acusações quanto à eleição passada para o DCE. A conjuntura política nacional, mais uma vez, está presente na disputa estudantil. Diferentes posicionamentos sobre o governo do presidente Lula são debatidos (a chapa *Não vou me adaptar* faz críticas, já os membros da chapa *Pra defender a UFC* avaliam o governo de forma positiva).

As disputas eleitorais fora da Universidade, para os cargos majoritários de Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal, e para cargos proporcionais (deputados e vereadores), costumam polarizar a militância política, determinando convergências ou dissensões entre as tendências que atuam no movimento estudantil.

As eleições ocorrem nos dias 12 e 13 de junho de 2004. Votam 8101 estudantes, dois quais, 2877 votam na chapa da situação *Pra defender a UFC*. A chapa de oposição, *Não vou me adaptar*, recebe 3754 votos, vencendo as eleições. A derrota da situação põe fim à hegemonia da *Juventude Rebelião* (PCR) e da *União da juventude socialista* (PCdoB) à frente do DECE-UFC, que estiveram na direção da entidade por três anos consecutivos.

Atualmente, em Fortaleza, as principais tendências presentes no movimento estudantil disputando as diretorias dos diretórios e centros acadêmicos da UFC, UECE, UNIFOR e Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET) são:

- União da juventude socialista – UJS;
- Democracia socialista – DS;
- União da juventude rebelião – UJR;
- Movimento ruptura socialista – MRS.

As tendências citadas têm se revezado na direção das entidades. Do ponto de vista das bandeiras de luta relativas ao movimento estudantil, elas defendem propostas que se assemelham e que já são tradicionais: o ensino público, gratuito e de qualidade; controle sobre os aumentos das taxas nas universidades privadas; democratização no acesso às instituições de ensino superior; democracia interna nas universidades. Entretanto, quando o tema é a política mais geral, as tendências se dividem em diferentes proposições, de acordo com as concepções ideológicas dos partidos políticos que elas representam. A polarização entre *stalinistas* e *trotskistas*, típica das décadas anteriores, ainda demarca “campos” no seio do movimento estudantil.

A *União da juventude socialista* (UJS), ligada ao PCdoB, defende o socialismo e o marxismo-leninismo como referência teórica. Ela participou ativamente das campanhas “Fora

Collor”, “Voto aos 16 anos”, “Primeiro emprego”, participou das eleições presidenciais, com destaque para a vitoriosa campanha que elegeu em 2002 Lula presidente.

A *Democracia socialista* (DS) é conhecida como a esquerda do PT. Ela tem afinidade com as formulações da IV Internacional Comunista, fundada por Trotsky. Ocasionalmente apoia o Governo Lula.

A *União da juventude rebelião* (UJR) reúne a militância jovem do PCR. Criada em 1998, ela se inspira no marxismo-leninismo. É considerada *stalinista* pelos seus pares, tal qual a UJS.

O *Movimento ruptura socialista* (MRS), ligada ao PSTU, existe desde 2002. Não aceita qualquer tipo de negociação com o governo, nem com o capitalismo internacional. Combate os acordos com o FMI e a ALCA.

Uma característica que pode ser observada quanto às disputas eleitorais do movimento estudantil, a partir dos anos 1990, permanecendo de 2000 a 2004, é a redução do percentual de votantes, pelo menos se comparado ao passado. Segundo as atas de votação, na época da reconstrução das entidades estudantis (iniciada na década de 1980) cerca de 70% dos estudantes compareceram às urnas. Atualmente ocorre uma inversão nessa situação, a participação dos estudantes nas eleições do DCE-UFC vem diminuindo ano após ano, estando na faixa dos 30%. A presente afirmação está baseada no percentual de votantes, registrados tanto nas atas de apuração quanto nas listas de votantes. As estatísticas mostram uma queda significativa na participação do conjunto dos estudantes nos processos eleitorais, envolvendo a entidade geral. Que motivos poderiam explicar esse fenômeno? É bem possível que durante a campanha eleitoral as propostas das chapas não consigam atingir uma parte considerável dos estudantes, dado o aumento no número de alunos matriculados na UFC. Esse baixo percentual de participação pode servir de argumento para que se questione tanto a representatividade quanto a legitimidade das direções eleitas.

Nos momentos de disputa, sobretudo as eleições nas entidades estudantis e na escolha de delegados aos congressos da UNE, e durante a realização destes, na hora de decidir sobre as estratégias de ação, os conflitos entre as tendências políticas ficam evidentes, as contradições entre os militantes afloram. A necessidade de vencer entre as propostas colocadas, de demarcar posições político-ideológicas, a exigência de se manter à frente das entidades, conseqüentemente de manter a hegemonia das ideias, ao mesmo tempo da necessidade de ampliar as discussões ao maior número de estudantes possíveis, de modo a conquistar a participação do estudante da base, aquele não engajado no movimento e nos partidos, tudo isso exerce uma forte tensão sobre os militantes.

Apesar das diferenças temporais e conjunturais, é possível constatar que as disputas pela direção das entidades estudantis têm sido como pano de fundo para a abordagem de temáticas referentes à política geral. Portanto, o posicionamento político e os conflitos ideológicos continuam

presentes no movimento, demarcando as diferentes concepções políticas e determinando apoios e dissensões. No entanto, as bandeiras de luta específicas têm conquistado mais destaque na plataforma eleitoral das lideranças estudantis.

4.3 “O dito e o feito” no movimento estudantil

Observando os discursos estudantis, se constata que os militantes do movimento estudantil possuem um repertório linguístico particular, no qual alguns termos são repetidos exaustivamente, sendo detentores de valor e de sentido próprio. São modos de falar carregados de significações, que vão além da representação gramatical, extrapolando os sentidos do linguajar cotidiano, palavras e expressões ganham sentido no contexto em que são empregadas e repetidas.

Bourdieu (2001) chama a atenção para a importância do discurso e de seu conteúdo na configuração dos grupos sociais e das ações destes: “O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo.” (BOURDIEU, 2001, p.14).

As prioridades das direções das entidades estudantis e de suas respectivas forças políticas, em relação ao movimento, são materializadas nas bandeiras de luta e nas palavras de ordem formuladas e repetidas pelos estudantes.

Essas bandeiras de luta são expressões que sintetizam as reivindicações do movimento, são as propostas que norteiam as lutas estudantis. Tomando como referência a reorganização do movimento estudantil (década de 1980), identificamos algumas bandeiras que remetem a demandas específicas e que atualmente já são consideradas históricas pelo movimento estudantil.

- A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.
- As eleições diretas para Reitor.
- Mais verbas para educação.
- Reforma Universitária.

A partir da década de 1990, o movimento estudantil denuncia o sucateamento das universidades públicas por parte do Governo Federal, através da redução drástica de verbas para a educação, especialmente para o ensino superior; da cobrança de taxas; da precarização da assistência estudantil; das mudanças nos planos de carreira dos servidores e dos docentes; do arrocho salarial destes dois segmentos profissionais. Tal situação foi considerada pelos estudantes como reflexo do desmonte das universidades. Nesse sentido, novas bandeiras de luta foram incorporadas ao movimento:

- Contra a cobrança de taxas na UFC.

- Contra o projeto de autonomia universitário do Governo FHC.
- Abaixo o provão.
- Contra a privatização da universidade.

Uma boa parte dessas bandeiras do movimento estudantil aproxima os estudantes das reivindicações do movimento docente e dos servidores, motivando ações unificadas dos três segmentos da comunidade universitária, sobretudo aquelas que tratam da defesa da universidade pública.

As demandas que remetem à melhoria da qualidade do ensino público geralmente estão associadas às reivindicações relativas à infraestrutura da universidade, cuja precariedade interfere negativamente no funcionamento e nas condições do ensino universitário. As principais demandas são:

- Melhorias nas salas de aula.
- Instalação ou conserto de bebedouros.
- Verbas para o Hospital Universitário.
- Ampliação dos laboratórios.
- Melhorias nas bibliotecas.
- Mais segurança nos campi da universidade,

Os direitos individuais, os quais fazem referência à cidadania estudantil, são contemplados nas reivindicações relacionadas à assistência estudantil, tais como:

- Bolsa de trabalho.
- Restaurante universitário.
- Residência universitária.
- Carteira de estudante.
- Bolsas de pesquisa.

As bandeiras de luta e as palavras de ordem são formuladas conforme o contexto no qual está inserido o movimento. Algumas dessas bandeiras de luta são conjunturais, decorrentes do momento político, mas expressam de certa forma as lutas mais gerais, como por exemplo:

- Fora Collor.
- Fora FHC e FMI.

- Contra o neoliberalismo.
- Contra as privatizações.
- Contra a ALCA e o FMI.
- Pela paz e contra a guerra do Bush.

As bandeiras de luta específicas ligadas à assistência estudantil e à infraestrutura da universidade tendem a atravessar os anos, permanecendo válidas e atuais. Quanto às bandeiras de luta mais gerais, de caráter conjuntural, estas são referenciadas pelo contexto político da época, sendo portanto datadas e transitórias. Entretanto, se observa que a defesa de princípios, como a democracia e a liberdade, independentemente da conjuntura política, norteia as reivindicações do movimento estudantil.

Além do encaminhamento das bandeiras de luta, gerais e específicas, os militantes do movimento estudantil, através de seus instrumentos de divulgação, fazem a propaganda de bandeiras de luta essencialmente políticas, as quais remetem à utopia da transformação social. São elas:

- Viva o socialismo.
- Abaixo o capitalismo.

As palavras de ordem, os bordões gritados pelos estudantes nas manifestações e nas assembleias estudantis dão o mote das reivindicações. Geralmente elas são rimadas, podendo ser entoadas em coro ou cantaroladas, são feitas como paródias de músicas conhecidas. Nas manifestações de rua, há um carro de som e um puxador das palavras de ordem, que atua como mestre de cerimônia e animador. Uma boa passeata depende de um locutor criativo e ágil. As palavras de ordem são intercaladas por discursos e devem expressar claramente para o público os objetivos da manifestação. Eis alguns exemplos de palavras de ordem:

- Fora daqui, FMI!
- É hora, é hora, é hora, queremos “meia” agora!
- Não, não, não! Não à privatização!
- Não à conciliação! Saída para a crise é a revolução!
- Você aí sentado, também é explorado!

Segundo Bourdieu (2001, p.15), “O que faz o poder das palavras de ordem, poder de manter a ordem, ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.” Portanto, a eficácia das palavras de ordem não se efetiva unicamente na adequação dos enunciados à realidade, mas

dependem da legitimidade de quem as profere. Dessa forma, o poder simbólico (palavras, rituais, símbolos) é construído a partir das relações sociais, envolvendo a dimensão do poder e seu reconhecimento (legitimidade).

A legitimidade das lideranças estudantis é um tema recorrente no movimento estudantil. Os militantes deste não são, necessariamente, pessoas legitimadas por seus pares. Entretanto, independentemente de obter consenso no campo das ideias, o militante se distingue pela atitude de assumir posições políticas e ideológicas. Em Arendt (1989), há a ideia de coragem associada ao ato de *assumir posição*.

A conotação de coragem, que hoje reputamos qualidade indispensável a um herói, já está, de fato, presente na mera disposição de falar, de inserir-se no mundo e começar uma própria história. E essa coragem não está necessariamente, nem principalmente, associada à disposição de arcar com as consequências, o próprio ato do homem que abandona o seu esconderijo para mostrar quem é, para revelar e exibir sua individualidade, já denota coragem e até mesmo ousadia. (ARENDR, 1989, p. 199).

Valores de forte conteúdo simbólico são constantemente evocados pelo movimento estudantil, tais como: ousadia, coragem, heroísmo, rebeldia, desprendimento pessoal. Esses adjetivos são atribuídos ao herói. Assim sendo, as lideranças estudantis, na maioria das vezes, procuram ser identificadas com essas qualidades.

Segundo Weber (1956)¹¹, a liderança baseada nas qualidades do líder é do tipo carismática, relacionada a atributos pessoais do indivíduo, como o poder intelectual, a oratória, o heroísmo.

Entretanto, não basta às lideranças estudantis serem reconhecidas pelos estudantes por seus atributos simbólicos, é necessário garantir a representação legal, obtida no processo eleitoral pelo voto. Portanto, a legitimidade almejada no movimento estudantil é de caráter democrático, estando associada à representatividade.

O movimento estudantil tem sido um espaço importante para a formação de lideranças políticas. Apesar de exemplos como Luiziane Lins (presidente do DCE-UFC, gestão 1992/1993), eleita prefeita de Fortaleza - CE em 2004, e Lindberg Farias (presidente da UNE durante o *Fora Collor*), eleito prefeito de Nova Iguaçu - RJ em 2004, que foram lideranças estudantis da década de 1990, muito se falou sobre uma crise de lideranças no movimento estudantil nos 10 anos 2000.

Certamente a noção de liderança que se tem atualmente é diferente da concepção do passado. Assim como se busca um *tipo ideal* de movimento estudantil, tomando como parâmetro a década de 1960, acontece expectativa semelhante em relação à militância política e ao perfil do

¹¹ WEBER apud COHN, Gabriel. Weber. São Paulo, 2001.

militante. Nas décadas de 1960 e 1970, um militante poderia receber a tarefa de ingressar e prolongar sua permanência em determinada escola ou universidade para ali “construir o movimento”. Nesse caso, tratava-se de um “quadro partidário” experiente e com capacidade de articulação política. Esse tipo de militante era capaz de retardar, premeditadamente, sua vida profissional, ficando uma década inteira no movimento estudantil.

Hoje, a passagem dos estudantes pela universidade precisa ser rápida, o diploma não é garantia de emprego, tampouco a maioria das famílias consegue manter o jovem com dedicação exclusiva aos estudos, por um longo período. Há, para muitos, a necessidade de garantir alguma renda durante a graduação, seja num estágio remunerado ou noutra ocupação. Por vezes, ao ingressar na universidade o jovem já está inserido no mercado e trabalho. Assim sendo, o tempo dedicado à universidade é curto, tanto para militância, quanto para permanência no ambiente universitário.

Do ponto de vista ideológico muita coisa mudou. Inclusive a noção de participação política e de militância, não só “do lado de fora” (na sociedade), mas também, no interior das organizações (partidos, grupos políticos, tendências etc.).

4.3.1 Os vários sentidos da pala “luta” no movimento estudantil

A palavra *luta* é uma das mais repetidas no movimento estudantil. A propósito, Comerford (1999) fez um interessante estudo sobre os diferentes usos dessa expressão, entre os trabalhadores rurais, participantes do movimento sindical. Ele afirma, “Falando da luta, fala-se da ação coletiva, caracterizada pela união. A luta tem como perspectiva ir englobando cada vez mais lutas, trazendo cada vez mais pessoas.” A análise realizada pelo autor é pertinente para compreendermos não só a fala, como também as vivências dos militantes políticos, seja no sindicato, na associação de moradores, ou no movimento estudantil.

No movimento estudantil, o termo *luta*, a exemplo de outros movimentos políticos, é exaustivamente utilizado, significando movimento, ações realizadas, campanhas. Lutar, ser de luta, estar na luta, são qualidades indispensáveis à condição de militante. Não é sem razão que as chapas concorrentes à direção do DCE-UFC sejam costumeiramente designadas com expressões contendo a palavra *luta*, senão vejamos:

- *Unidade e luta* (1981 e 2001) – trabalha com dois ícones da política: coesão e ação.
- *Estudantes em luta* (1986) – dá a ideia de movimentação, de continuidade.
- *Alternativa de luta* (1989) – sugere que os oponentes são lutadores, e que a luta é a única alternativa viável ao movimento estudantil.

- *Levante a voz e lute* (1998) – é um convite imperativo à participação para quem está apático e calado; é preciso sair da inércia e agir.
- *União de luta* (2002) – novamente a ideia de que a unidade fortalece a luta.
- *A luta não para* (2003) – sentido de continuidade; é preciso de despertar e se engajar na luta.

Em todas essas chapas, há uma proposição positiva do termo luta. A trilogia: *Unidade e luta*, *União de luta* e *A luta não para*, utilizada pelas tendências UJS e UJR, quando de suas gestões na diretoria do DCE-UFC, exemplifica a consolidação exitosa do verbo lutar e do adjetivo lutador.

Na última campanha para as eleições do DCE-UFC (2004), um grupo de estudantes, contrários à chapa da situação, fixada numa parede da Universidade um texto permeado de ironia:

A luta vicia. Que companheiros são esses que tanto falam, já que a “luta” é construída só por eles? A primeira intervenção divina foi a “Unidade e luta”, depois a “União de luta”, aí veio a “A luta não para”, agora tem “Estou na luta”... E o pior que o arsenal de motes com a palavra luta são muitos, ou seja, temos que aguentar esses caras com seus discursos formatados numa linguagem que se chama luta, numa luta que não acaba, ainda por muito tempo, pois a luta não para companheiros. Não tenho certeza de como é a luta diária desses aguerridos guerreiros, se um dia homenagearão seus filhos com o nome luta, ou terão em suas lápides o seguinte escrito “... e morreu na luta”... a única certeza que eu tenho é que a luta vicia. (Nota assinada por Cleide – ENEDAT, 05/2004)¹².

Através da narrativa, os atores sociais tentam organizar seu entendimento sobre a realidade na qual estão inseridos. Assim, os discursos políticos são legitimados pela narrativa.

A história do movimento estudantil é narrada por seus atores como palco de realizações, conquistas, disputas, vitórias, derrotas, e embalada pelos sonhos de diversas gerações de estudantes que professam crença na utopia de um mundo melhor, de uma sociedade justa e igualitária. Um parcela dos militantes do movimento estudantil afirma acreditar que suas ações podem contribuir, senão para a revolução, pelo menos para elevar o nível de consciência de seus colegas.

Ouvindo depoimentos de ativistas do ME (forma como os militantes do movimento social costumam tratar o movimento estudantil), é possível afirmar que se fosse possível narrar a história desse movimento numa linguagem cinematográfica, ela poderia ser contada como uma película de ação, com cenas espetaculares e efeitos especiais. O movimento estudantil é intenso, tem a marca da juventude: tudo tem que ser e conquista “ali, já!”, a universidade pública e de qualidade, a democracia no país, o socialismo. Para os seus militantes, a vida pede urgência, pois o tempo voa, e breve é o período que se vive como estudante. Por conta disso, o movimento estudantil exige ação e radicalidade. Às vezes, as propostas parecem loucas, impraticáveis, como aquela

¹² Cleide é um pseudônimo, e ENEDAT é uma sátira dos encontros estudantis “Encontro Nacional dos Estudantes da Datilografia”.

inscrição do *maio francês de 1968* – “Peçamos apenas o impossível”.

4.4 Campanhas e manifestações estudantis

Vem vamos embora que
esperar não é saber, quem
sabe faz a hora, não
espera acontecer.
(Geraldo Vandré)

Para os militantes do movimento estudantil, sobretudo se estão na direção de uma entidade estudantil, a manifestação é um momento importante. Aqui, manifestação é entendida no sentido clássico vivenciado pelos militantes políticos, tal qual a define Champagne: “... um desfile de militantes que se reúnem para fazer número, que tomam as ruas, exibindo faixas e cartazes que servem para identificar claramente para as camadas da população que protestam e indicar seus motivos de descontentamento e suas reivindicações...” (CHAMPAGNE, 1996, p.11).

As manifestações de rua são uma das características do movimento estudantil. Uma diretoria de diretório central que não consiga organizar uma grande manifestação de rua durante o ano de sua gestão será taxada pelos seus pares de “imobilista”.

A manifestação pode ser uma passeata, uma assembleia, um pedágio, uma concentração fixa, podendo ser dentro ou fora da universidade. No local da concentração (que sempre marca o início da manifestação, seja ela qual for), é realizado algo semelhante a um comício político partidário, com falações, apresentações artísticas, informes e encaminhamentos.

Por vezes, a manifestação é uma ação radical: invasão de gabinetes, acampamentos, greve de fome, etc. A radicalidade do ato dependerá do grau de dificuldade para o atendimento da reivindicação, ou da necessidade de se encaminhar uma denúncia mais grave.

As manifestações podem ser convocadas pela direção estudantil ou por qualquer militante. Para isso, é necessário mobilizar os estudantes, passando nas salas de aula, afixando cartazes pela universidade, distribuindo panfletos, divulgando por meio de carros de som e, dependendo da finalidade do ato, divulgando na imprensa local.

Cada época do movimento estudantil pode ser lembrada através das manifestações realizadas. Por exemplo, na década de 1960, a “Passeata dos 100 mil”, símbolo da reação estudantil à ditadura militar; nos anos 1980, as manifestações de rua pelas “Eleições diretas já para presidente”, com seus grandes comícios, logradouros completamente tomados pela população; na década de 1990, os atos pelo impedimento do Presidente Fernando Collor de Melo.

4.4.1 O “Fora Collor”

Os jovens manifestantes do “Fora Collor” ficaram conhecidos como *os caras pintadas*, pois eles pintavam o rosto com as cores verde e amarela da bandeira brasileira, vestiam roupas pretas em sinal de protesto contra a corrupção e a falta de ética na política nacional.

Do ponto de vista estético, as manifestações da década de 1990 adquirem um tom performático. Aliás, desde a campanha pelas “diretas para presidente”, em meados dos anos 1980, se pensou numa forma espetacular de reivindicar. Nas manifestações, nota-se uma preocupação maior com as formas simbólicas: cores, vestimentas, alegorias, bonecos gigantes, slogans, músicas. Tudo isso passa a ter um sentido especial, como num enredo de escola de samba. Aliada à valorização da linguagem simbólica na práxis política, o registro midiático é tido como condição fundamental para a massificação das reivindicações e campanhas políticas.

As primeiras manifestações do “Fora Collor” aconteceram em Curitiba - PR (07/08/1992), Manaus - AM (10/08/1992), São Paulo - SP (11/08/1992) e no Rio de Janeiro - RJ, também em agosto de 1992. Elas foram comandadas pela UNE e pela UBES.

No início, essas manifestações não foram tão numerosas como aquelas realizadas por eleições diretas para presidente. Dotadas de grande participação juvenil, as manifestações eram descontraídas, bem-humoradas e com forte apelo visual. Aos poucos *os caras pintadas* foram ganhando mais adeptos, até conseguirem colocar grande multidão nas ruas de várias cidades brasileiras.

Os estudantes secundaristas tiveram destacada participação nas manifestações do “Fora Collor”, através da UBES e das entidades locais, no caso de Fortaleza, a UMES e os grêmios estudantis organizados nas escolas do município.

A União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES), juntamente com a Juventude Operária Católica (JOC) e o grêmio da Escola José Bezerra de Menezes, promoveram uma passeata “Fora Collor” no bairro Antônio Bezerra. Eles saíram da igreja matriz e percorreram as ruas... onde foi realizado um ato-show. Os estudantes aproveitaram a oportunidade para divulgar as suas lutas em relação à volta da meia passagem nos ônibus metropolitanos. (Jornal Diário do Nordeste, 20/09/1992).

Diferentemente da campanha “Pró-Diretas” (1984), estruturada na forma de comitês suprapartidários, o “Fora Collor” foi caracterizado por atos mais espontâneos e de participação heterogênea. Naquela campanha, o DCE-UFC foi uma das entidades organizadoras do Comitê Teotônio Vilela, uma frente suprapartidária, formada por entidades estudantis e profissionais, associações de moradores, sindicatos, federações de movimentos populares, partidos políticos e personalidades. Coube ao “Comitê pelas diretas para presidente” coordenar várias iniciativas, tais como shows, passeatas, carreatas, bingos, pedágios, comícios, enfim, todos os eventos públicos da

campanha. Além desse comitê geral, havia um comitê estudantil, composto pelos diretórios estudantis da UFC, UECE, UNIFOR e pela UMES. Sobre a participação dos universitários, o jornal do DCE-UFC relatou o seguinte:

[...] Continuamos com o maior ímpeto a batalha pelas Diretas-já. Ajudamos na formação do Comitê Teotônio Vilela e participamos com destaque da preparação do grande comício de 28 de janeiro, na praça José de Alencar. Fizemos comícios relâmpagos nas ruas, fomos às praças, às praias, onde pudemos, convocando os nossos colegas e o povo em geral para entrarmos nessa briga. (Jornal do DCE, 09/1984).

Em função da campanha pelo impedimento do presidente Fernando Collor de Melo, foi organizado em Fortaleza o *Fórum Fora Collor*, reunindo diversas entidades, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicatos associações comunitárias, partidos políticos e entidades estudantis, tendo como objetivo organizar várias manifestações. Apesar da existência desse fórum, não houve centralização das ações da campanha. Tanto que, em determinados momentos, aconteceram manifestações paralelas.

A participação dos estudantes universitários no “Fora Collor” foi impulsionada pelas iniciativas da sociedade civil, pela presença dos militantes de esquerda, e também pelo apelo da campanha junto à juventude, uma vez que não houve organização específica dos estudantes.

A diversidade de tipos juvenis entre os manifestantes do “Fora Collor” é uma das principais características do movimento dos “caras pintadas”. Segundo Lindberg Farias, presidente da UNE em 1992,

[...] Eram diversos rostos. Desde os que usavam camisas de Che Guevara, até os frequentadores de shopping centers. Estudantes, pesquisadores, bolsistas do CNPq, junto a metalheiros e skatistas. Todos revoltados, pediam o impeachment para o presidente. Foi a passeata do grito indignado de uma juventude que acredita na mudança do Brasil. (Boletim da UNE, outubro de 1992).

No mesmo período, os estudantes da UFC realizam um protesto contra a crise no Hospital das Clínicas (HC), ou Hospital Universitário (HU), utilizando uma estratégia visual semelhante à dos manifestantes do “Fora Collor”: rostos pintados, camisetas pretas, fitinhas verde-amarelo em torno da cabeça, gritando palavras de ordem: “*Agora é pra valer! Defender HC!*”; “*Tira da UTI, o HU daqui!*”.

Para os manifestantes, a crise na UFC, evidenciada pelo quadro de carência do Hospital Universitário, era consequência da política do Governo Federal, adjetivada pelos estudantes como “sucateamento” da universidade pública, tendo em vista a sua privatização. O Reitor da UFC, considerado “interventor” federal, era acusado de ser aliado do presidente Collor.

[...] Os manifestantes pintaram o rosto, faixas e cartazes. No percurso, não pouparam

buzinas e voz para denunciar à população o quadro atual do Hospital das Clínicas. Da mesma forma, passaram pelo pátio interno da Reitoria da UFC, no Benfica, para cobrar do Reitor Antônio Albuquerque uma solução. “A crise é decorrência do projeto, em nível federal e local, com a atual administração *collorida* da UFC, para a privatização das universidades federais.” – disse a presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFC). (Jornal O Povo, 16/09/1992).

No dia 23 de setembro de 1992, estiveram reunidos na Praça do Ferreira, para mais uma manifestação pelo “Fora Collor”, em torno de 15 mil manifestantes, pelos cálculos da Polícia Militar do Ceará, ou 30 mil, segundo os organizadores do evento, entre estudantes, sindicalistas, profissionais liberais, comerciários, donas de casa, desempregados. Nessa altura dos acontecimentos, estava marcada a votação do impedimento do Presidente Collor, no Congresso Nacional, para dali a uma semana, segundo manchete do jornal Diário do Nordeste, “Cearenses fazem ensaio geral para o dia da votação”. Os estudantes da UFC aproveitaram o ato para protestar contra o Reitor.

Pedida a saída de Albuquerque. Antes de seguir em passeata para pedir nas ruas o impeachment do presidente Collor, os estudantes e servidores da Universidade Federal do Ceará pediram no pátio da reitoria a saída do Reitor Antônio Albuquerque. Segundo a presidenta do Diretório Central dos Estudantes, Luiziane Lins, 23, que juntamente com a ASAUFC, ADUFCE, organiza o ato, o atual dirigente da UFC é tão ilegítimo como o Presidente da República que o nomeou. (Jornal O Povo, 24/09/1992).

Associar as demandas específicas da universidade à causa nacional, da esfera da política geral, faz parte do modo de fazer política no movimento estudantil. Dessa forma, a causa nacional alimenta a reivindicação local e vice-versa.

Na véspera da votação do impedimento do Presidente Collor, foi realizada uma vigília cívica na Praça do Ferreira. Em virtude de desentendimentos entre as entidades estudantis, a CUT foi quem esteve à frente da organização dessa manifestação, convocando as demais entidades. Diante da impossibilidade de unificar todos os partidos e tendências políticas, foi marcada outra manifestação, no mesmo dia e horário, em outro local. O grupo da Maria Luíza (Célia Zanetti, Rosa da Fonseca, Jorge Paiva e outros), com o apoio de entidades ligadas, realizou um ato na Praça José de Alencar. Com vassouras em punho, baldes d'água, sabão em pó, os manifestantes fizeram a lavagem da praça, simbolizando a limpeza que precisava ser feita na política brasileira. Essa manifestação contou com um número reduzido de participantes.

Apesar da reivindicação pela ética na política se constituir num elemento catalisador das ações de diferentes tendências políticas, a cisão entre os grupos ocorre, dando origem a rituais de natureza diversa. De um lado, a vigília cívica, alimentando a crença no processo democrático, já que os manifestantes, reunidos em clima festivo, aguardavam a votação no Congresso Nacional. De outro lado, o ritual da lavagem da praça, simbolizando o desejo de limpar a cena política, sem

deixar qualquer vestígio do passado, sem que se estabeleça qualquer tipo de conciliação ou aliança política.

Cinquenta mil pessoas se reuniram na Praça do Ferreira para acompanhar, através de telão, a votação do impedimento do Presidente Collor. Nas escolas e universidades, nesse dia, as aulas foram suspensas, para que os estudantes participassem da manifestação. O jornal O Povo fez o seguinte relato do evento:

Otimistas, os jovens já chegaram à praça festejando a vitória do impeachment. Cada grupo de colegiais, trabalhadores, militantes de partidos e sindicalistas que chegavam traziam junto as bandeiras, faixas, os adesivos e a irreverência, expressa nos bonecos de Collor, nas fantasias de fantasmas e presidiários. A cor predominante era o preto, presente nas caras, nas bocas e nas roupas. Mas o verde-amarelo não foi esquecido e não faltaram bandeiras brasileiras. Os carros de som ligados marcavam o compasso de espera. As lideranças sindicais, estudantes e partidos tentaram organizar um ato-show com violeiros, emboladores, teatro de bonecos e banda de música, mas o povo só queria era ver o telão [...] Dezenas de populares das janelas dos prédios em frente a praça do Ferreira também aplaudiram e se confraternizaram com os “caras pintadas”, jogando papel picado e estendendo faixas. (Jornal O Povo, 30/09/1992).

Observa-se que, no âmbito das lutas políticas, ocorre uma convergência entre o movimento estudantil e outros agrupamentos sociais, sejam eles partidos políticos, entidades classistas, representantes de outros movimentos populares.

Descontração e irreverência foram características atribuídas aos “caras pintadas”, em diversos relatos sobre o movimento. A maciça presença da juventude, as cores, as alegorias, a música, fizeram do “Fora Collor” uma festa. Nas manifestações, havia todo tipo de alegoria: bonecos gigantes com as caricaturas do Collor, do PC Farias, da Roseane Collor, havia fantasias de fantasmas, bruxas, palhaços, um caixão de defunto, várias alas de jovens fantasiados de presidiários, faixas com dizeres sobre a ética na política, cartazes condenando a corrupção. Olhando de longe, parecia até desfile de carnaval, com a multidão dançando e cantando intensamente:

“Fora Fernandinho, Fernandinho fora, já chegou a sua hora.”

“Se gritar pega ladrão, não fica um meu irmão.”

O jornal Diário do Nordeste descreveu assim a expectativa dos manifestantes, durante a votação do impeachment:

Quatro, três, dois... um! Foi assim, fazendo contagem regressiva que milhares de cearenses acompanharam a fase final da votação do impeachment do presidente Collor. Concentrados na Praça do Ferreira, mais de 50 mil pessoas cantaram e dançaram ao som do hino nacional, quando a televisão anunciou o voto que garantiu o afastamento do Presidente [...] Durante todo o dia, os manifestantes ocuparam a Praça do Ferreira, cantando, dançando ou gritando palavras de ordem, eles pareciam seguros de que o resultado seria favorável. O clima era de descontração e confiança: “o impeachment vai colocar para fora a alegria de saber que o

povo teve capacidade de determinar os destinos da nação”, previu a presidenta do DCE-UCF, pouco antes da votação. (Jornal Diário do Nordeste, 30/09/1992).

Para além de uma nova estética, o movimento dos “caras pintadas” e o impeachment do presidente Collor são reivindicados por grande parte dos militantes do movimento estudantil, como vitória da mobilização da juventude e, particularmente, como exemplo de luta liderada pelos estudantes. Além disso, para o movimento estudantil secundarista, em Fortaleza, o “Fora Collor” rendeu bons frutos, evidenciado na organização de inúmeros grêmios estudantis. Quanto ao movimento estudantil universitário, não houve avanço do ponto de vista da organização das entidades.

4.4.2 “Fora FHC”: a marcha dos 100 mil

Diante da insatisfação de diversos setores da sociedade brasileira com as políticas neoliberais desenvolvidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, o movimento estudantil inaugurou o “Fora FHC”. Sob essa bandeira de luta foram realizadas inúmeras manifestações, durante os seus dois mandatos presidenciais (1994-2002).

O “Fora FHC”, movimento de contestação das esquerdas, de diferentes matizes ideológicas, agrupadas em entidades diversas: partidos, sindicatos, movimentos sociais, ONG’s, concentrou esforços no combate à reeleição presidencial e às diretrizes da política econômica neoliberal.

Dentre as diversas manifestações do “Fora FHC”, a *marcha dos 100 mil*, realizada em Brasília, em 1999, mereceu espaço destacado na mídia. Essa marcha foi organizada pelos partidos políticos de oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, a saber, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entidades regionais, sindicatos, associações profissionais e comunitárias, a UNE, a UBES, a Central única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

O Ceará participou da *marcha dos 100 mil* com uma caravana composta por 15 ônibus. Dessa delegação faziam parte lideranças estudantis, universitário e secundarista, representantes dos movimentos sindical e comunitário. O DCE-UCF não se envolveu na organização da delegação de estudantes à marcha, porque os membros da sua diretoria, militantes da tendência *Contra a corrente*, faziam oposição à diretoria da UNE, uma das entidades organizadoras do movimento. Por isso, estudantes, militantes do movimento estudantil e dirigentes de entidades estudantis da UFC se juntaram à delegação da UNIFOR, organizada pelo DCE-UNIFOR, cuja direção se alinhava politicamente com a UNE.

Na UFC, além dos estudantes, professores e servidores fizeram parte da caravana à Brasília. O Sindicato dos Trabalhadores da UFC (Sintufce) descreveu em seu jornal a manifestação:

100 MIL CONTRA FHC: O POVO VOLTA ÀS RUAS. O movimento sindical e estudantil deu uma lição de cidadania para todo o Brasil, no dia 26 de agosto. Brasília balançou com a presença de mais de 100 mil pessoas – de todas as partes do país – que vieram entregar 1,3 milhões de assinaturas, exigindo a instalação da CPI do grampo, para apurar os ilícitos no processo de privatização do Sistema Telebrás. Ao mesmo tempo, os manifestantes vieram pedir o impeachment de um dos piores presidentes da história do Brasil. (Jornal do Sintufce, agosto de 1999).

A marcha dos 100 mil, a exemplo do “Fora Collor”, foi marcada pelo visual criativo e performático dos seus manifestantes, centenas de bonecos gigantes representando FHC invadiram a Praça dos Três Poderes, com faixas onde se lia “FHC traidor”, alguns bonecos com as feições de Antônio Carlos Magalhães (ACM), presidente do Congresso Nacional, outros com a cara do “Tio Sam”, fazendo alusão à dependência econômica do Brasil aos Estados Unidos, via Fundo Monetário Internacional (FMI). Cartazes, bandeiras e faixas de partidos políticos, do Brasil, da UNE, do MST, das tendências do movimento estudantil, de delegações sindicais, estandartes com a imagem de Che Guevara, alas de punks, vestidos a caráter, além de jovens com os rostos pintados (referência ao “Fora Collor”).

Sintonizada com a linguagem virtual, a marcha dos 100 mil dispunha de uma página na internet, sob o título de *Marcha à Brasília on line* (<http://www.informes.org.br>), oferecendo orientações e veiculando notícias aos manifestantes em tempo real. Posteriormente, foi divulgado pelos organizadores que essa página recebeu cerca de oito mil consultas durante a manifestação.

De todos os recantos do Brasil partiram centenas de militantes, de diversos movimentos sociais, para protestar contra as políticas do Governo FHC.

Aos gritos alternados de “fora” e “basta de FHC”, em defesa do impeachment e até da renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso, partidos de oposição e entidades da sociedade civil promoveram ontem a maior manifestação contra o governo, em quase cinco anos, com um recado: o protesto em Brasília foi apenas o primeiro. (Jornal O Povo, 27/08/1999).

Não há um consenso quanto ao número de manifestantes na marcha dos 100 mil; segundo o comando da Polícia Militar do Distrito Federal, havia 60 mil pessoas; para os organizadores, eram mais de 100 mil presentes. Independente do número de participantes, essa marcha entrou para o rol das maiores manifestações ocorridas em Brasília. “O tamanho da manifestação da oposição em Brasília só perdeu para a visita do Papa João Paulo II, em outubro de 1991, quando a PM apontou a presença de 300 mil pessoas e para o Fora Collor, em 1992, com 100 mil participantes.” (Jornal Folha de São Paulo, 27/08/1999).

Apesar de protestarem contra a privatização de empresas estatais e a política econômica do governo, os manifestantes deixaram claro, em seus discursos, que pretendiam mais do que mudanças nas políticas governamentais, uma grande parcela dos manifestantes, exigia a saída do presidente Fernando Henrique Cardoso (reeleito, recentemente), A esse respeito, o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, no encerramento da manifestação, afirmou: “Estou gratificado. Que FHC e sua corja nunca mais ousem duvidar da capacidade de organização da sociedade... Temos que fazer milhares de movimentos como este até tirar essa gente do poder”. (Jornal O POVO, 27/08/1999).

O discurso de Leonel Brizola, presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), teve conteúdo semelhante ao de Lula, confirmando a intenção de desestabilizar o governo de Fernando Henrique, expressa pelos manifestantes: “Este é apenas o começo de uma grande jornada que só vai parar no dia em que tivermos um governo em que o povo confie”. (Jornal O POVO, 27/08/1999).

Além do repúdio às políticas implementadas pelo Governo, os manifestantes exibiam cartazes com reivindicações específicas dos diferentes movimentos que compunham a marcha. Os estudantes empunhavam faixas com os seguintes dizeres: “Em defesa do ensino público e gratuito” e “Contra a privatização da universidade pública”; “Não à mercantilização da educação”. Quanto ao movimento sindical, os trabalhadores propunham uma greve geral, conforme descrevem os servidores da UFC:

A MARCHA DOS 100 MIL foi extremamente bem sucedida em suas intenções. FHC sentiu a força do povo. Mas os protestos não vão parar por aí... O sentimento geral é de que a MARCHA DOS 100 MIL foi apenas o pontapé inicial para uma série de manifestações rumo à GREVE GERAL. (Trechos do editorial do jornal do SINTUFC, agosto/1999)

Tanto o “Fora FHC” quanto a “Marcha dos 100 mil” são exemplos de como o movimento político busca legitimar as ações do presente evocando manifestações do passado. No primeiro caso, o “Fora Collor”, campanha que resultou no impeachment do então presidente Fernando Collor (1992); o segundo, a mítica “passeata dos 100 mil”(1968), marcha contra a ditadura militar. Estes dois eventos, um no passado distante, outro relativamente recente, são detentores de força simbólica suficiente para despertar valores como rebeldia, coragem, heroísmo, imputados aos militantes políticos. Tais valores são importantes para a militância política e para o movimento estudantil, em função do seu potencial de aglutinação de apoiadores e de novos militantes.

4.4.3 Movimento na rua: “Meia Estudantil”

A redução de 50% no valor da passagem nos transportes coletivos da capital, bem como, no ingresso de cinemas e espetáculos culturais foi um direito conquistado pelos estudantes e assegurado na legislação municipal (meia passagem) e nacional (meia-cultural). Desde décadas anteriores, muitas foram as manifestações públicas motivadas pela garantia da “meia passagem” e da “meia-cultural”.

A Universidade Federal do Ceará foi palco de uma das maiores manifestações da história do movimento estudantil, em 1983. Foi a passeata em defesa da “meia entrada nos cinemas”, direito ameaçado por uma portaria do Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), que extinguiu o direito ao desconto de 50% aos estudantes nos ingressos de cinema. Aliás, foram duas manifestações no espaço de duas semanas.

A primeira, um protesto contra a portaria do CONCINE, desafiando a proibição da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará de realização de manifestações nas praças e demais localidades públicas do centro de Fortaleza. A manifestação foi duramente reprimida, a partir da Avenida da Universidade, culminando com a invasão do Campus do Benfica, uso de bombas de gás lacrimogêneo e agressões físicas a estudantes.

A segunda manifestação foi um desagravo à agressão sofrida anteriormente, ocorrendo uma semana após a primeira. O ato público “pela liberdade e contra a repressão”, na época, foi comparado às manifestações de 1968. Na ocasião foi lançada a campanha “Bicote nos Cinemas”.

Ainda na década de 1980, durante a gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele (primeira mulher eleita prefeita de uma capital brasileira e primeira prefeita de capital eleita pelo Partido dos trabalhadores), os estudantes conquistaram o direito de emissão das carteiras de estudante, através de suas entidades representativas. Tal fato possibilitou a autonomia financeira das entidades estudantis e seu conseqüente fortalecimento.

Esse ano, o Conselho de Entidades (reunião do DCE com todos os centros acadêmicos e o Conselho de Residentes) aprovou uma taxa de 300 cruzeiros para cada carteira de estudante. Desse dinheiro, 200 cruzeiros ficavam para o DCE e 100 cruzeiros para o C.A. Essa decisão foi referendada na assembleia geral realizada no dia 21 de maio. Agora são os estudantes que sustentam o DCE. Isso trouxe uma maior condição financeira e também uma maior cobrança por parte dos estudantes. A questão financeira é essencialmente política. (Boletim do DCE, junho/1991).

Na UFC, onde a carteira de estudante era gratuita, houve um intenso debate a cerca dessa cobrança de taxa. Ela foi defendida pelas direções estudantis como uma forma de estruturar as entidades, para viabilizar as lutas estudantis.

CARTEIRAS PARA MANTER A LUTA. [...] Este ano tivemos muitas dificuldades para confeccionar as carteiras. A discussão sobre a taxa que seria cobrada aos estudantes, a impossibilidade de imprimir as carteiras na gráfica da Universidade, e outras coisas mais, fizeram com que nós tivéssemos que solicitar a prorrogação do prazo de validade das carteiras. (Boletim do DCE, junho/1991).

Apesar da regulamentação da meia-estudantil, através da Câmara Municipal de Fortaleza, todos os anos, por conta do processo de confecção das carteiras, se repete o embate entre a Prefeitura de Fortaleza e as entidades estudantis. “Quase todos os anos, a Prefeitura (via Secretaria de Transportes), ao lado dos empresários do setor, tenta acabar ou limitar este direito que foi fruto da ampla mobilização dos estudantes e já se encontra regulamentado na Lei Orgânica do Município” (DCE-UFC, maio/1996).

O principal motivo do impasse entre estudantes e Prefeitura tem sido as modificações no modelo das carteiras de estudantes, sobretudo com a adoção de novas tecnologias defendidas pela Prefeitura, como medidas preventivas contra a falsificação da identidade estudantil.

Em 1993, ocorreu a primeira mudança no setor, com a introdução do GET (gerenciador embargado de transporte), onde as carteiras passaram a ter código de barras. Nessa época, os centros acadêmicos e o DCE-UFC avaliaram que a Secretaria de Transportes (STM), por trás dos argumentos técnicos e da forma impositiva, tinha a intenção deliberada de limitar a meia-passageira e retirar das entidades estudantis o direito de confeccioná-las. (Boletim do DCE-UFC, maio/1996).

Em 1996, a polêmica se deu em torno do projeto da Prefeitura de substituição das carteiras com código de barras, por um cartão com chip, chamado “smartcard”. As carteiras com código de barras eram plastificadas, enquanto que o smartcard é um cartão de plástico, tecnologia semelhante à usada na confecção de cartões bancários. O Conselho de Entidades e a diretoria do DCE-UFC assumem posição contrária a esse tipo de cartão. Sobre as mudanças sugeridas para a carteira de estudante, os estudantes afirmavam que: a) a nova tecnologia representava uma ameaça de limitação ao direito da meia-passageira, porque seria possível quantificar as viagens através do chip; b) as entidades estudantis perderiam o controle sobre a emissão das carteiras, já que haveria a necessidade do processo de confecção passar por uma empresa especializada; c) haveria um aumento significativo no preço da carteira; d) a implantação da nova tecnologia não garantiria, por si só, o fim das falsificações.

Seu direito pode ser cassado! A possibilidade técnica de, com o cartão com chip, termos reduzido o direito de número de mais-passageiras para utilização dos estudantes é concreta. A carteira com chip dá condições à STM de vistoriar automaticamente quantas vezes o estudante usou a identidade estudantil (Nota do DCE-UFC e CA's, maio/1996).

Apesar das discussões sobre as mudanças na carteira de estudante, as identidades estudantis de 1996 foram confeccionadas em papel, com código de barras e plastificadas. No final

de 1997, as entidades estudantis novamente se reúnem com a Prefeitura, esta representada pela Empresa Técnica de Transportes Urbanos (ETTUSA), para definição do processo de expedição das carteiras de estudante.

No último semestre, a ETTUSA enviou às entidades estudantis (DCE's, AMES, UMES) a determinação de que as carteiras deste ano deveriam ser confeccionadas dentro de padrões determinados pela própria ETTUSA. O modelo de identidade estudantil pretensamente imposto pela ETTUSA constava de uma carteira de polyester, a qual, de acordo com o presidente da Empresa, Alberto Oliveira, consistiria em uma etapa para a implementação do "smartcard". O entendimento de tal medida, tomada de forma arbitrária, no intuito de limitar e posteriormente extinguir a meia-passageira, consiste, de forma clara, na tentativa de quebrar a autonomia das entidades estudantis ao determinar o modelo de nossas carteiras, além de ameaçar nosso direito à meia-passageira. (Jornal do DCE, setembro/1997).

Durante a década de 1990, o movimento estudantil secundarista é colocado em evidência, aparecendo na mídia associado à corrupção nas entidades estudantis. O movimento ganhou espaço nos periódicos da cidade, em matérias jornalísticas sobre essa questão da corrupção. De modo geral, as críticas eram extensivas ao movimento estudantil como um todo.

[...] Eles vão às ruas para denunciar a postura dos governantes, portando bandeiras pela liberdade e democracia. Por tal causa, muitos foram presos, exilados e torturados nos anos 1960. Em fins da década de 1990, os estudantes mostram menos as suas caras nas passeatas e exibem outras cores nos rostos. Primeiro, o verde e amarelo com que pintaram suas faces pedindo o impeachment de Fernando Collor. Agora, o rubor diante das denúncias de corrupção no Movimento Estudantil (ME), que se generaliza em todo o país, conforme o deputado federal e ex-presidente da UNE, Lindberg Farias. As acusações contra entidades de estudantes secundaristas locais, que confeccionam carteiras estudantis, motivaram uma CPI na Câmara de Vereadores de Fortaleza e tornam atual a discussão sobre a seriedade de um movimento que outrora levantou bandeiras pela moralização do dinheiro público. (Jornal Diário do Nordeste, 22/10/1997).

O movimento estudantil secundarista e suas entidades são envolvidos em denúncias de fraudes, corrupção, criação de entidades cartoriais, atravessando uma crise política sem precedentes. Tanto que, em 1993, chegou a ser instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Municipal de Fortaleza, para investigar denúncias relativas à emissão das identidades estudantis.

No final de 1997, é instalada uma nova CPI para apurar novas denúncias de irregularidades na expedição das carteiras de estudante, desta feita, envolvendo a AMES e a UEEP. Ao mesmo tempo, tramitam na Câmara Municipal, dois diferentes projetos a respeito da meia-passageira.

O movimento estudantil universitário não fica fora do debate envolvendo as entidades secundaristas. O jornal do DCE faz referência à realização do Congresso da UMES e à proliferação de entidades secundaristas:

O Congresso da UMES é realizado a cada 2 anos pela União Municipal dos Secundaristas de Fortaleza, que no passado congregou e representou todos os estudantes secundaristas deste município, e agora divide essa função social com a AMES, UEEP, CESC, ASESF e UESF (na realidade pequenas fábricas de carteiras). (Jornal do DCE-UFC, novembro/1997).

A direção do DCE-UFC não perde a oportunidade de fazer críticas contundentes ao movimento secundarista, revelando a distância ideológica entre as lideranças secundaristas e universitárias. “Agora a entidade tem duas diretorias, que se reivindicam legítimas, mas que na verdade representam a face deformada do movimento secundarista” (Idem, 11/1997).

O processo de confecção das carteiras estudantis que anualmente é motivo de discórdia entre as entidades estudantis, de um lado, e os representantes da Prefeitura, de outro, por vezes, parece não empolgar um número expressivo de estudantes. Nesse sentido, a diretoria do DCE-UFC afirma que,

Infelizmente, poucos estudantes se sensibilizaram e perceberam ser o personagem principal na defesa da meia estudantil. Além disso, as reuniões com a Prefeitura e a ETTUSA parecem seguir o ritmo das marés. Quando havia manifestação, a Prefeitura recuava, quando não voltávamos à estaca zero. Isso acontecia porque, apesar do número reduzido de estudantes nas ruas, conseguimos chamar a atenção da mídia e pressionar a Prefeitura. (Boletim do DCE, 11/1998).

A manifestação é utilizada pelo movimento estudantil para pressionar seu oponente, no caso a Prefeitura, para conseguir aliados para a sua causa e para demonstrar força, revertendo uma correlação de forças considerada desfavorável.

Nos últimos anos, a ETTUSA tem dado a palavra final no que diz respeito à expedição das carteiras de estudante. Apesar da lei municipal (de autoria dos vereadores Chico Lopes e Luiziane Lins) que determina a criação de uma comissão técnica para estabelecer parâmetros e fiscalizar o processo de confecção, é a empresa representante da Prefeitura de Fortaleza que define os critérios, documentos, prazos e tudo o que for necessário ao credenciamento das entidades para a expedição das identidades estudantis.

A UMES decide não participar do processo de emissão de carteiras estudantis, para o período 2000/2001. Para ela, a ETTUSA não teria credibilidade suficiente para moralizar o processo, tampouco estaria isenta de interesses, uma vez que, para os estudantes, a Prefeitura é uma aliada dos empresários do ramo de transporte coletivo, os quais defendem o fim da meia-passagem estudantil, por objetivos óbvios. Segundo a diretoria da UMES,

Hoje com a proliferação de pseudo-entidades estudantis, empresariais, meramente cartoriais, verdadeiras quadrilhas, retrocedemos à corrupção na emissão de carteira de identidade estudantil (CIE). A ETTUSA, órgão fiscalizador do processo (vejam que ironia!)

foi a principal responsável pelas máfias que hoje vivem às custas do dinheiro das carteiras, já que a mesma deixou nos últimos anos que toda nova entidade que surgisse pudesse emitir CIE's... E por último, porque a ETTUSA procurou, através do credenciamento, com a desculpa da moralização, montar um cartel, selecionando apenas três empresas para confeccionar as CIES's, sendo duas "laranjas", que nunca confeccionaram o documento, e a terceira, HS Tecnologia, que divide uma sede com a ETTUSA... Esquema esse frustrado pela pressão das verdadeiras entidades e outras empresas, resultando no aumento de empresas aprovadas, o que deve propiciar um preço menor para a carteira. (Nota da UMES, 2000).

Se no início dos anos 1990 o direito à emissão das carteiras era defendido pelo movimento estudantil, secundarista e universitário, como fator de autonomia financeira e política das entidades estudantis, ao longo do tempo, transforma-se em motivo de conflito entre as tendências políticas.

Para o movimento secundarista, o escândalo criado em torno das entidades estudantis, durante a década de 1990, a comprovada corrupção no processo de emissão das carteiras de estudante, a formação de "máfias das carteiras", e todos os fatos daí decorrentes, foram os responsáveis pela desestruturação da sua entidade geral, representativa de fato dos estudantes.

Na ausência de uma entidade geral dos estudantes secundaristas, as entidades estudantis universitárias assumem a mobilização do conjunto dos estudantes em relação à manutenção da meia-estudantil, juntamente com os grêmios estudantis, que estavam dispersos por já não mais possuírem uma entidade geral que os representasse.

Em determinados momentos, a disputa pela definição do modelo da carteira, do material a ser utilizado para a confecção da mesma, da tecnologia a ser empregada, do preço a ser cobrado, tudo isso tem ocupado os dirigentes estudantis em infindáveis discussões com a Prefeitura e seus representantes. O movimento estudantil universitário, tanto na UFC quanto em outras universidades, se divide em torno de questões aparentemente menores, como a definição do "espelho da carteira" e o preço da mesma (de custo, com contribuição voluntária ou valor estipulado pelo DCE, já incluída a contribuição). Essas opiniões desencontradas servem para demarcar diferenças ideológicas, revelando as disputas internas do movimento estudantil. Nos embates pela meia-estudantil, o grupo hegemônico procura se afirmar como direção. A oposição, por sua vez, tenta desautorizar a direção do DCE.

Enquanto o DCE lutava contra a ETTUSA em defesa de um processo que garantisse os direitos dos estudantes, a falsa oposição, a mesma que fraudou a eleição do DCE, fazia o mesmo discurso da ETTUSA, dizendo que o responsável pelo preço das carteiras era o DCE. Chegaram ao cúmulo de orientar os estudantes dos seus cursos a não fazerem as carteiras, como forma de boicotar a nossa entidade... Será que os colegas da oposição não sabem que foi a ETTUSA que determinou arbitrariamente a nova tecnologia e o seu preço? Será que esqueceram que a ETTUSA criou o monopólio, onde apenas uma empresa sediada em São Paulo irá vender mais de 700 mil cartões em Fortaleza? Fica então a pergunta: se os mesmos que atacaram o DCE não disseram uma vírgula sobre as maracutaias da ETTUSA, de que lado eles estão? (Boletim do DCE-UFC, maio de 2004).

A meia-estudantil, considerada pela maioria dos estudantes como um direito individual, inalienável, é reivindicada pelo movimento estudantil como uma conquista histórica dos estudantes. Tal compreensão resulta em conflitos e polarizações que envolvem as tendências políticas, a Prefeitura, os empresários dos transportes coletivos. O movimento estudantil universitário mantém uma postura de vigilância em relação ao direito à meia-estudantil, procurando agir prontamente sempre que esse direito pareça estar ameaçado. Outra característica dessa luta é o seu poder aglutinador, uma vez que tal bandeira de luta consegue mobilizar um grande contingente de estudantes universitários e secundaristas.

No primeiro semestre de 2004, foram realizadas várias manifestações envolvendo a questão das carteiras de estudante. Tudo começou com a proposta da Prefeitura de Fortaleza de instituir nos transportes coletivos a bilhetagem eletrônica, através do “passcard”. Essa forma de cobrança nos ônibus acabaria com o “vale-transporte”, passando a vigorar um cartão magnético. Para os estudantes, essa proposta serviria para atender aos seguintes interesses dos empresários: a) criação de condições técnicas para restrição da meia-passagem; b) inviabilização do transporte alternativo, que dependem do vale-transporte; c) possibilidade futura de dispensar os cobradores, instituindo a catraca eletrônica.

Considerando esses interesses, o movimento estudantil universitário e secundarista, envolvendo estudantes de diversas escolas e universidades, decide promover diversas manifestações. De início elas não acontecem de forma unificada, já que os secundaristas, sem uma entidade geral de representação, mas possuindo muitos grêmios estudantis, juntamente com as tendências políticas atuantes no movimento, convocam os estudantes das escolas de ensino médio para uma manifestação em frente à Câmara Municipal de Fortaleza, a primeira de uma série.

O objetivo dos estudantes era, além de chamar a atenção da opinião pública para possíveis ameaças à meia-passagem, obter esclarecimentos da Câmara sobre o passcard. No local do ato, foi formada uma comissão composta por 10 estudantes para dialogar com os vereadores. Entretanto, enquanto a comissão era recebida, do lado de fora teve início uma verdadeira batalha entre os manifestantes e a polícia militar: de um lado, pedras eram atiradas pelos estudantes; do outro, aos militares usavam balas de borracha e cassetetes. Não se sabe dizer ao certo como o conflito começou. Mesmo com as manifestações, os estudantes não conseguiram as explicações necessárias da Prefeitura sobre a implantação do passcard.

Semanas após esse confronto, outro enfrentamento ocorre. Desta feita, a manifestação foi convocada pelo *Fórum de luta pelo passe livre*, o qual reúne principalmente as tendências trotskistas e as entidades dirigidas por esses militantes, grêmios estudantis de escolas públicas e privadas, com o apoio do DCE-UFC e do DCE-CEFET, sindicatos, outras entidades populares e

partidos políticos.

Estudantes x Polícia: confronto com tiros e pedradas. Estudantes que participaram ontem pela manhã de uma passeata em defesa da meia-passage entraram em confronto com a PM, no cruzamento das avenidas 13 de maio e da Universidade. Um ônibus teve a janela quebrada, dando início à confusão. De um lado, militares apontaram armas para os estudantes e dispararam tiros para o alto; do outro, manifestantes jogaram pedras e outros objetos nos policiais. Na confusão, um policial ficou ferido e dois estudantes foram detidos. (Jornal O Povo, 28/05/2004).

No início do mês de junho de 2004, os estudantes secundaristas e universitários voltam às ruas em mais uma manifestação contra a bilhetagem eletrônica. O local escolhido para o protesto foi a sede da Prefeitura, situada na Avenida Luciano Carneiro. A manifestação fugiu do controle dos organizadores (Fórum do passe livre) e acabou em depredação de 12 salas do prédio da Prefeitura. No dia seguinte, o jornal Diário do Nordeste estampa a seguinte manchete:

Protesto vira baderna. Terminou em baderna o protesto de estudantes de Fortaleza contra a instituição da bilhetagem eletrônica no transporte coletivo da Capital. Os estudantes acreditam que o novo sistema vai restringir o número de meias-passagens. A Prefeitura nega. Centenas de manifestantes marcharam em passeata até a sede da Prefeitura de Fortaleza (bairro Vila União), onde entraram em confronto com a guarda municipal. Armados de paus e pedras, eles quebraram vidraças do Paço, viraram e incendiaram dois carros oficiais. Com a chegada do BP choque da PM, o confronto se alastrou. Quarenta pessoas foram detidas, 28 feridas. (Diário do Nordeste, 04/06/2004).

Os estudantes menores de 18 anos foram encaminhados para a Delegacia da Criança e do Adolescente. Dos trinta e um detidos, somente três foram identificados pela guarda municipal ou pelos policiais da PM. Os feridos foram levados para o Instituto Médico Legal (IML) para exame de corpo delito. Os demais manifestantes foram encaminhados ao 25.º Distrito Policial. Foram presos e posteriormente liberados na madrugada após os confrontos, mediante pagamento de fiança.

Segundo o delegado encarregado Jacob Stevenson Mendes, titular do 25º DP, um inquérito para apurar o caso deverá ser concluído em 30 dias, já foi instaurado a partir das prisões em flagrante. A partir de agora, a polícia continuará coletando depoimentos e analisando vídeos, fotografias e objetos apreendidos em poder dos estudantes no fim da manifestação, dentre os quais muitas pedras, pedaços de vidro e garrafas de bebidas alcólicas. (Jornal O Povo, 05/06/2004).

A maior parte da imprensa noticiou esses fatos com alarde. O local da manifestação chegou a ser comparado com uma rua de Bagdá. A descrição do confronto foi feita de maneira pouco isenta, as críticas ao protesto foram incisivas, sugerindo a presença de elementos infiltrados no movimento estudantil. Eis o que diz este editorial:

Freio no vandalismo. As cenas de vandalismo registradas ontem na avenida Luciano Carneiro, quando o gabinete do prefeito foi depredado, demonstram haver chegado a hora de

se pôr um basta nesse tipo de desordem... Conflitos políticos fabricados foram responsáveis, na maioria dos casos, pela desestabilização das instituições democráticas em 1964. Quem passou pelas agitações antes e depois de 31 de março, sabe dimensionar a grandeza da democracia. Esse aprendizado exigiu ônus elevado do país, deixando mazelas ainda abertas entre os atingidos. A experiência, portanto, demonstra o quanto é prejudicial o papel exercido por elementos radicais em movimentos de massa. Ultimamente, essa atuação tem sido constante no meio estudantil e entre categorias funcionais de baixa remuneração... O Município não pode abrir mão de acionar a justiça para responsabilizar os depredadores e seus instigadores, promovendo o ressarcimento do patrimônio destruído. Do contrário, as arruaças poderão virar moda. (Jornal Diário do Nordeste, 04/06/2004).

Outro aspecto que chama a atenção na cobertura jornalística feita pela imprensa local, a respeito das manifestações estudantis, é que, apesar do registro dos protestos, não aparecem os organizadores do movimento, pessoas ou entidades que estejam liderando as ações. A esse respeito, o ombudsman do jornal O Povo indaga o seguinte:

Eles sabem por que apanham? No momento mais tenso e emblemático que a cidade de Fortaleza tem assistido acontecer nos últimos meses, a área próxima à prefeitura, no bairro Aeroporto, transformou-se no dia 3 em cenário de guerra. De um lado, guardas municipais e policiais militares agindo em defesa do patrimônio público. Esta parte do conflito está clara, restando dúvidas quanto ao perfil de quem estava do outro lado. Quem eram os jovens que protestavam? Contra o quê, exatamente? Quem, de fato, os lidera? (O Povo, 13/06/2004).

Coube aos estudantes convocar a imprensa para uma entrevista. Estiveram presentes à coletiva representantes do Fórum de luta pelo passe livre, dos diretórios centrais de estudantes da UFC, UECE e CEFET, estudantes universitários e uma grande quantidade de alunos do ensino médio.

O movimento estudantil considera positiva a manifestação realizada na última quinta-feira em frente à Prefeitura de Fortaleza... Os estudantes dizem que alcançaram o objetivo de chamar atenção da sociedade para a causa que defendem... Acompanhado do representante da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, advogado Jairo Ximenes, eles reforçaram suas convicções durante entrevista coletiva realizada na tarde de ontem no auditório do CEFET. (Jornal O Povo, 05/06/2004).

É preciso reconhecer que as últimas manifestações não possuíam um comando claro. As lideranças estudantis não eram representativas (no sentido de representação por entidade estudantil). Vale ressaltar que os protestos ocorridos em Fortaleza não foram organizados de forma unitária, considerando que essas lideranças têm posicionamentos diferenciados em relação à questão da meia-estudantil. Para os participantes do Fórum de luta pelo passe livre, a defesa pela manutenção da meia-passage é insuficiente para o movimento, pois a luta deve ser pelo passe livre, para todos os estudantes e para os desempregados.

A repercussão das manifestações estudantis foi tema de debate entre as lideranças estudantis das décadas de 1960, 70 e 80, reunidas na Associação 64-68 Anistia. Além de analisar os

acontecimentos, esses líderes buscaram propor soluções para o caso dos manifestantes. Na ocasião, as manifestações atuais foram comparadas às ocorridas em 1968. Segundo Mário Albuquerque, presidente da Associação, “As duas representam um movimento de jovens, massivo e com presença de repressão. Outra semelhança, nos preocupou a maneira como eles foram tratados com os mesmos termos da ditadura, como marginais.” (Jornal O Povo, 08/06/2004).

Na opinião do prof. Pedro Albuquerque, liderança estudantil em 1968, os protestos são um retrato da crise social: “Não foi só pelas carteiras estudantis, mas por um problema relativo aos pais, que utilizam vale-transporte.” (Idem, 2004).

Papito, líder estudantil na década de 1980, reforça o argumento de Pedro Albuquerque ao ressaltar a importância de defender o direito à meia-passagem: “A miséria, a fome e o desemprego são fatores que estão impulsionando essa revolta... A carteira estudantil é uma conquista histórica e desde sua implantação tentam acabar com ela.” (Jornal O Povo, 08/06/2004).

Manoel Arruda, presidente do Centro Estudantil Cearense até 1964, enfatizou a importância do movimento para a politização dos estudantes: “O importante é encontrar uma solução pacífica e positiva para o estudante, para que a classe estudantil possa sair fortalecida e conscientizada.” (Idem, 2004).

Assis Aderaldo, líder estudantil em 1968, mostrou-se preocupado com a onda de repressão desencadeada por conta das manifestações estudantis: “Estão tratando as questões sociais e o movimento estudantil como uma questão de polícia... Não se pode restringir a liberdade de um movimento em um espaço público.” (Idem, 2004).

Rosa da Fonseca, liderança estudantil em 1968, defende o direito à liberdade de expressão: “Ninguém está defendendo a violência, mas os estudantes têm o direito de se manifestarem.” (Idem, 2004).

As declarações públicas de ex-militantes do movimento estudantil, no momento em que os atuais são vítimas de repressão e de críticas depreciativas, têm um forte apelo simbólico, o passado empenha solidariedade com o presente. Valores como coragem, rebeldia e utopia são rememorados.

No dia 9 de junho de 2004, os estudantes de Fortaleza fizeram uma nova manifestação, contando com a participação de estudantes de Maracanaú, em defesa da meia-metropolitana. A passeata partiu do CEFET para a Assembleia Legislativa, com participação de aproximadamente mil alunos universitários e secundaristas, sendo estes, maioria. Na concentração, eram gritadas palavras de ordem e exibidas faixas e cartazes fazendo alusão à “meia-estudantil”, “à defesa do ensino público”, “ETTUSA e Juraci, inimigos da meia”, “contra a repressão”. Havia ainda bandeiras de partidos de esquerda, das tendências políticas e das entidades estudantis.

Vários estudantes escondiam o rosto sob as blusas. Havia certa tensão por conta dos

últimos confrontos. Entretanto, a caminhada foi pacífica, sem a presença da polícia. Um carro de som acompanhou os estudantes durante todo o trajeto. Vários militantes fizeram uso da palavra, denunciando as ameaças ao direito da meia-estudantil. O prefeito, a ETTUSA, os empresários do transporte coletivo e a polícia eram os alvos prioritários das críticas dos estudantes.

Porém, chegando na Assembleia Legislativa, os manifestantes se depararam com um aparato policial ostensivo, cerca de 80 militares, fortemente armados, apoiados por um caminhão e três viaturas policiais. Apesar disso, dessa vez não houve confronto.

Manifestantes querem a meia-passagem metropolitana. Os alunos permaneceram em frente à sede do Poder Legislativo, enquanto aguardavam o momento da comissão formada por dez líderes estudantis ser recebida pelo deputado Marcos Carls, presidente da Assembleia. A comissão foi formada por alunos das escolas localizadas em Fortaleza e Maracanaú. Às 11 horas, o grupo foi recebido pelo presidente do Poder Legislativo e por outros deputados. O encontro foi rápido. Os estudantes não apresentaram nenhum documento por escrito, contendo reivindicações da categoria. Na reunião, a discussão limitou-se a apenas um assunto: o projeto de lei do deputado Chico Lopes (PCdoB), que propõe a criação da meia-passagem metropolitana. O projeto já recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça da Assembleia. (Jornal O Povo, 10/06/2004).

Os estudantes voltaram a se manifestar pelas ruas de Fortaleza no dia 24 de junho de 2004. Dessa vez, o destino da marcha foi era a sede da ETTUSA. Porém, ao saírem do CEFET, os estudantes anunciaram que estavam indo para a sede da Prefeitura, isso como uma estratégia de chegarem de surpresa à ETTUSA. Alguns jovens usavam máscara, outros levavam camisetas por sobre o rosto, uns portavam “nariz de palhaço”, quase todos utilizavam apitos. Três carros de som animavam a passeata. Os oradores criticavam a implantação da bilhetagem eletrônica, reivindicavam o passe livre para estudantes nos transportes coletivos, denunciavam as autoridades por abuso de poder sobre os alunos. Ao chegarem à sede da ETTUSA, os manifestantes encontraram a rua fechada pelo batalhão de choque da PM. Professores e pais de alunos se juntaram à manifestação, o que demonstravam que os estudantes conseguiram ampliar sua base social de apoio, o que conferia maior legitimidade às reivindicações.

Os manifestantes queriam uma reunião com o presidente da ETTUSA, Carlos Correia. A proposta da empresa foi a de receber uma comissão composta por cinco pessoas, ao que os estudantes contra propuseram um número de dez, a ETTUSA aceitou. Porém, não houve acordo entre os manifestantes, que queriam uma comissão com dezoito integrantes, número que representava a quantidade de escolas participantes do Fórum pelo passe livre. Essa exigência foi recusada.

[...] Depois de alguns minutos de discussão, como forma de protesto pelo número reduzido da comissão, os estudantes resolveram não conversar com o presidente. De mãos dadas e cantando a música de Geraldo Vandré “Pra não dizer que não falei das flores”, símbolo dos movimentos populares de resistência à ditadura, os manifestantes se retiraram afirmando

que não iriam desistir. (Jornal O Povo, 25/06/2004).

O trecho da canção de Vandrê, “vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, é a evocação simbólica de um momento glorioso, trazendo à memória um passado repleto de heroísmo e de lutas estudantis.

Ao que parece, a dificuldade de coesão interna entre os membros do Fórum estudantil inviabilizou qualquer tentativa de diálogo externo, seja com a sociedade civil ou com as autoridades oficiais, sobre a questão da meia-estudantil. É provável que as tendências que estavam à frente do movimento concebessem o confronto com um fim e não como estratégia de desencadear uma possível negociação.

Em 21 de junho de 2004, é publicada na imprensa uma nota de apoio ao movimento estudantil e em repúdio à repressão sofrida pelos estudantes durante os protestos. Essa nota é assinada por diversas entidades, entre estas, Associação Anistia 64/68, ANDES, ADUFCE, ADUNIFOR, Comissão de Direitos Humanos da OAB, CUT-CE, MST, entidades do movimento comunitário e de mulheres, sindicatos, Jornal Crítica Radical, partidos políticos. Custeada por essas entidades, a nota, a partir do título, procura acionar valores históricos na trajetória das lutas estudantis, como a liberdade, a luta pelos direitos adquiridos, a resistência ao arbítrio.

EM APOIO À LUTA ESTUDANTIL... EM DEFESA DA LIBERDADE. [...] Consideramos inadmissíveis os ataques violentos e distorcidos veiculados na imprensa, dirigidos aos estudantes que resistem e lutam em defesa da meia-passagem, que está sob ameaça com a implantação do passcard, proposto pela Prefeitura de Fortaleza, que acaba também com o vale-transporte. Após inúmeras manifestações na busca da negociação, os estudantes foram tratados com total descaso pelas autoridades e com ação violenta do aparato repressivo... O grande mérito dos estudantes, com a realização da manifestação, cujos desdobramentos infelizmente poderiam ser evitados pelo poder público, é a demonstração de que a sociedade resiste ao “ocultismo”, onde são tratados os negócios públicos, em conluio com interesses privados. O valor dos estudantes, censurados pela mídia grande, está na oportunidade e na ocasião em que surgem como defensores de que o atual modelo de gestão da coisa pública tornou-se insuportável. (Jornal Diário do Nordeste, 21/06/2004).

As últimas manifestações estudantis dessa série de protestos pela meia-passagem, do ponto de vista numérico, foram modestas, se comparadas com as anteriores. Segundo os organizadores, as férias escolares teriam sido um obstáculo às mobilizações.

Dia primeiro de julho, por volta das 9 horas, mais uma vez os estudantes se encontraram em frente ao CEFET, daí seguindo em passeata até a Reitoria da UFC. Ao chegarem, os estudantes secundaristas pediram o apoio aos universitários. Um caixão foi queimado, enquanto os manifestantes gritavam que aquilo significava “a morte do capitalismo”, em alusão ao slogan do grupo Crítica Radical. Pouco mais de 300 alunos caminharam em direção ao Centro da cidade, levando o caixão com o objetivo de fazer o enterro simbólico do prefeito Juraci Magalhães.

Os alunos conduziram ainda o caixão à Praça do Ferreira, onde foi destroçado e pisoteado por jovens. A passeata causou engarrafamento nas ruas do Centro por alguns minutos. Ao meio-dia, os manifestantes já haviam se dispersado. O motivo alegado pelos estudantes para as manifestações é o receio da limitação da meia-passagem estudantil. Os questionamentos surgiram após mudanças na tecnologia utilizada nos chips das carteiras. (Jornal O Povo, 02/07/2004).

Os estudantes fazem mais uma manifestação, dessa vez, um acampamento na Praça do Ferreira. Os militantes do Partido Socialista Unificado (PSTU), do grupo Crítica Radical, do MST, são os responsáveis pela iniciativa. Os estudantes ameaçaram permanecer acampados até que fosse revogada a portaria da ETTUSA, que institui o cartão eletrônico nos transportes coletivos. A concentração dos estudantes ocorreu em frente ao CEFET. Por volta das 9 horas, os estudantes saíram em passeata gritando palavras de ordem, como “o povo organizado luta sem partido e vive sem Estado”. Essa frase expressa o pensamento anarquista, revelando a descrença nas instituições, ainda que estas sejam de esquerda.

Poucos estudantes continuaram a passeata que se dirigiu à Praça da Ferreira. Um carro de som ia à frente dos manifestantes, os animadores da marcha iam sugerindo à população que boicotassem os ônibus, como forma de protesto contra a Prefeitura e os empresários do setor dos transportes coletivos.

O movimento reuniu bem menos estudantes que as últimas manifestações. Cerca de 300 pessoas participaram da caminhada. “Tem menos pessoas, mas tem pessoas de valor”, defendeu Célia Zanetti, militante da União das Mulheres Cearenses, uma das organizações da manifestação. Ela disse que o objetivo do ato é chamar a atenção da população para o problema. “O que vai ocorrer é a mesma coisa que ocorreu quando acabaram as fichas telefônicas”, disse, referindo-se à impossibilidade de comprar uma única passagem com o passcard. (Jornal O Povo, 09/07/2004).

Entre os debates motivados pelas manifestações estudantis anteriores (pela meia-passagem ilimitada, pela meia-passagem metropolitana, contra a bilhetagem eletrônica, pelo passe livre, contra o passcard) algumas opiniões geraram polêmica na imprensa. Nesse sentido, alguns jornalistas esquentaram ainda mais a discussão.

Na década de 80, foram dezenas e dezenas de passeatas, manifestações, assembleias, eleições, articulações, conspirações, confrontos, reuniões secretas e abertas, congressos aqui e alhures. O ME é no Brasil uma das mais importantes “escolas” para formar políticos. Para o bem e para o mal. Lá se aprende de tudo. Não é um lugar de gente inocente. Não há movimentação alguma sem que haja organizações políticas no manejo das ações. Porém, havia uma diferença fundamental. A liderança partia dos estudantes universitários, menos imaturos e mais politizados. Hoje, o ME universitário parece-me incapaz de liderar uma fila indiana. (Jornal O Povo, Coluna Política, 13/06/2004).

Muitos são os saudosistas, sobretudo em se tratando de política, tanto os jovens quanto

os “veteranos de guerra”. Há uma mitificação do passado, os fatos considerados históricos são tratados como “quadros irretocáveis”, as glórias dos tempos idos são decantadas, desconhecendo-se as dificuldades e contradições que, inevitavelmente, fizeram parte da construção desse mesmo processo histórico. A propósito, é ilustrativo o seguinte comentário sobre as manifestações estudantis ocorridas em Fortaleza, entre os meses de maio e junho de 2004: [...] Desta vez, o pretexto foi a meia-passageira, uma conquista dos estudantes advinda dos anos 40, quando a juventude tinha, de fato, organizações idôneas liderando os seus pleitos, Como o Centro Estudantil Cearense [...] (Jornal Diário do Nordeste, 04/06/2004).

O “discurso da crise”, associado à nostalgia dos tempos idos, é recorrente quando o tema é o movimento estudantil. Mesmo entre as lideranças estudantis, por exemplo, os militantes dos anos 1980 lamentavam a suposta “apatia dos jovens em relação à política”, porque os comparavam aos estudantes de décadas anteriores. Nos anos 1990, “combativos” eram os militantes das décadas de 1980, 1970 e 1960. As manifestações dos “caras pintadas” foram comparadas àquelas ocorridas em 1968, o “eterno” parâmetro do movimento, seu momento “glorioso”. Atualmente, quando se fala em participação estudantil, ainda, nos reportamos ao “Fora Collor” (1992), movimento ocorrido a mais de dez anos.

Durante a década de 1990, e na atual, aconteceram inúmeras passeatas, manifestações, eleições, articulações, congressos... enfim, todos os rituais do movimento estudantil, tanto quanto nas décadas anteriores, muito se conserva do passado, mas existem inovações, novos olhares e concepções sobre o ofício de se “fazer política”.

Uma reivindicação comum aos estudantes pode unificar a maioria das tendências políticas atuantes no movimento estudantil, no mesmo propósito de luta, de resistência, de defesa de um direito adquirido, entretanto, é insuficiente para garantir uma ação conjunta. A coesão das forças políticas parece depender da crença na eficácia dos mesmos valores simbólicos. Tendo em vista que não há campanha ou manifestação particular para cada força política, no dia a dia são tecidas convergências entre determinadas tendências. O campo ideológico é o que determina tais rearranjos. Ainda persiste no movimento estudantil uma polarização entre grupos trotskistas, defensores da IV Internacional Comunista, e stalinistas (ditos marxista-leninistas). Existem também anarquistas e independentes (sem filiação partidária). Estes circulam mais facilmente entre as demais tendências.

A respeito da luta pela meia-estudantil, sobressaem duas concepções diferentes, a defesa do passe livre (que não existe) e a preservação do direito à meia-estudantil ilimitada. A Prefeitura e os empresários dos transportes coletivos são considerados como inimigos principais.

As dissensões, apesar de inevitáveis, podem contribuir para o enfraquecimento do movimento estudantil, no caso dos militantes não conseguirem uma convergência a respeito do inimigo principal, nem sobre as bandeiras de luta. Assim, fica mais difícil aglutinar mais estudantes

às ações do movimento.

4.4.4 Combate à política neoliberal: algumas greves na universidade

Historicamente, a greve tem sido uma forma de luta utilizada pelos trabalhadores e estudantes nos movimentos reivindicatórios. Apesar de alguns questionamentos por parte de setores da comunidade universitária acerca da validade efetiva da greve como instrumento de pressão dos trabalhadores em educação, os estudantes, em várias ocasiões na década de 1980 e por motivos diversos, entraram em greve nacional, em universidades públicas e particulares. Nestas, as greves tinham como bandeiras de luta: subsídios para as universidades privadas, barrar o aumento das mensalidades, liberação de crédito educativo. Nas universidades públicas: mais verbas para a universidade, ensino público e gratuito, eleições diretas para Reitor, restaurantes universitários gratuitos.

A greve das universidades federais ocorrida em março de 1982, por exemplo, teve como eixo principal derrubar o aumento do preço das refeições nos restaurantes universitários. “Desde a última quarta-feira que os estudantes da UFC estão em greve contra o preço das refeições no restaurante universitário, determinado pela portaria do MEC...” (Jornal O Povo, 29/03/1982).

Durante a década de 1980, o restaurante universitário (RU) da UFC era ponto central em greves e manifestações estudantis. Mas, nos anos 1990, o RU passa para um plano secundário na pauta de reivindicações do movimento estudantil. Em 1991, ele foi fechado e só reabrindo no segundo semestre de 1998.

[...] Há mais de 7 anos, sob o pretexto de uma reforma, o restaurante universitário foi fechado, prejudicando milhares de estudantes que, sem condições financeiras de arcar com as suas refeições, precisam do RU... Este fato é parte do conjunto de medidas que têm por fim o desmantelamento da educação [...] (Jornal da Juventude Rebelião, março/1998).

Na maioria das vezes, na década de 1990, o movimento estudantil aderiu à greve dos servidores públicos, professores e funcionários, em suas respectivas campanhas salariais. Veja-se um trecho do boletim da UNE:

A UNE E A GREVE DAS FEDERAIS. A diretoria da UNE, reunida no dia 27/06/1991, em Brasília, decide apoiar a greve dos professores e funcionários das universidades públicas, por entender que as reivindicações são justas e expressam no seu bojo a luta pela defesa das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Ao mesmo tempo em que apoiamos, é fundamental mobilizar os estudantes contra a privatização e o “Projeto” do Governo Collor para as universidades. (Boletim da UNE, julho de 1991).

O apoio dos estudantes à greve de outros setores da comunidade acadêmica não é um

mero exercício de retórica. No caso da greve dos docentes ou dos servidores, ou de ambos, o DCE convoca os estudantes para uma assembleia geral, onde a adesão à greve é discutida e votada. Uma vez aprovada a adesão, é organizado um comando de greve e definido um calendário de atividades, onde são previstos eventos em conjunto com as demais categorias, quanto manifestações e atividades específicas dos estudantes. Mesmo nesses casos, os estudantes elaboram uma pauta de reivindicações próprias.

[...] Dentro desse contexto, se enquadra a greve a greve dos servidores públicos federais, em especial das universidades federais, que já completa quase um mês e busca conquistar melhores condições de trabalho, defendendo a melhoria do ensino público. Apesar da avaliação positiva que fazemos da greve até o momento... entendemos que ainda não conseguimos uma participação efetiva dos três segmentos... Conclamamos todos os estudantes e entidades a se fazerem presentes à programação da greve. Pois este não é o momento de ficarmos parados dentro de casa “vendo a banda passar na telinha”. É preciso irmos às ruas para exercermos nossa cidadania, dizendo não ao provão, exigindo mais verbas para a educação, enfim, lutando por um ensino público, gratuito e de qualidade. (Boletim do DCE-UFC, maio/1996).

Em 1998, quando os professores das universidades federais entraram em greve por tempo indeterminado, os estudantes participaram efetivamente do movimento, tendo sido organizado um comando de greve dos estudantes e um comando geral, congregando docentes e discentes. Nos jardins da Reitoria foi montado um acampamento, com barracas, colchonetes, redes, compondo um inusitado cenário naquele suntuoso prédio da UFC. A programação do movimento contava com as atividades: a) acampamento da greve; b) vigília pela rejeição do programa de incentivo à docência (PID); c) marcha com o MST, pela passagem de dois anos do “Massacre de Eldorado dos Carajás (MST, CUT, ADUFC, SINTUFCE, DCE-UFC)”; d) debate sobre neoliberalismo; e) caminhada e ato público em defesa da universidade pública.

[...] VOCÊ SABE O QUE AS UNIVERSIDADES ACHAM DISSO? Hoje, docentes de 33 universidades federais, de um total de 52 instituições, já entraram em greve por tempo indeterminado. Os servidores já apontam a deflagração de greve da categoria para a última semana de abril, e os estudantes têm aderido com garra ao movimento. A nível local, assembleias gerais dos estudantes têm ocorrido semanalmente, formou-se o Comando de Greve Estudantil, e um calendário que dá o caráter da greve de ocupação com atividades internas e externas. E você? Vai esperar seus professores pedirem demissão por causa do salário? Ou você aceita pagar uma universidade particular mesmo pagando tanto imposto? (Boletim do DCE-UFC, abril/1998).

A greve de 1998, envolvendo professores e funcionários da UFC, contando com o apoio engajado dos estudantes, prolongou-se por três meses. Após esse período, tendo chegado ao fim as negociações coletivas, relativas à campanha salarial, os professores decidiram pelo retorno às aulas. Foi apresentado pela ADUFCE um calendário de reposição das aulas.

No entanto, a direção do DCE-UFC e algumas tendências do movimento estudantil defenderam a continuidade da paralização com o cancelamento do semestre letivo. O inusitado do fato é que a greve não era dos estudantes. Apesar dessa posição da direção estudantil, da decisão da assembleia dos estudantes de continuidade da greve e da tentativa de boicote às matrículas, a maioria dos estudantes voltou às aulas.

Após a greve dos professores, a Reitoria da UFC resolveu abrir o RU, que fora fechado há mais de sete anos. Esse acontecimento foi anunciado pela diretoria do DECE-UFC como uma conquista da greve, considerada como própria por esta direção, fruto das mobilizações feitas pela gestão *Novo tempo* (1998/1999).

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO É REABERTO. Depois de sete anos fechado, dentre os quais, quatro de promessas da atual Reitoria para sua reabertura, o restaurante foi reaberto pela força acumulada na última greve dos estudantes. Os últimos DCE's priorizaram a negociação de gabinete e isolaram a participação coletiva dos estudantes, desperdiçando a força política que a mobilização possui. E essa antiga forma de luta não funcionou. Assembleias, passeatas, congressos, e por fim greve dos estudantes, estes sim podem ser apontados como os métodos que levaram à reabertura do RU. (Boletim do DCE-UFC, 1998, nº 4).

4.4.5 O “Fora FHC” dentro da Universidade: brigando com o “Provão”

O Exame Nacional de Cursos, conhecido como provão, foi instituído pelo decreto nº 2026, promulgado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1996, com o intuito de “avaliar o ensino superior brasileiro”. O projeto do Governo Federal causou polêmica entre os estudantes universitários. Nesse sentido, ainda em 1996, a UNE entregou ao MEC um documento no qual apontava aspectos considerados por ela imprescindíveis para uma avaliação criteriosa do ensino superior:

- Avaliação interna e externa à universidade;
- Participação da sociedade civil;
- Avaliação construtiva, levando-se em conta as diferenças regionais e econômicas;
- Avaliação dos professores a partir de critérios quantitativos e qualitativos;
- Respeito à autonomia e à vocação da universidade.

O DCE-UFC também expôs suas dúvidas a respeito do sistema de avaliação proposto pelo governo:

[...] Este “Provão” terá questões objetivas e abertas e um questionário sobre o perfil socioeconômico do graduado. Só que não há informações sobre como eles serão utilizados

estes dados e seus resultados. O que quer provar? Um critério único e simplista, sem qualquer relação com a situação de abandono da Educação no país [...]. (Panfleto do DCE-UFC, outubro/1996).

Em 1997, a ideia da campanha contra o “provão” encontrou alguma resistência no interior do próprio movimento estudantil. Dentro da diretoria da UNE surgiram divergências quanto à proposta de boicotar as provas. Em diversas faculdades, os graduados foram pressionados a prestar o exame, a fim de garantir um bom conceito para os cursos. Aqui em Fortaleza, o DCE-UFC não aderiu ao boicote, conforme defendia a maioria dos dirigentes da UNE. Apesar de discordar do “provão”, o DCE-UFC se limitou a prestar esclarecimentos aos estudantes, através da distribuição de um boletim, nos locais de prova.

As lideranças estudantis no Ceará, preocupadas com as “rachaduras” que vem marcando as decisões do comando central da UNE, começam a montar esquemas em torno de questões consideradas prioritárias para a sustentação do movimento, não só a nível estadual como nacional. Enquanto a UNE diverge sobre o boicote ao Exame Nacional de Curso – provão – estudantes membros dos centros acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes montam esquemas voltados a esclarecer os universitários sobre a razão desse boicote. (Jornal Tribuna do Ceará, 03/09/1997).

A UNE considerou o “provão” contraditório, porque apesar dele se propor a avaliar a instituição de ensino superior, ele tomava como parâmetro o estudante. Um forte argumento da entidade contra esse exame nacional era o seguinte:

Ainda que você seja um ótimo profissional, que tenha capacidade de liderança, que consiga resolver problemas ligados à sua área de trabalho, nada disso é avaliado pelo provão, que não passa de um teste de memorização, um vestibular piorado, versão terceiro grau [...] (Jornal da UNE, maio/1998).

Além da UNE, o Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES) fez duras críticas à metodologia adotada no provão, classificando-o de “provinha pouco séria, reducionista, excludente, autoritário e persecutório da parte mais fraca”. A diretoria da ANDES prossegue afirmando que “...Não existe avaliação de qualidade de ensino abstrata. Só se pode avaliar qualidade em relação a objetivos, fins, demandas sociais, função social da universidade.” (Apud Jornal da UNE, 1998).

Em 1998, a UNE orienta as demais entidades estudantis a promoverem a discussão sobre o provão, nas universidades, e realizarem campanhas pelo boicote ao exame.

Tua nota no provão será um fantasma: todo em branco... é assim que se entrega... então, o que fazer? Não faça o provão. Dê ao exame a nota que ele merece: zero. Entregue a prova em branco e ajude a melhorar o nível de ensino de outra maneira: exigindo do governo investimentos no ensino público e fiscalização no ensino privado. Que ele faça a sua parte que nós faremos a nossa. Não temos medo de avaliação, mas também não aceitamos ser penalizados por sucessivas políticas educacionais que privilegiam o mercantilismo, o lucro fácil, a expansão de escolas caça-níqueis. (Jornal da UNE, maio/1998).

Além da prova em branco, os estudantes lançaram mão de várias outras formas de protesto. Em 1999, a Direção Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem) decidiu que seus formandos usariam camisas pretas no dia da prova, fariam distribuição de adesivos, de notas explicativas e de camisetas à população. Os estudantes de jornalismo, em algumas cidades, se vestiram de palhaço, distribuíram apitos e “nariz de palhaço” aos seus colegas. Milhares de abaixo-assinados contra o exame foram coletados, os quais a UNE fez circular nas universidades brasileiras. Num esforço conjunto entre os diversos setores da comunidade universitária, foi lançada a campanha “Avaliação pra valer”, em 1999, procurando reunir diversas sugestões e propostas sobre um sistema de avaliação mais democrático e eficiente.

Em 2004, durante o Seminário Nacional sobre Reforma Universitária, a UNE fez um balanço do sistema de avaliação das universidades brasileiras:

Desde 93, o movimento estudantil vem se posicionando a favor de uma avaliação que leve em conta toda a complexidade e diversidade das instituições. Por isso, a luta dos estudantes brasileiros contra o provão, nos últimos anos, foi intensa – já que este se constituía em instrumento insuficiente e feito sob medida para legitimar faculdades e cursos sem qualidade. (Documento sobre Reforma Universitária, UNE, 2004).

Ainda neste ano, o Governo Federal instituiu o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, pela Lei nº 10.861/2004, apresentada como uma nova concepção de avaliação de ensino, já que ela propõe a articulação de diversos mecanismos de análise, de forma a realizar a avaliação da instituição e não apenas do aluno, a auto avaliação institucional e a avaliação externa. Segundo a UNE,

Dentre os instrumentos previstos pelo SINAES, temos a avaliação interna e externa, que serão definidas a partir de diversos indicadores, a avaliação dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes – o ENADE – que tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade, conforme previsto no artigo 23. (Documento sobre Reforma Universitária – UNE, 2004).

O ENADE é a alternativa apresentada pelo Ministério da Educação ao Provão. Entretanto, dada a obrigatoriedade do exame para a obtenção do diploma, persistem as dúvidas quanto ao peso da nota individual para a avaliação da instituição, assim como se questiona o tipo de uso da nota obtida pelo aluno e suas consequências. A previsão do MEC é de que todo o sistema de avaliação esteja funcionando bem até 2006. Por enquanto, está prevista para novembro de 2004 a aplicação das provas aos estudantes. Sobre esse novo sistema de avaliação, a UNE afirma que,

[...] mesmo reconhecendo os avanços do novo sistema, (a UNE) estará atenta no sentido de garantir a definição de uma nova cultura de avaliação, em que o estudante se sinta parte do processo e não o grande alvo, como era no sistema anterior. Essa nova cultura deve estar associada ao novo projeto de universidade, que, antes de tudo, precisa ser coerente com um conjunto de princípios, pressupostos e premissas, que orientem uma política global de universidade, através de um compromisso social, prestando contas à sociedade, no que se refere à formação acadêmico-científica. (Apud, UNE, 2004).

A mudança de postura, de parte das lideranças estudantis, quanto ao sistema de avaliação, está relacionada à eleição do presidente Lula, entendida como possibilidade de se fazer um “pacto social”.

4.4.6 Democracia interna: as eleições para Reitor

A democracia é um valor que tem inspirado as ações do movimento estudantil, desde a origem de suas entidades. Ela foi o móvel, dentre outros, que orientou a luta de resistência contra a ditadura militar pós 1964, a batalha pelas eleições diretas para presidente da República na década de 1980. Além do debate sobre a democracia na política brasileira, os estudantes enfrentaram a discussão acerca da estrutura de poder na universidade, reivindicando a efetivação de democracia interna, através de participação da representação estudantil nos departamentos, nos órgãos colegiados e nos conselhos universitários.

Apesar de cada instituição de ensino superior ser detentora de autonomia para garantir essa participação estudantil, essa conquista foi fruto de lutas localizadas, ocorridas no final dos anos 1970. Na UFC, a partir do início da década de 1980, os estudantes têm presença assegurada nas reuniões de departamento dos cursos, através de representantes de turma, assim como têm assento garantido nos órgãos colegiados da Universidade, o Conselho Superior Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE).

A maior polêmica em relação à democracia na universidade brasileira diz respeito à escolha de Reitor. Em razão da centralização do poder na esfera da União, não há eleições diretas para o principal dirigente nas universidades federais, vigorando até então a constituição de uma lista tríplice (anteriormente era uma lista sêxtupla). Ou seja, dentre os três nomes mais votados numa consulta à comunidade acadêmica, é que será escolhido o reitor. A decisão final cabe ao presidente da República, no caso de universidades federais, e ao governador de Estado, em se tratando de universidades estaduais. A existência da consulta deve ser atribuída às ações políticas conjuntas dos três segmentos que compõem a UFC (estudantes, professores e funcionários); o movimento estudantil desempenhou importante papel nesse processo.

Em 1991, a UFC foi palco de intensa polêmica na consulta para reitor, uma vez que o nome mais votado foi ignorado, tendo sido nomeado pelo presidente Collor o terceiro colocado. O

movimento estudantil recebeu a notícia da nomeação com um protesto:

INTERVENTOR É REPUDIADO. Jogaram ovos e areia no “Magnífico Interventor” Antônio Albuquerque. Isso é verdade. A comissão gestora do DCE e os centros acadêmicos não incentivaram essas atitudes. Achamos, porém, que elas não aconteceram sem motivos. Os estudantes estavam revoltados, com a polícia que agrediu os estudantes (não com ovos, mas com cassetetes). Revoltados com o cinismo do reitor Antônio Albuquerque, que desrespeitou toda a comunidade universitária ao assumir um cargo para o qual foi o menos votado por professores, estudantes e funcionários. Essa revolta gerou atitudes espontâneas que foram consideradas violentas. (Boletim do DCE, junho/1991).

A cerimônia de posse do reitor da UFC, marcada para o dia 21 de junho de 1991 foi palco de manifestação organizada pelo movimento estudantil, da qual participaram cerca de mil pessoas, entre professores, funcionários e estudantes da universidade, além de parlamentares, sindicalistas, representantes de partidos políticos, entidades populares e classistas. A posse do reitor foi marcada por violentos conflitos entre a polícia e os manifestantes.

Polícia reprime o ato. A concentração para manifestação no dia 21 de junho de 1991, às 18 horas. A polícia foi chamada para impedir a entrada de estudantes, servidores e professores na reitoria. Em determinado momento a polícia atacou a multidão para afastá-la do portão principal da Reitoria. Todos os portões estavam guardados pelo batalhão de choque da PM. Do lado de dentro ficavam 80 seguranças terceirizados. Agentes da Polícia Federal à paisana davam ridículas voltinhas em torno do quarteirão do prédio. Todas as ruas de acesso foram fechadas. Uma comissão de negociação conseguiu que o ainda reitor Hélio Leite (que chamou a polícia) permitisse a entrada da manifestação. Ficamos na “concha acústica” e explicamos os motivos do protesto aos poucos convidados presentes. Enquanto isso, Albuquerque, totalmente descontrolado, deu uma carreira e tentou agredir um estudante de agronomia (você deve ter visto a cena no “Barra Pesada”). (Boletim do DCE, junho de 1991).

Nesse protesto, foi lançado o lema: “*reitor eleito, reitor empossado*”. O movimento estudantil não deu trégua ao reitor, que passou a ser tratado como “interventor”. Ao denomina-lo assim, o movimento estudantil estava questionando a sua legitimidade, afirmando a usurpação do cargo administrativo máximo da UFC. Em todas as manifestações posteriores, ao longo dos quatro anos do mandato de reitor, os estudantes denunciaram essa “intervenção” como uma manobra pela qual se ignorou a vontade da comunidade universitária demonstrada na consulta.

Segundo os dirigentes do movimento estudantil, durante a gestão de Albuquerque, o movimento encontrou dificuldades e sofreu derrotas. A documentação de então do DCE-UFC aponta, entre outros fatos:

- Repressão ao movimento estudantil;
- Fechamento do RU;
- Aumento significativo das taxas das Casas de Cultura Estrangeira;
- Autoritarismo e falta de diálogo da reitoria com as entidades estudantis;

- Censura à programação da Rádio Universitária;
- Modificação no vestibular, aumentando a exclusão social.

Em 1994, a sucessão na reitoria da UFC está novamente no centro das discussões. A diretoria do DCE-UFC (gestão Caleidoscópio) lança um boletim informativo a respeito das eleições, procurando esclarecer os estudantes sobre o processo eleitoral e as formas possíveis de escolha, que podem ser:

- Universais - não há distinção entre os votos das categorias: um estudante = um professor = um servidor = um voto. A eleição do reitor nesse caso se dá por maioria simples;
- Proporcionais – podem ser paritárias, em que a participação de cada segmento possui o mesmo peso, ou seja, 1/3; ou diferenciadas, quando os pesos proporcionais são diferentes, por exemplo, professores: 50%, servidores: 25%, estudantes: 25%;
- Há ainda um “fator de abstenção”, em que se divide o número de votantes pela quantidade dos que estão aptos a votar.

Nesse mesmo informativo, o DCE-UFC divulga a realização de um plebiscito estudantil a ser realizado nos dias 21, 22 e 23 de novembro, sobre as eleições para a Reitoria, a fim de decidir sobre a participação estudantil no processo eleitoral. Para a diretoria da entidade,

Antes de mais nada não custa nada reafirmar que de muito pouco valem todas essas discussões sobre o processo sucessório na Administração Superior da Universidade, enquanto a eleição tiver um caráter meramente consultivo, para que o Conselho Universitário Especial em seguida elabore uma lista com seis nomes para que a Presidência da República escolha qualquer um. Esta forma atual de escolha do novo reitor será sempre sujeita a golpes e mutretas. (Boletim do DCE-UFC, 1994).

A direção do DCE-UFC defende eleições universais para reitor, além de reafirmar que o processo sucessório deveria ser resolvido no âmbito de cada instituição de ensino, pelo voto livre e direto de todos os que fazem a comunidade universitária.

[...] É justamente por falar em união que vem a proposta de eleição direta e universal para reitor. Universal, no sentido de que todos, não importa o papel que exerça no processo de produção e reprodução do conhecimento, tem o direito de decidir igualmente qual será o destino político-administrativo da Universidade [...] (Boletim do DCE-UFC, 1994).

O resultado do plebiscito encaminhado pelo DCE-UFC, no final de 1994, apontou para a escolha das eleições diretas e universais como a forma ideal de escolha do reitor. Entretanto, o

plebiscito teve caráter apenas consultivo, uma vez que a participação da comunidade universitária era regulamentada pelo MEC, endossada pelo CONSUNI. Nas eleições para reitor realizadas em abril de 1995, a comunidade universitária participou através do critério de proporcionalidade (50% - 25% - 25%), em que o voto do professor tinha um peso maior. A participação dos estudantes foi bastante fraca, sobretudo porque a diretoria do DCE-UFC defendeu o boicote a esse processo.

Fato semelhante ao que ocorreu nas eleições para reitor da UFC em 1991, se deu também no Rio de Janeiro, em 1998. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as eleições aconteceram durante a greve dos professores. O professor Aloísio Teixeira foi eleito por 42,58% dos votos. No entanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso indica o nome de José Vilhena, terceiro colocado no pleito. Por conta disso, a UFRJ se tornou cenário de várias manifestações de repúdio a essa indicação, inclusive com uma ocupação do gabinete do reitor que durou 40 dias. Também em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1998, o primeiro colocado na eleição, o professor Luiz Felgueiras, foi ignorado pelo Governo Federal, que empossou o segundo classificado. Apesar das manifestações que ocorreram, em todos os casos acabou prevalecendo a decisão governamental.

A eleição para reitor da UFC, em 1999, foi tratada pela comunidade universitária sem muita euforia. A esse respeito, a Associação dos Docentes da UFC (ADUFC) afirma o seguinte:

Uma vez mais se abre na UFC o processo sucessório. No dia 22 de abril será realizada uma consulta prévia, a partir das regras impostas pelo governo federal e subservientemente transformadas em lei pelo Congresso. Logo após, o CONSUNI, transformado em “colégio eleitoral”, deverá elaborar a lista tríplice a ser enviada ao presidente da República para nomeação de reitor e vice-reitor [...] (Nota da ADUFC, abril/1999).

Os estudantes também fizeram críticas ao processo de escolha do reitor na UFC, uma vez que, apesar dos avanços democráticos ocorridos no país, desde a redemocratização, a democracia não se concretiza no interior da universidade.

Essa eleição para Reitor não será a última cuja decisão será tomada pelo governo federal. A consulta, como está sendo chamado o voto direto, tem pesos diferentes para cada categoria. 70% para professor, 15% estudante, 15% servidor, na qual somente professores com pós-graduação podem candidatar-se... O termo consulta por si mesmo já anuncia a falta de democracia no processo eleitoral para Reitor, pois trata-se de uma participação passiva da comunidade universitária, onde esta não tem poder de decisão. (Jornal do DCE-UFC, abril/1999).

Ainda sobre a sucessão na UFC, a diretoria da ADUFC relata as mudanças no processo de escolha do reitor, entre elas, a possibilidade de reeleição do atual mandatário, a reforma no estatuto da UFC, que estabelece o CONSUNI como fórum de definição da lista tríplice. Além dessas mudanças, o documento da ADUFC critica o fato da comunidade universitária não escolher

diretamente seu dirigente máximo.

Não haverá eleição para Reitor da UFC. Como nunca houve. Na verdade, o governo federal mantém as suas salvaguardas, de forma a poder nomear quem mais lhe interessar politicamente e que garanta posicionamentos que não conflitem com os interesses governamentais. Ou seja, na verdade tudo parece mudar para ficar como está. (Reflexões sobre a sucessão, ADUFC, abril/1999).

Portanto, baseada em argumentos semelhantes aos expostos pela ADUFC, a diretoria do DCE-UFC, apoiada na decisão do seu Conselho de Entidades, faz campanha pelo boicote à eleição para reitor, em 1999.

Não podemos, portanto, deixar passar em branco esse momento, onde as chagas do autoritarismo estão expostas em nossa universidade. Devemos sim protestar, lutando contra qualquer intervenção que nos afaste de uma gestão democrática, onde os mais interessados pela universidade dos trabalhadores (professores, servidores e estudantes, e não os grandes empresários) decidam de fato sobre seu futuro. Nesse sentido, propomos a todos boicotarmos, nessa eleição, essas verdadeiras urnas da mentira. (Jornal do DCE-UFC, abril, 1999).

Em 1999, a participação dos estudantes na eleição para reitor é expressiva no quesito “abstenção”. Não só devido à campanha pelo boicote (porque essa forma de protesto não é unanimemente aceita entre as tendências que compõem o movimento, tampouco entre o conjunto dos estudantes), mas também graças à crença de que o voto do estudante pouco influi na decisão final, concentrada nas mãos dos docentes, com o agravante dessa decisão depender ainda do Governo Federal. A tese da reeleição, repudiada pelos estudantes no caso da escolha para presidente da República, foi vencedora na UFC, já que o reitor foi reeleito.

Mesmo quando as eleições para diretor de Centro, chefes de Departamento e Coordenação de curso contam com a participação de professores identificados com as reivindicações estudantis, a participação dos estudantes tem sido reduzida. E o processo eleitoral segue seu curso, principalmente para diretor de Centro, com os rituais de campanha, debate entre os candidatos, distribuição de material com propostas, formação de núcleos de apoiadores. Ainda assim, os estudantes têm demonstrado pouco interesse.

Em 2003, novamente se aproxima a eleição para reitor da UFC, agora sob o Governo do presidente Lula, governo de esquerda, alimentando as expectativas da comunidade universitária de mudanças no processo sucessório. As afirmações do então ministro da Educação, Cristovam Buarque, sobre a autonomia das instituições federais de ensino superior na definição dos critérios de participação na escolha de reitor, reacendem as esperanças dos estudantes em eleições diretas e paritárias. Segundo dirigentes de entidades estudantis da UFC, o CONSUNI poderia modificar o estatuto da Universidade, possibilitando que a comunidade universitária participasse de forma

paritária, ou mesmo com percentuais diferenciados, mas equitativos, tais como, 50% professores, 25% estudantes e 25% funcionários administrativos.

A diretoria do SINTUFCE, entidade representativa dos servidores técnico-administrativos da UFC, discute a eleição para reitor, apresentando entrevistas com os três concorrentes, os professores Lindberg Gonçalves, Ernesto Pitombeira e Renê Barreira. Assim como os estudantes, também os servidores defendem mudanças na proporcionalidade dos votos, uma vez que esta categoria considera irrisório o percentual de 15% que lhe cabe na totalização dos votos.

A diretoria do DCE-UFC, gestão 2002/2003, *A luta não para*, participou ativamente da campanha para reitor, tanto dos debates públicos quanto das reuniões do CONSUNI, onde os estudantes têm assento, na proporção de 15%. Após vários encontros, foi definido que seria feita uma consulta aos professores sobre a melhor forma de eleição para reitor da UFC. Nessa consulta, a maioria dos docentes se posicionou favoravelmente à manutenção da atual proporcionalidade. Já a diretoria do Sindicato dos professores, a ADUFC, se manifestou a favor de eleições paritárias.

Entretanto, apesar de afirmar que o CONSUNI teria poderes legais para modificar o item do estatuto da UFC que define a forma de participação dos setores da comunidade universitária na eleição para reitor, o Reitor também defendeu a manutenção da proporcionalidade em vigor, que privilegia o voto do professor (peso de 70%) em detrimento das outras categorias. O resultado da consulta aos professores serviu ao Reitor de justificativa para a sua posição. O SINTUFCE, apesar de participar das discussões sobre a questão, se recusou a votar na reunião do CONSUNI, pois considerou que o percentual de 15% não teria qualquer influência no resultado final, nem tão pouco na escolha do reitor da UFC.

4.4.7 Políticas neoliberais: privatização e autonomia universitária

A universidade brasileira não ficou imune à crise econômica da década de 1980, tampouco às mudanças ocorridas na década seguinte, por conta da adoção pelo governo federal de uma série de políticas neoliberais. Nesse sentido, a política econômica governamental, baseada no superávit fiscal, imprimiu cortes drásticos nas verbas para a Educação, atingindo principalmente a universidade pública.

Desde o início dos anos 1980, as despesas de vários ministérios foram reduzidas, inclusive as do Ministério da Educação. Segundo artigo da revista Movimento, da UNE, “[...] Descontada a inflação, em 1984 o orçamento do MEC correspondia a 37,5% do que era em 1981, os dados são do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.” (Publicação da UNE, 2004).

Na década de 1990, o quadro nacional não melhora, ao contrário, a crise se aprofunda. A política de arrocho fiscal praticada no modelo neoliberal intensifica o corte de verbas para a

Educação, sobretudo nas universidades. O efeito imediato foi a precarização da assistência estudantil: as residências universitárias inviabilizadas pela falta de conservação das instalações físicas, fechamento dos restaurantes universitários, redução do número de bolsas acadêmicas e de trabalho, congelamento dos valores dessas bolsas, insuficiência dos recursos para o funcionamento dos hospitais universitários. No tripé em que se sustentam as atividades da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), foram relatadas debilidades, tais como, a ausência de contratação de professores efetivos, falta de recursos para financiamento de pesquisas, cancelamento de programas de extensão universitária.

Segundo a UNE, em 1993, o Departamento de Políticas Educativas e Sociais do Banco Mundial elabora um documento sobre o ensino superior nos países em desenvolvimento, intitulado “*La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia*”, recomendando a reforma do ensino superior. Posteriormente, em relatório confidencial datado de 1998, o Banco Mundial fez críticas ao Governo brasileiro pelos “altos gastos com o ensino público superior”, afirmando que “[...] Na maioria dos países em desenvolvimento, o grau de participação do governo no ensino pós-secundário tem extrapolado, em muito, o que é economicamente eficiente.” (Apud, Revista Movimento/UNE, 2004).

Em outro trecho desse mesmo documento (Banco Mundial, 1998), são sugeridas algumas medidas para “diminuir custos” e paulatinamente desobrigar o Estado da manutenção das universidades públicas:

Os passos graduais que devem ser introduzidos a curto prazo são: taxa de matrícula e eliminação de recursos para gastos desnecessários, tais como comida nos restaurantes universitários, alojamentos estudantis, livros, uso de laboratórios e estacionamento... O objetivo a longo prazo é introduzir a taxa de mensalidade e matrícula a todos aqueles que possam pagar. (Idem, UNE, 2004).

É nesse momento de “redefinição da função do Estado no ensino superior”, que foram suscitadas formas alternativas de financiamento para a universidade pública brasileira, como o “Projeto de Fundação” e a proposta de “Autonomia Universitária”. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é formulada nesse mesmo contexto. Portanto, as três propostas são tratadas pelo movimento estudantil como ameaças ao ensino público e gratuito.

O debate acerca do Projeto da LDB, iniciado no final dos anos 1980, extrapola os muros de escolas e universidades brasileiras, envolvendo setores da sociedade civil e os parlamentos. Após longa tramitação no Congresso Nacional, a nova LDB é aprovada, em 1993.

Entretanto, o andamento desse projeto foi marcado por diversos entraves regimentais, tais como, falta de quórum para votação, tentativas de arquivamento, alegação de inconstitucionalidade. Em 1995, as discussões sobre a LDB são novamente realizadas, em função de um substitutivo de autoria do então senador Darcy Ribeiro. Para os representantes dos

professores, servidores e estudantes, o texto relatado por Darcy representa um risco para a manutenção do ensino público e gratuito. Na LDB, são destacados como negativos os seguintes pontos:

- Não garantia da responsabilidade do poder público para com a Educação;
- Concepção fragmentada do Sistema Nacional de Ensino;
- Fim da isonomia salarial e revogação do Regime Jurídico Único;
- Não definição do caráter de autonomia das universidades públicas;
- Não garantia da gratuidade do ensino público;
- Participação da comunidade universitária nas eleições internas: proporcionalidade de 70% dos docentes em órgãos colegiados e de comissão, e na escolha de diretores de Centros, chefes de Departamento, coordenadores de Curso e de Reitor.

Em 1995, em Fortaleza, as entidades ligadas à Educação, tanto do ensino médio quanto superior, realizam uma série de atividades conjuntas relacionadas às discussões sobre a nova LDB, tais como, debates, seminários, manifestações. Um exemplo dessa iniciativa é a divulgação de uma nota à população, com o seguinte conteúdo:

GOLPE NA LDB É UMA AMEAÇA AO ENSINO PÚBLICO. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece o fim da política educacional indicando os rumos a serem seguidos e os meios adequados para atingi-los... Tendo em vista a gravidade dessa ameaça, a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Nacional dos Docentes das Escolas Federais (ANDEF), tem orientado e ressaltado a importância de uma ampla discussão em torno de mais essa agressão à educação pública. Dentro desse espírito de necessária mobilização, a Associação dos Docentes da UFC, o Sindicato dos Trabalhadores da UFC, o Diretório Central dos Estudantes da UFC e a Associação dos Docentes da Escola Técnica Federal do Ceará convidam todos os sindicatos, associações, entidades da sociedade civil e as pessoas em geral para participarem da programação em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. (Nota da ADUFC, SINTUFCe, DCE-UFC, ADETECE, maio/1995).

Como resultado da ação unificada entre os setores que compõem a comunidade universitária, no ano de 1995 foram realizados diversos debates sobre a nova LDB, manifestações políticas, programações artístico-culturais, caminhadas, e foi lançado o “placar da LDB”, no cruzamento das avenidas da Universidade e 13 de maio, para acompanhar a votação no Congresso Nacional.

Para os estudantes, a aprovação da nova LDB e principalmente do texto complementar do senador Darcy Ribeiro representaram uma medida concreta em relação ao projeto de privatização do ensino superior. Nesse sentido, em seu jornal, a diretoria do DCE-UFC afirmava:

[...] O texto aprovado, em poucas palavras, reduz a obrigação do Estado com a universalização do ensino fundamental e do ensino do segundo grau (ensino médio), com a educação de jovens e adultos trabalhadores... Concede “autonomia” às instituições públicas, não só na busca de recursos, como também para definir seu quadro de pessoal, seu regime jurídico, seus planos de carreira, ferindo o Regime Jurídico Único, contratação e dispensa de professores... No ensino superior, não garante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (DCE-UFC, outubro e novembro/1997).

Além do movimento estudantil, dos representantes de professores e servidores, os dirigentes das universidades federais, também pautam a discussão sobre a autonomia universitária e a defesa da gratuidade do ensino. Tanto que a ANDIFES escolheu o dia 10 de dezembro de 1997 como o “dia da Universidade”.

Os dirigentes das universidades positivaram alguns itens da proposta de autonomia apresentada pelo governo, como por exemplo, a autonomia financeira e administrativa. Entretanto, tal posição ia de encontro com a opinião das entidades sindicais de professores e funcionários.

De qualquer forma, os reitores das universidades públicas temiam que as verbas repassadas pelo governo não fossem suficientes para custear todas as despesas das instituições que dirigiam. Diante da crise, motivada pelo radical corte de verbas promovido pelo Governo FHC, os reitores denunciavam o “sucateamento” das universidades públicas:

[...] As ações destroem a estrutura das universidades, sede da produção, reprodução e ampliação do conhecimento. A denúncia, formalmente expressa, partiu da ANDIFES, em reunião especial ocorrida em Aracajú, no mês passado... De teor semelhante foi a nota dos conselhos superiores da Universidade Federal do Ceará. (Jornal O Povo, 10/12/1997).

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 370, foi outro instrumento jurídico utilizado durante o Governo FHC para introduzir reformas na Educação. Na opinião dos militantes do movimento estudantil, essa PEC fazia parte da estratégia do governo para a privatização do ensino superior. O referido projeto propunha uma nova redação do artigo 207 da Constituição Federal, que trata da autonomia universitária.

O Ministério da Educação (MEC) insiste em alterar o artigo 207 da Constituição brasileira, que trata da autonomia das instituições superiores de ensino, só que agora quer fazê-lo via projeto de lei, a ser enviado para o Congresso Nacional nas próximas semanas. Depois de quatro anos tentando emplacar a proposta de emenda constitucional, PEC nº 337, sem apoio de um único setor da comunidade universitária, o ministro Paulo Renato mudou de tática: abandonou a PEC e quer transformá-la em projeto de lei. (Boletim da UNE, maio/1999).

Para a diretoria do DCE-UFC, tanto a nova LDB quanto a PEC 370 precisavam ser combatidas, porque ambas possuíam conteúdo privatizante. “Ao ler os dois textos, constatamos que há uma relação de complementariedade, no sentido de tirar do Estado a responsabilidade pelo custeio da educação pública e passar gradativamente as universidades para o controle da iniciativa privada.” (Jornal do DCE-UFC, outubro/novembro/1997).

Dessa forma, a autonomia universitária foi tema recorrente no debate da comunidade universitária, na segunda metade dos anos 1990. E a temática não é nova. Na década de 1960, o movimento estudantil já defendia o direito à autonomia universitária, significando liberdade de definição dos rumos do ensino, do conteúdo didático, da pesquisa e da extensão, bem como o respeito às diferenças regionais e à “vocação” de cada universidade. Nesse sentido, a autonomia era discutida no bojo da reforma universitária, como parte do contexto de uma proposta para a universidade brasileira.

Entretanto, não foi esse o sentido atribuído à proposta de autonomia universitária discutida em meados da década de 1990. A gestão financeira da universidade, a administração das verbas e a contenção de gastos deram a tônica dos debates. A verdadeira autonomia, segundo a concepção do movimento estudantil e defendida ao longo de sua história de lutas, esteve ausente das discussões, restando apenas o aspecto fiscal. Em seu boletim, a UNE denuncia o real caráter da proposta de autonomia encaminhada pelo MEC:

O governo trata a autonomia só do ponto de vista financeiro... A concepção de autonomia universitária do MEC confronta-se com o que querem os representantes da comunidade. O governo quer passar a financiar atividades, projetos ou resultados específicos, e não mais as instituições como um todo. (Anexo – UNE, maio/1999).

A diretoria do DCE-UFC (1999) é enfática ao afirmar que o governo tenta ludibriar a comunidade universitária, ao vender a ideia de uma falsa autonomia. O projeto de autonomia do Governo FHC, classificado pelos militantes do movimento estudantil como uma grande falácia:

[...] Ao observarmos, porém, os três pilares do projeto (autonomias didático-científica, de gestão financeira e administrativa) percebemos de cara a falácia. Senão, como imaginarmos a possibilidade de uma gestão financeira autônoma se não temos verbas para gerir? Pois a autonomia proposta, ao desobrigar o Estado do financiamento do ensino superior, apenas autoriza as reitorias a buscar recursos na iniciativa privada. (Informativo do DCE, setembro/1999).

Além das críticas à proposta de autonomia do Governo, os estudantes reclamam da falta de democracia na universidade. Para eles, uma ausência da autonomia política nas instituições de ensino superior:

[...] Assim, onde fica a autonomia didático-científica se temos um padrão orientando o caráter da pesquisa e mesmo do ensino? E a autonomia de gestão administrativa? É difícil imaginá-la numa instituição onde as administrações são, direta ou indiretamente, escolhidas pelo Governo Federal, enquanto a comunidade universitária brinca de fazer eleição, só pra não perder o costume. (Informativo do DCE, setembro/1999).

4.4.8 O Governo Lula e o retorno da Reforma Universitária

Um dos temas mais debatidos na Universidade brasileira, em diferentes momentos, tem sido a Reforma Universitária. É bom que se diga que a “bandeira” desta reforma não possui hoje o peso que ela detinha, por exemplo, na década de 1960, quando ela aparecia no mesmo patamar de outras “reformas de base”. Naquele momento, uma grande parcela da sociedade estava empenhada em discutir os rumos das questões agrária, tributária e sobre a universidade.

Na década de 1960, a crítica de professores e alunos se dava, sobretudo, em função dos acordos MEC – USAID, celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, do Brasil, e a United States Agency for International Development, dos Estados Unidos, em 1966. Segundo Poerner,

Cerca de 20 acordos foram firmados entre a USAID e o MEC, sendo 15 de natureza educacional, 4 sobre ensino agrícola e 1 sobre publicação de livros. Dos 15 primeiros, 2 abrangiam, exclusivamente, o ensino superior, um n plano administrativo e outro no plano político didático-educacional, sendo que este, o primeiro de que se conheceu o texto (embora seja desconhecida a totalidade de adendos e regulamentações suplementares que lhe fizeram), era por isso, o mais combatido pelo movimento estudantil. (Poerner, 1995: 227).

A Reforma Universitária elaborada naquele período adotou um modelo de inspiração norte-americana e foi imposta sem nenhum debate. A Universidade passou por um violento processo de centralização do poder. Segundo Florestan Fernandes, na maioria das instituições de ensino superior do país, a burocracia universitária assimilou e até incorporou nos estatutos das universidades, a legislação autoritária imposta pela ditadura militar.

Na década de 1980 o debate sobre a Reforma Universitária ganhou força, impulsionado pela necessidade de redemocratizar a universidade, varrendo dali a legislação do período autoritário. A comunidade universitária, através das suas entidades representativas, exigiu que as mudanças reivindicadas para a sociedade alcançassem, também, a estrutura de poder na universidade brasileira. Em 1986, a UNE promoveu o Seminário Nacional sobre Reforma Universitária, orientando as entidades gerais e de base a realizarem encontros preparatórios nas respectivas universidades, envolvendo o conjunto da comunidade universitária nas discussões.

No texto da Constituição de 1988, foram contempladas propostas relativas ao ensino superior. No texto final, foi assegurada a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foi garantida a gratuidade do ensino nas instituições públicas e, quanto ao corpo docente e de técnico-administrativos, foi definido o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. Sobre esse período, Demerval Saviani, professor da Universidade de São Paulo, afirmou:

Nesse contexto, a demanda dos dirigentes de instituições públicas de ensino superior encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e por parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas. Desses setores não emergiu, portanto, nenhuma demanda por reforma universitária. (SAVIANI, 2004, p.73).

Na década de 1990, sobretudo durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso, a Reforma Universitária assume um caráter meramente administrativo, passando a ser tratada como um item da reforma do Estado. Através de dispositivos legais, como projetos de leis e emendas constitucionais, o governo tentou quebrar a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e questiona a gratuidade do ensino público superior. A proposta de transformação das universidades públicas em “organizações sociais”, estruturadas como fundações de direito privado. Para tanto, seria necessário aprovar uma emenda constitucional (PEC 173/95), o que o Governo FHC não conseguiu. Esse é mais um exemplo do tipo de reforma encaminhada pelo governo e combatida pelo movimento estudantil.

Além da proposta de transformar as universidades federais em organizações sociais, a partir da segunda metade dos anos 1990, se discutiu exaustivamente nas universidades públicas a questão da autonomia universitária. O interessante é que a autonomia, um dos itens da reforma universitária, passa a ser tratada como tema separado.

No referido período, no âmbito do reajuste fiscal, o aspecto economicista acabou prevalecendo em relação a outros itens da reforma. O movimento estudantil promoveu diversas manifestações pontuais, sobre os temas relacionados à reforma, para barrar as propostas do Governo, consideradas pelo movimento como tentativas de privatização do ensino público superior. Muitas foram as denúncias motivadas pela insuficiência de verbas para o funcionamento da universidade.

Após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (2002), a comunidade universitária volta a debater a reforma universitária. Aliás, o próprio governo acena com a possibilidade da reforma, através das propostas formuladas pelo Ministério da Educação. Segundo o ministro desta pasta, Tarso Genro,

É preciso buscar um consenso mínimo na sociedade brasileira sobre a reforma. A reforma não é feita para os professores, para o governo, para o Parlamento, para os universitários; não deve atender ao interesse de uma classe ou corporação determinada, mas a um projeto de nação. (Jornal O Povo, 05/05/2004).

A UNE, no início de 2004, deu início a uma maratona pelo país realizando debates, com o objetivo de elaborar uma proposta de reforma para a universidade brasileira. No dia cinco de maio, a “caravana da UNE pelo Brasil” esteve em Fortaleza. Nesta ocasião, Gustavo Petta, presidente da entidade estudantil, discorreu sobre o tipo de reforma universitária que os estudantes

almejam:

Uma reforma baseada na democratização do acesso à universidade pública, na sua ampliação e na democratização do seu funcionamento – com eleições diretas e conselhos paritários. Enfim, uma universidade mais voltada a pensar os grandes desafios do país e não os desejos e anseios do mercado; uma universidade vinculada com esse projeto nacional que precisa ser construído. (Jornal O Povo, 05/05/2004).

A caravana organizada pela UNE percorreu mais de 20 estados brasileiros, debatendo com um público estimado em 30 mil pessoas, segundo dados de sua diretoria. Além dos debates realizados nas universidades, a UNE tem orientado as entidades estudantis a promoverem as discussões também fora do ambiente universitário.

Vários temas ligados à reforma universitária têm chamado a atenção de jovens não universitários, como, por exemplo, a proposta de reserva de vagas (cotas) nos vestibulares para alunos de escolas públicas.

Em Fortaleza, a reforma universitária foi um dos temas discutidos na “Future – 2004, feira de rumos e atitudes”, realizada entre os dias 3 e 6 de julho de 2004. Destinada ao público jovem, essa feira tratou de questões relacionadas ao mercado de trabalho, novas profissões, qualificação profissional e políticas públicas para a juventude.

O documento da UNE sobre a reforma universitária, aprovado no último Conselho Nacional de Entidades Gerais (53º CONEG/2004) e no Seminário Nacional sobre Reforma Universitária (2004), destacam aspectos relacionados à autonomia universitária, à democracia, ao acesso à universidade, à assistência estudantil, à reserva de vagas, aos cursos noturnos, aos investimentos governamentais, ao controle do ensino pago, à avaliação das instituições, aos programas e conteúdos, à lei de inovação tecnológica.

Analisando as proposições da UNE, observa-se que no decorrer da história do movimento estudantil houve uma ampliação das temáticas, dentre as quais destacamos:

- Garantia de autonomia didática, científica, pedagógica e de gestão financeira às instituições;
- Não a qualquer proposta de autonomia que desobrigue o Estado do financiamento da universidade pública;
- Indissociabilidade real entre ensino, pesquisa e extensão;
- Eleições diretas para reitor nas universidades federais e fim da lista tríplice, bem como garantia da paridade na composição de conselhos e órgãos deliberativos;
- Reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, para afrodescendentes, de acordo com a realidade de cada região e instituição;
- Ampliação de bolsas do PIBIC e CNPq e de seus valores;
- Aumento do número de vagas e matrículas nas universidades públicas;

- Ampliação dos cursos noturnos;
- Diminuição dos valores das mensalidades nas universidades privadas;
- Maior controle governamental nas instituições particulares, que garanta critérios de qualidade, assegurando os aspectos de ensino, pesquisa e extensão;
- Não à obrigatoriedade do ENADE.

A discussão em torno da reforma universitária tem provocado consensos e dissensos no seio da comunidade universitária. Enquanto a diretoria da UNE, e as tendências políticas que lhe dão sustentação, debatem propostas para a reforma, outros grupos políticos são contrários à essa discussão. Nesse sentido, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) afirma que:

O governo do PT, por meio da figura de Tarso Genro (Ministro da Educação), diz que está construindo um amplo debate com a comunidade acadêmica para elaborar uma proposta de Reforma Universitária que atenda aos interesses de “todos”. Esse discurso é uma grande mentira! A Reforma Universitária de Lula já existe e vem sendo aplicada a passos largos. E os aliados que Lula e o PT escolheram para aplicar o projeto de reforma são o imperialismo (Banco Mundial e FMI) e os tubarões do ensino privado. Estes sim serão os grandes beneficiados com a reforma, em detrimento dos estudantes, servidores e trabalhadores em geral. (Boletim da juventude do PSTU, agosto/2004).

A militância do PSTU, tanto no movimento estudantil, quanto no movimento docente e de servidores, nas instituições de ensino superior, tem promovido debates contra a proposta de reforma universitária em pauta. Assim, esse partido tem defendido a necessidade de um “Encontro Estadual contra a Reforma”, conclamando a comunidade universitária à participação. No mesmo boletim, os militantes do PSTU afirmam: “... Fazemos um chamado a todos os estudantes, servidores e professores a organizarem um Encontro Estadual, que tenha como objetivo o claro caráter de preparar a luta contra a reforma universitária.”

Na opinião de grupos como o PSTU, a Liga Internacional Bolchevique (LBI) e o Partido Causa Operária (PCO), a UNE não representa os estudantes, porque ela está atrelada ao governo, uma vez que a União da Juventude Socialista (UJS), vinculada ao PCdoB, tendência majoritária na diretoria da UNE, apoia o governo Lula.

Quanto à reforma universitária, o PSTU e demais opositores da UNE não têm apresentado propostas. O discurso está centrado em críticas ao governo e na negação total das propostas apresentadas pelo MEC, mesmo quando algumas formulações coincidem com reivindicações do movimento estudantil.

Uma campanha contra a reforma universitária está em curso em diversos estados do país, tendo havido um encontro estadual, no qual alguns grupos de esquerda opositores à direção da UNE e ao governo Lula, acenaram com a possibilidade de criarem outra entidade

nacional dos estudantes.

CONLUTE, ESTÁ NASCENDO UMA NOVA DIREÇÃO. Aconteceu nos dias 29 e 30 de maio, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional contra a Reforma Universitária, que contou com a presença de 1500 estudantes. No encontro, foi votado um calendário nacional de lutas, que está sendo aprovado em vários encontros de estudantes e em diversas universidades. Além disso, tirou-se uma Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (CONCLUTE), composta por vários comitês de luta e dezenas de entidades, que está cumprindo o papel que a UNE renunciou. A CONLUTE é uma coordenação aberta a todas as entidades que queiram derrotar a reforma do governo. Ajude a construir a CONLUTE, o calendário nacional de lutas e a derrotar a contrarreforma universitária do governo. (Boletim da Juventude do PSTU, agosto/2004).

A tentativa de criação de uma nova entidade nacional, paralela à UNE, articulada pela esquerda, é uma novidade no movimento estudantil. No segundo mandato do governo Fernando Henrique houve uma articulação de setores da juventude do PSDB, mas sem qualquer expressividade ou apoio massivo dos estudantes.

A UNE tem dispendido esforços no sentido de se manter à frente do movimento estudantil, como entidade única e centralizada, conservando seus fóruns e sua hierarquia. Dada a complexidade da política, parece um desafio considerável dirigir o movimento estudantil, num país com as dimensões territoriais do Brasil, com as diferenças regionais e as acirradas disputas ideológicas e de concepção política, dentro e fora do movimento estudantil.

O que se pode afirmar com relação ao movimento estudantil é que ele se encontra disperso, que há uma dificuldade real de unificar posições. Um exemplo de tal afirmação é a discussão realizada em torno da reforma universitária (2003/2004). Enquanto a direção da UNE procurou realizar os debates sobre o tema, no sentido de extrair propostas, outros segmentos, particularmente aqueles que fazem oposição sistemática à essa direção e ao governo do PT, levaram adiante uma campanha contra a referida reforma, taxando-a de reforma neoliberal.

A diretoria do DCE-UFC (2004/2005), gestão *Não vou me adaptar*, composta por membros do PSTU e militantes da Democracia Socialista (DS), do PT, afirma ser contra a reforma universitária, tanto o anteprojeto do Governo, quanto a proposta formulada pela UNE.

Nesse sentido, o DCE-UFC convocou os estudantes para um ato público na Reitoria, em 12/08/2004, cuja pauta era a reforma universitária. Segundo informativo distribuído durante a manifestação:

A gestão “Não vou me adaptar” elegeu como uma das suas tarefas centrais para este semestre a luta contra a reforma universitária de Lula e FMI. Este objetivo parte da compreensão de que esta reforma está inserida num conjunto de medidas adotadas até agora pelo governo, que vem no sentido não só de dar continuidade, mas de aprofundar a aplicação do modelo neoliberal no Brasil... O movimento estudantil precisa se unificar com outros segmentos que compõem a universidade, convencer a sociedade do desastre que significaria a aprovação destas medidas e tomar para si a tarefa de derrubar a reforma universitária de Lula e do FMI. (Informativo do DCE-UFC, agosto/2004).

A direção do DCE-UFC, além de condenar a reforma universitária e de se posicionar contrária ao Governo Lula, não poupou críticas às posições assumidas pela UNE:

[...] É lamentável a indisposição da maioria da direção da UNE em ser ponta-de-lança nas mobilizações para barrar a Contrarreforma Universitária, a inércia hoje da UNE apenas reflete a adesão da direção majoritária à política geral do Governo, barganhando de forma vil a autonomia do movimento perante a qualquer governo. (Idem).

Parece sintomático que determinadas tendências do movimento estudantil não apresentam propostas, no momento em que são discutidas reformas para a universidade brasileira. Ao menos para uma parcela do movimento estudantil, a Reforma Universitária parece ter caído na “vala comum” das demais reformas do Estado, deixando de ser uma “bandeira de luta” que aglutina e mobiliza o conjunto dos estudantes.

Por outro lado, existe uma dificuldade no movimento estudantil, assim como nos demais movimentos sociais, no que diz respeito a elaborar uma ação mais propositiva, diante de um momento “conjuntural” no qual é possível uma interlocução com o poder instituído. Alguns setores da esquerda, do movimento estudantil e de outros movimentos, parecem “incomodados” com o fato de apoiarem o governo, ou por outro lado, ficam intimidados diante da possibilidade de discordar deste. É preciso lembrar que o momento político pelo qual passamos é inédito na história brasileira, em função da composição de forças que ocupam o poder central.

4.5 A política é uma festa...

Segundo definição contida no dicionário Aurélio, “festa” é uma reunião alegre de pessoas com o fim de divertimento. Jean Duvignaud, em *Festas e civilizações (1983)*, afirma que a festa é algo espetacular, é a quebra da rotina, sendo portanto semelhante à transgressão e à manifestação pública. Segundo este autor,

Aquilo que se chama festa, corresponde, sem dúvida, a esta subversão exaltante. Por outro lado, não se pode dizer que a festa é uma “constante de todas as civilizações”, ou uma “categoria da experiência”. Ato surpreendente, imprevisível, ela se declara tanto durante as cerimônias rituais, com as quais não se confunde, quanto ao longo de toda manifestação pública. (DUVIGNAUD, 1983, p.31).

A festa e a política têm muito em comum. Sobretudo as manifestações públicas, seu caráter imprevisível e espetacular. Entretanto, a conjunção festa e política é rejeitada pelos grupos mais esquerdistas, como uma nota depreciativa da “luta política”, que para estes é “coisa séria”, quase sofrimento, abnegação. Nesse sentido, a festa como elemento de coesão é contestada por um

determinado setor da militância estudantil.

No espaço da universidade em que a permanência cotidiana está quase sempre reduzida à sala de aula, a experiência da “festa” é um momento privilegiado. É o retorno a uma sociabilidade esquecida. Por isso, cada vez mais se valoriza a festa como local do encontro, e por isso mesmo como fator de mobilização.

Um evento recente no movimento estudantil é a presença atemporal das “calouradas”. O que antes era um momento dedicado à recepção de novos alunos (calouros), realizada em cada curso pelo centro acadêmico, no início do semestre letivo, ou pelo DCE, que realizava, e ainda realiza, uma calourada geral, agora passa a ser um acontecimento mais frequente, generalizado e que tem uma crescente participação não apenas de estudantes.

Atualmente, as calouradas se constituem em importante momento de conagração entre os estudantes da universidade. Elas ocorrem durante o ano inteiro, nos vários cursos da universidade e em todos os campi. Essas festas são embaladas por vários estilos musicais dançantes, às vezes com apresentação de grupos musicais locais, alguns formados pelos próprios universitários.

Observa-se que, mesmo quando a calourada é tratada de forma mais tradicional, como no caso de uma calourada geral promovida pelo DCE, as programações artísticas vem se tornando progressivamente mais culturais, no sentido de que os discursos vão cedendo espaço aos espetáculos teatrais, à recitação de poesias. Enfim, o tradicional “showmício” (mistura de show e comício) vai cedendo lugar a uma apresentação de cunho mais artístico cultural.

Assim, a ideia que se tinha no passado de que a festa e a política são contraditórias, não havendo possibilidade de coexistência de ambas, se apresenta como uma falsa dicotomia, semelhante à concepção de que cultura e política são mutuamente excludentes.

Dessa forma, cultura tem sido entendido e valorizada como um importante canal de participação dos estudantes, tanto nas entidades locais quanto em nível nacional. Nesse sentido, a UNE tem apostado no retorno dos centros populares de cultura (CPC), realizando atividades culturais itinerantes. A entidade nacional tem realizado encontros culturais, como a Bienal de Arte e Cultura da UNE. No início de 2005 será realizada a quarta bienal, de caráter internacional, devendo contar com a presença de estudantes de outros países latino-americanos. Essas iniciativas demonstram que a mobilização em torno da cultura é uma tentativa de vencer a oposição entre cultura e política.

Um evento que recentemente foi inserido na categoria de *festivo* é o “Encontro de área”. Essa iniciativa vem sendo realizada em vários cursos universitários, nos níveis local, regional e nacional. A participação estudantil nesses encontros vem aumentando, além do caráter festivo, reforçado pela viagem e pela mudança de cenário, uma vez que, a cada ano, o Encontro daquele

curso se realiza em uma cidade diferente.

A mobilização dos estudantes para os encontros de curso, seja para apresentar trabalhos acadêmicos, ou para participar dos debates, de cursos, das discussões em grupos temáticos e das plenárias, das festas, tem atingido uma parcela importante dos estudantes. Para tanto, são organizadas atividades, como rifas, bingos, “livro de ouro”, festas para arrecadar dinheiro.

A participação estudantil nos encontros de área tem originado novos fóruns no movimento dos estudantes, como é o caso das executivas de curso, que são espaços menos estruturados do que as entidades estudantis, exigindo menor nível de dedicação, comparada à militância tradicional nas entidades. As disputas políticas travadas pelas tendências são menos intensas nas executivas de curso. Assim como o perfil dos participantes: jovens pesquisadores (que vão apresentar seus trabalhos), alunos interessados em debates acadêmicos ou profissionais, nem sempre corresponde ao estereótipo do militante estudantil.

A partir de 1992, as executivas de curso ganharam maior destaque no movimento estudantil, atraindo novos adeptos. Já existem até encontros nacionais dessas executivas, nos quais são debatidas questões concretas e específicas sobre o curso, a profissão, a carreira, propostas alternativas de políticas públicas, a reforma universitária. Dentre as executivas, tem se destacado a executiva dos estudantes de Medicina (DENEM) e a dos estudantes de Agronomia (FEAB). Em algumas delas, se discute a inserção dos estudantes nos movimentos sociais. Um aspecto interessante dessas executivas é a de se constituírem como espaço de debates e trocas de experiências, sem votação, sem sede fixa, nem diretoria, além de lá serem tratadas questões emergenciais de cada área.

5 CONCLUSÃO

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento estudantil ganhou o status de “rebelião da juventude”. A ideia do “poder jovem”, associada à possibilidade iminente da revolução social, deu a tônica dos estudos sobre juventude, realizados nesse período.

Porém, cada momento histórico engendra diferentes formas de participação política, com alterações nos modos de engajamento dos jovens, de acordo com o movimento político em curso.

Sendo um movimento de juventude, o movimento estudantil tem, no entanto, as suas especificidades, que permitem analisá-lo de maneira particular, relativamente ao movimento mais amplo. Essas particularidades se referem ao exercício da política e à dimensão ideológica que esta comporta.

Para seus militantes, tanto no passado como no presente, o movimento estudantil é um terreno fértil para se cultivar a *utopia* da transformação social. Nesse sentido, para a maioria desses militantes, “fazer movimento” é como se fosse uma “profissão de fé”.

Nos discursos proferidos pelas lideranças estudantis, devidamente registrados em seus documentos, o “caráter revolucionário” do movimento estudantil é reafirmado. Por isso, seus militantes estão constantemente cobrando coerência dos seus pares, exigindo radicalidade, denunciando o “reformismo”, e se interrogando pela viabilidade da “utopia”.

Uma parte da militância estudantil é filiada a partidos políticos de esquerda, ou são simpatizantes de alguma organização social. Há os que se dizem independentes, aqueles que não professam filiação partidária, alguns até criticam a ação dos colegas “partidários”, porém, dificilmente conseguem manter a pretensa “neutralidade” diante dos embates ideológicos presentes na dinâmica do movimento estudantil.

As críticas mais frequentes ao movimento se referem não só à presença partidária marcante em sua dinâmica, mas também às posturas sectárias de alguns de seus militantes, atitudes estas extensivas a algumas tendências políticas que nele atuam. Uma questão antiga no movimento estudantil, nem por isso menos polêmica, é o chamado “aparelhamento” das entidades estudantis, que consiste na utilização dos recursos materiais e políticos da entidade em benefício da tendência. Esse aparelhamento costuma ser apontado como fator de afastamento dos estudantes do dia a dia das entidades estudantis. De fato, no passado as tendências precisavam de utilizar as entidades como “aparelhos”, para possibilitar a sua ação política, principalmente no período da clandestinidade. Creio que hoje isso acontece menos. Ironicamente, são os próprios militantes de partidos políticos que costumam reclamar desse aparelhamento e da “partidarização” do movimento

estudantil.

Entretanto, não concordo com a ideia de que os partidos políticos atrapalhem o movimento estudantil, que eles sejam responsáveis pela crise pela qual este passa. É importante lembrar que os partidos políticos historicamente estiveram presentes no seio do movimento estudantil. Os partidos políticos foram os forjadores do movimento estudantil, não um obstáculo às suas atividades.

O movimento político é eminentemente político, ainda que o engajamento de novos estudantes não apresente necessariamente uma concepção político-partidária, ou uma motivação revolucionária. As reivindicações expostas no contexto da luta estudantil têm, geralmente, suas soluções deslocadas para um cenário político mais geral, pertinente à esfera da política nacional.

Vários elementos do universo da práxis política estão presentes no movimento estudantil, como por exemplo: a disputa pelo poder e pela hegemonia; a noção de representação; a personificação do poder, o mito do herói revivido pela liderança estudantil; o uso de recurso discursivo, grandemente performático. Nesse sentido, pode-se citar Balandier (1999): “a oratória é utilizada como meio para sua pregação, visando a transformação política”.

O “discurso da crise” é repetido pela militância, que tende a enaltecer os feitos do passado e a reivindicar a tradição de lutas do movimento estudantil.

As manifestações públicas, reivindicativas, geralmente alimentadas por uma “causa política” nacional ou local, são consideradas essenciais pelas lideranças estudantis. Uma gestão estudantil que não realize uma grande manifestação está condenada a ser taxada pelos seus pares como imobilista ou reformista. Pois não é suficiente que essas lideranças procurem negociar, se reunir, com a Reitoria. Para os militantes, a função de direção estudantil é atuar como agente mobilizador, sendo necessário “sensibilizar” o estudante, sacudi-lo, tirá-lo do imobilismo. Nesse sentido, a manifestação pública tanto é uma estratégia de legitimação, a prova de que “se está na luta”, como é um meio para ganhar mais adeptos para a luta, aglutinando mais estudantes ao movimento.

Quanto ao tipo de manifestações organizadas no movimento estudantil, após o “Fora Collor”, elas têm sido mais irreverentes, “bem-humoradas”. Há uma preocupação maior com o registro midiático e a linguagem simbólica: as alegorias, as cores, os símbolos são motivos de atenção dos organizadores dos eventos. Apesar do caráter “espetacular” das manifestações, elas não anulam o potencial de conflito, nem o grau de imprevisibilidade das ações de rua.

Quando perguntados sobre as estratégias de reprodução do movimento estudantil, os militantes não assumem que tais estratégias existem, nem tão pouco que são racionalmente procuradas. As lideranças estudantis costumam afirmar que o crescimento do movimento, bem como a adesão, se dá pela “conscientização”, consequência da própria efervescência das ações

políticas. Quando se trata das eleições nas entidades estudantis, nas quais está em disputa a hegemonia política, a manutenção ou a tomada da direção das entidades, as estratégias são igualmente negadas. Entretanto, os jornais do DCE-UFC, sobretudo os que antecedem as eleições, dão algumas pistas sobre a necessidade de se “mostrar serviço”, de se ter “lutas para contar”, ter feitos e vitórias para mostrar.

As novas formas de comunicação, como a internet, são cada vez mais usadas, as “salas de bate-papo”, os grupos temáticos, os sites de entidades estudantis, páginas virtuais contendo a história e o pensamento das tendências políticas, do movimento estudantil e contendo temas de seu interesse ou da política geral, essas novas formas se multiplicam diariamente, existindo centenas delas. Entretanto, não se pode afirmar que o espaço virtual tenha tomado o lugar do movimento real, nem tampouco que venha a fazê-lo.

Além das disputas, das discussões políticas, dos debates acadêmicos, das propostas específicas para o ensino e para a universidade, as entidades estudantis têm procurado diversificar sua atuação. Hoje se discute sobre o meio ambiente, sobre a discriminação racial e sexual, sobre produção cultural e se realizam eventos festivos, frequentes, encarados como atividade de mobilização das entidades estudantis, sobretudo nos cursos.

Através da festa, se desenvolve uma rede de sociabilidades, que são fundamentais para a juventude. A redescoberta da festa como espaço de participação, onde os jovens não apenas se encontram e se confraternizam, mas vivenciam o dia a dia da universidade, é um aspecto marcante atual do movimento estudantil. Assim, as calouradas deixaram de se festas semestrais, para serem realizadas com frequência. Por meio delas, as entidades estudantis procuram estimular o encontro entre os estudantes no ambiente da universidade. Os encontros de área também são importantes momentos de participação estudantil, gerando “lugares” de debate, sinal de que o movimento estudantil tem procurado novas formas de se relacionar com os estudantes.

Apesar das disputas internas do movimento estudantil e das críticas externas, a UNE tem uma história de lutas, reivindicada por todas as forças políticas que atuam no movimento estudantil e reconhecida pela sociedade civil. Nesse sentido, a UNE tem atuado como porta-voz dos estudantes, fazendo a interlocução com o governo, as universidades e o movimento social.

No movimento estudantil, mesmo quando as utopias coincidem, os caminhos para se chegar ao mesmo objetivo são diversificados. Não só a visão de mundo, com as estratégias de enfrentamento do poder, a disputa pela hegemonia nas entidades, as diferentes avaliações sobre a política, tanto no interior do movimento quanto na política geral, são motivos de conflito entre os atores e grupos que fazem parte do movimento estudantil.

Por outro lado, levando-se em consideração que o movimento estudantil possui uma racionalidade típica dos movimentos de massa, a necessidade de aglutinação dos atores sociais, no

sentido da ação coletiva, a coesão, a unificação dos esforços torna-se imprescindível. Não é à toa que a “bandeira da unidade” no movimento estudantil é tão proclamada quanto a própria necessidade da “luta”.

Na maioria das vezes, há uma dificuldade em se estabelecer prioridades, identificar os “inimigos principais”. A defesa das estratégias de enfrentamento dos problemas, a busca pela hegemonia nas entidades estudantis, e exigência da unidade de ação entre as tendências, e a necessidade de aglutinar os estudantes, são desafios impostos às lideranças estudantis, no dia a dia do movimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis*. S. Paulo: Scritta, 1994.
- ADORNO, Theodor W. & HOKKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. R. de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALBUQUERQUE, J.A. *Movimento estudantil e consciência social*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.
- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
 _____ *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARIÉS, Phillipe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer – palavras e ações*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP, 1998.
- BALANDIER, Georges. *A Desordem – Elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BORREGO, Natividad. *Concepções e realidades atuais da juventude: a experiência cubana in PALÁCIO, Fábio (org.). Juventude cultura e políticas públicas*. S. Paulo: CEMJ, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2001.
- BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. S. Paulo: UNESP/ Paz e Terra, 1994.
- CALDAS, Ricardo W. *O Brasil e o mito da Globalização*. S.Paulo: Celso Bastos editor, 1999.
- CANCLINE, Nestor C. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- CARDOSO, Ruth. *Movimentos Sociais na América Latina*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. I, n.3, 1987.
- CARVALHO, Antônio Paes de. (org.) . *A Crise da Universidade*. R. de Janeiro: Revan, 1998.
- CARVALHO, Rejane V. Accioly de. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas- SP: Pontes/ UFC, 1999.
- CAVALCANTE, Maria Juracy. *Juventude e Política – a mentalidade política de jovens universitários em Fortaleza*. Fortaleza: Dissertação – Mestrado em Sociologia –UFC, 1986.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar opinião: o novo jogo político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP, 1999.
- COHN, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática, 2001.

CORDEIRO, Celeste e BARREIRA, Irllys. *A Pulsão criativa na política* in Revista das Ciências Sociais, vol. 23/24. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1992.

COUTINHO, Carlos N. *Fontes do pensamento político de Gramsci*. S. Paulo: L&PM, 1981.

DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. S. Paulo: Brasiliense, 1994.

----- *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. S. Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Desporto, 1998.

----- *Marketing político: ética e sedução* in Revista das Ciências Sociais, vol. 23/24. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1992.

DIÓGENES, Glória. *O Reverso das vitrines* in Revista das Ciências Sociais, vol. 23/24. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1992.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1983.

EISENSTADT, S. N. *De Geração a geração*. S. Paulo: Perspectiva, 1976.

FORACCHI, Maria Alice. *A juventude na sociedade moderna*. S. Paulo: Ed. Pioneira, 1972.

GEERTZ, Clifford . *A Interpretação das Culturas*. R. de Janeiro: LTC, 1989.

GOHN, M^a da Glória. *Movimentos Sociais – no início do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Luís. Algumas reflexões acerca da categoria juventude e os problemas relativos à sua conceitualização. Havana: CEMJ, 2000.

GONDIM, Linda M. Pontes (org.). *Pesquisa em Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC Edições, 1999.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude – Ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HABERMAS, Juergen. *O comportamento político do estudante comparado ao da população em geral*. In BRITO, S. *Sociologia da juventude II – para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____ *Mudança estrutural na esfera da política*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAGUETTE, Tereza e HAGUETTE, André. *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.

HELLER, Agnes. *Políticas de la postmodernidad*. Barcelona: Península, 1988.

- HERSCHMANN, Micael. *Abalando os anos 90: Funk e Hip-Hop*. Rio de Janeiro: ROCCO, 1997.
_____. *O Funk e o Hip-Hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- HIRSCHMAN, Albert O. *De Consumidor a cidadão – atividade privada e participação na vida pública*. S. Paulo: Brasiliense, 1983.
- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
_____. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MANNHEIM, Karl. *Diagnostico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
_____. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- MARTINS FILHO, J. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MELUCCI, Alberto. *A Invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.
_____. *Um objetivo para os movimentos sociais?* In Revista Lua Nova, n. 17.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. R. De Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- PEREIRA, Luís C. *As revoluções utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PEREIRA, Maria de Sousa. *O movimento estudantil na transição democrática*. Fortaleza, Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais- UFC, 2001.
- PINTO, José Milton. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso*. S.Paulo: Hacker Editores, 1999.
- POERNER, Arthur. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1995.
- REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade. *O que é ser jovem?* Revista Tempo e Presença, n. 240, CEDI, 1989.
- SANTOS, Walter Jr. *Democracia: o governo de muitos*. São Paulo: Scipione, 1996.
- SENNET, Richard. *O Declínio do homem público- as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SINGER, André. *Collor na periferia: a volta por cima do populismo?* In LAMOUNIER, B. (Org.) et. al. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. S.Paulo: Idesp/CNPQ, 1990.
- SOUSA, Janice T. Ponte de. *Reinvenções da utopia – a militância de jovens nos anos 90*. S. Paulo: Hacker, 1999.
- TAKEUTI, Norma. *Juventude, exclusão e identidade*. In BARREIRA, César, PORDEUS JR., Ismael (org.) *Cultura, Narração, Identidade*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era da comunicação de massa*. R. De Janeiro: Vozes, 1990.

WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política* (org.) 2 v. São Paulo: Ática, 1989.

VERON, Eliseo. *A Produção do sentido*. S. Paulo: Cultrix, 1980.